



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Susana Alexandra Lopes Correia](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 4 minutos, tendo em seguida anunciado a realização da eleição, durante a sessão, para um membro da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública.

No âmbito da reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º [11/XVI/1.ª](#) — Regime jurídico do complemento de alojamento dos estudantes do ensino superior deslocados, proferiram intervenções, a diverso

título, os Deputados [Miguel Matos](#) (PS), [Daniel Teixeira](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Rita Matias](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L). Posteriormente, foi aprovado, na especialidade, um novo Decreto com as alterações introduzidas

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [24/XVI/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica e o regime comum das carreiras

próprias de investigação científica em regime de direito privado, que foi aprovada; em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs [180/XVII/1.ª](#) (PS) — Aprova o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que foi aprovado, [371/XVII/1.ª](#) (PCP) — Integração na carreira de investigação científica, que foi rejeitado, [372/XVII/1.ª](#) (PCP) — Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação, que foi rejeitado, e [376/XVII/1.ª](#) (BE) — Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, o regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado e o regime transitório da carreira de investigação científica, que, a requerimento do BE, baixou à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 60 dias; e com os Projetos de Resolução n.ºs [151/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concurso para a contratação de doutorados em posições permanentes da carreira de investigação científica na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., destinado aos técnicos superiores doutorados, que foi aprovado na generalidade, [192/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão da situação laboral em que se encontram os técnicos superiores doutorados e [473/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação da carreira especial de apoio à ciência e tecnologia, que foram rejeitados na generalidade. Intervieram, além da Secretária de Estado da Ciência (Ana Paiva), os Deputados [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Isabel Ferreira](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [Pedro Alves](#) (PSD) e [Patrícia Gilvaz](#) (IL).

Entretanto, o Presidente saudou um grupo de 74 alunos e professores do Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas, de São Brás de Alportel, que foram aplaudidos pela Câmara.

Seguiu-se o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [27/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais, no sentido de reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público, que foi aprovada, e dos Projetos de Lei n.ºs [370/XVII/1.ª](#) (PAN) — Garante a isenção das custas processuais, alterando o Regulamento das Custas Processuais, e [377/XVII/1.ª](#) (CH) — Reforça o enquadramento penal para os crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público, assim como isenta os respetivos processos das custas processuais, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Administração Interna (Margarida Blasco), os Deputados [Pedro Pinto](#) e [Armando Grave](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE) — que também usou da palavra para defesa da honra da bancada, tendo o Deputado [Armando Grave](#) (CH) dado explicações —, [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Rodrigues](#) (PSD), [Rui Tavares](#) e [Paulo Muacho](#) (L).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [34/XVII/1.ª](#) (GOV) — Procede à quinta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários, que foi aprovada, e dos Projetos de Lei n.ºs [373/XVII/1.ª](#) (L) — Pela eliminação da taxa devida pelo procedimento da candidatura de ingresso na magistratura e [378/XVII/1.ª](#) (CH) — Reforça a formação dos magistrados, alterando a Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que foram rejeitados. Proferiram intervenções, a diverso título, além da Ministra da Justiça (Rita Alarcão Júdice), os Deputados [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [João Paulo Graça](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foi apreciada a Proposta de Resolução n.º [1/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova a atualização do Plano Nacional Energia e Clima 2030, que foi aprovada em votação global, juntamente com o Projeto de Lei n.º [106/XVII/1.ª](#) (BE) — Antecipa a data

para a meta da neutralidade climática, em linha com as orientações previstas na Lei de Bases do Clima (primeira alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que define as bases da política do clima), que foi rejeitado na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs [231/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que invista no programa «Do sol ao sal» destinado à criação de uma fileira de produção de energia renovável e de baterias sustentáveis, em particular baterias de ião de sódio, que foi rejeitado na generalidade, e [472/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a inclusão de medidas específicas sobre a proteção, conservação e restauro dos ecossistemas marinhos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030, que foi aprovado na generalidade. Usaram da palavra, além da Ministra do Ambiente e Energia (Maria da Graça Carvalho), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Pedro Correia](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Raul Melo](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Carlos Cação](#) (PSD).

Foram anunciados os resultados das eleições que decorreram durante a sessão plenária, tendo sido eleita a candidata proposta para a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 393/XVII/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 484/XVII/1.ª, e da presença por videoconferência, nesta reunião plenária, de oito Deputados do PSD e onze Deputados do PS.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [261/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte de Orlando Almeida, primeiro Presidente da Câmara Municipal da Amadora, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi também lido, pelo Deputado [António Filipe](#) (PCP), o Projeto de Voto n.º [493/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de José Lopes de Almeida, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Voto n.º [494/XVII/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação a Telma Monteiro, pelo fim da sua carreira desportiva.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [479/XVII/1.ª](#) (PAR) — Institui o Prémio Mário Soares, Liberdade e Democracia.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [497/XVII/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito – Gémeas Tratadas com o Medicamento Zolgensma.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [14/XVII/1.ª](#) (ALRAA) — Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras».

Foram aprovados, na generalidade, na especialidade e em votação final global os Projetos de Lei n.ºs [367/XVII/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Aradas, Eixo e Eirol, Esgueira, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana, São Bernardo e União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, do concelho de Aveiro e [368/XVII/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre a freguesia de Ferrel e a freguesia da Atouguia da Baleia, do concelho de Peniche, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [Almiro Moreira](#) (PSD), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexistências.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [405/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a alteração das regras para a emissão de atestados de residência pelas juntas de freguesia.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [334/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que, sem

prejuízo das necessárias dragagens, seja garantida a reconfiguração do Porto de Mar de Vila Praia de Âncora.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 402/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a requalificação do Portinho de Mar de Vila Praia de Âncora (PMVPA).

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 215/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um grupo de trabalho que vise a avaliação da necessidade de adaptação da legislação nacional às novas exigências europeias relativas aos sistemas de bloqueio da ignição sensíveis ao álcool.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 416/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que apoie os agricultores cujas explorações foram atingidas pela tempestade *Kirk*.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 443/XVII/1.^a (BE) — Pela internalização dos trabalhadores e das trabalhadoras do *call center* no Instituto da Segurança Social.

Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativos aos Projetos de Lei n.ºs 143/XVII/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila, 290/XVII/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila, 144/XVII/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Salir de Matos à categoria de vila e 289/XVII/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Salir de Matos à categoria de vila.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 339/XVII/1.^a (L) — Recomenda o apoio às populações e o desenvolvimento e implementação de um plano integrado de restauro ecológico e prevenção de incêndios.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 400/XVII/1.^a (PCP) — Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional e 418/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 31/XVII/1.^a (GOV) — Procede à execução de um conjunto de regulamentos europeus sobre serviços e infraestruturas financeiros, promovendo a sua plena aplicação em Portugal, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado **Almiro Moreira** (PSD), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 441/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a redução do IUC para motociclos.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 23/XVII/1.^a (GOV) — Aprova a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras na Polícia de Segurança Pública, altera o regime de retorno, e regula o novo sistema de entrada e saídas para o reforço do controlo das fronteiras externas, tendo sido igualmente aprovado, na generalidade e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo a esta proposta de lei, assim como, na especialidade, a

assunção pelo Plenário das votações indiciárias.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º 372/XVII/1.^a (L) — Recomenda a regulamentação do Fundo de Emergência para a Habitação.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 185/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que garanta condições de bem-estar, salubridade e segurança no local de trabalho aos profissionais da PSP e da GNR e 188/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento, implementação e reforço de políticas relativas à condição das forças de segurança em matéria de alojamento e habitação, saúde mental e formação, em diálogo com as associações representativas dos seus profissionais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 172/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a revisão da tabela de gratificados da PSP.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 173/XVII/1.^a (CH) — Pela prevenção do suicídio nas forças de segurança.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 206/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a criação da carreira de técnico de reinserção, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 233/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a revisão da tabela de honorários dos serviços prestados por advogados no sistema de acesso ao direito e aos tribunais e 251/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à atualização da tabela de honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 383/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo medidas de proteção e de reconhecimento aos ex-trabalhadores da mina da Urgeiriça e aos seus familiares e 423/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas adicionais de dignificação e proteção dos mineiros da Urgeiriça, dos seus familiares e da memória desta comunidade mineira.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS a intervir em tribunal.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões relativamente aos Decretos da Assembleia da República n.ºs 20/XVII/1.^a — Lei das Grandes Opções para 2024-2028 e 21/XVII/1.^a — Orçamento do Estado para 2025.

Depois de desejar boas festas à Câmara, o Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 7 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, bom dia a todos.
Estamos em condições de iniciar os nossos trabalhos.

Eram 9 horas e 4 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias para acesso do público.

Pausa.

No primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos, temos a eleição para a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública.

Pausa.

Portanto, pedia aos Srs. Deputados que, até às 12 horas, fizessem o favor de se dirigir à Sala D. Maria II para exercerem o direito de voto para a eleição de um membro para esta Comissão. Peço também às direções dos grupos parlamentares o favor de avisarem os Srs. Deputados de que até ao meio-dia poderão exercer o direito de voto.

Vamos, então, passar ao segundo ponto da ordem do dia, que consiste na reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 11/XVI/1.^a — Regime jurídico do complemento de alojamento dos estudantes do ensino superior deslocados.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos para o efeito. Faça favor.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não poderia iniciar esta intervenção sem dizer que há um País decente que, perante as imagens de ontem, no Martim Moniz, cora de vergonha.

Vozes do CH: — Oh! Oh!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mas, como diz o poeta, «Mesmo na noite mais triste / [...] / há sempre alguém que resiste / há sempre alguém que diz não.» Urge esclarecimentos, urge defender o Estado de direito, urge defender segurança para todos.

Aplausos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tinhas era pouca vontade de vir trabalhar!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, já se passaram mais de três meses desde o início do ano eletivo, três meses em que milhares de estudantes estão na dupla condição de não terem dinheiro para pagar um quarto nem terem direito a apoios sociais, três meses a suportar rendas de 300 € e 400 € sem apoio, três meses em que alguns desistiram — e um já era demais —, que se seguiram a meses em que outros tiveram de fazer decisões difíceis.

Não é por acaso, Srs. Deputados, que, pela primeira vez numa década, houve uma redução de estudantes a ingressar no ensino superior.

Protestos do Deputado do PSD Emídio Guerreiro.

E hoje são 120 000 os estudantes deslocados. Mas podiam ser mais, porque nos 120 000 não se contabiliza quem não se deslocou, quem abdicou de estudar, de estudar onde quer ou de estudar o que quer, por não ter como pagar um quarto, quem abdicou de um sonho, quem abdicou de um projeto de vida.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — As maldades que vocês deixaram!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não venham falar de residências. Quem as começou a construir fomos nós, quem as vai inaugurar são os senhores, mas elas não chegam, porque elas demoram tempo a construir e serão só 25 000. O que fazem os outros 100 000 estudantes deslocados?

Não venham falar, sequer, de pousadas de juventude ou de PPP (parceria público-privada), porque não se compara o volume de umas com o volume das outras. Não se admite que um estudante esteja a ser obrigado — sim, obrigado — a dormir num beliche com percevejos, porque senão perde o apoio social a que tem direito.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Foi isso que vocês deixaram!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E não venham falar do apoio que o Governo criou, porque é um meio apoio para quem tem rendimentos *per capita* de 28 IAS (indexante dos apoios sociais), isto é, 1045 € por mês — chega a poucos e chega para pouco. Chega a poucos e chega para pouco.

Srs. Deputados, nós precisamos de um apoio de banda larga para a classe média, até ao 6.º escalão, a quem também custa ganhar a vida.

Protestos do PSD e do CH.

Precisamos de um apoio para quem também custa pagar um quarto e para quem paga os seus impostos e também merece ser apoiado, Srs. Deputados, para ter um filho a estudar, para poder sonhar, para poder sonhar em ter um futuro melhor.

Protestos do Deputado do PSD Emídio Guerreiro.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Oito anos, e nada!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PS tinha anunciado esta prioridade a 12 de abril; o Parlamento discutiu e aprovou esta iniciativa a 22 de maio. E o que é que aconteceu no dia seguinte? No dia 23 de maio, o Governo anunciou a sua meia medida. Sabia muito bem o que é que estava a fazer. A 18 de julho, o conjunto da oposição aprova a medida de apoio inteira. A 28 de agosto, o Presidente da República vetou. E vetou a dizer o quê? A alegar que os regimes eram contraditórios. Pudera! Foi o Governo que criou essa contradição, criando um meio alargamento no dia a seguir à aprovação parlamentar do alargamento inteiro. É mesmo uma disputa entre quem é que tem mais legitimidade, se o Governo, se o Parlamento, como o representante do povo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estão cá 12 Deputados do PS! Isso é que é vergonha!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O Presidente da República alegou que as duas diferentes entradas em vigor causavam custos sociais indesejáveis, mas o verdadeiro custo social, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é o das famílias, que nestes três meses não tiveram apoio ao alojamento, é o dos estudantes que desistiram de estudar. Esse é que é um custo social e é bastante indesejável.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A culpa é do PS!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Na reencarnação desta proposta cabe-nos escutar os alertas do Presidente da República.

Para não mudar as regras a meio do ano letivo, propomos um novo regime, maior e mais alargado, mas só no novo ano letivo de 2025/2026. Assim não há contradições, assim não há falta de clareza, assim não há mais desculpas.

Hoje não é dia de partidarites,...

Protestos do PSD.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Tu é que começaste!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... de discussões muito inflamadas, que não dizem nada a quem está lá em casa. Hoje é dia de dizermos «sim» ou «não»: «sim» ou «não» aos estudantes e aos seus pais; «sim» ou «não», que não é preciso ganhar-se só 1045 € para ter apoio para pagar um quarto;...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... «sim» ou «não» a uma classe média que também merece ser apoiada, porque o contrato social também é para eles;...

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

... «sim» ou «não», que um filho da classe média também pode querer estudar longe de casa, que um filho da classe média também pode sonhar.

Por eles, pedimos-vos: superemos este veto, digam que sim aos estudantes.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Miguel, és um populista!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem um pedido de esclarecimento.

Pausa.

Para formular o pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Teixeira, do Chega, que dispõe de 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a preocupação do PS com o ensino superior é tão grande que tem cerca de 10 Deputados, neste momento, no Plenário.

Aplausos do CH.

Hoje discutimos, mais uma vez, um problema criado pelos sucessivos Governos socialistas, e esta começa a ser uma prática comum nesta Casa. Criaram um obstáculo, destruíram os sonhos de uma jovem geração e, eventualmente, lembraram-se de apresentar uma solução. A desistência no ensino superior começa a ser um flagelo, os deslocados são convidados a deslocarem-se além-fronteiras e a emigrar. Como se não bastasse, um estudo vem demonstrar que 68 % dos alunos que frequentam o ensino superior e têm dificuldades financeiras não têm, sequer, acesso a uma bolsa de estudo. Como é que é possível, então, Sr. Deputado Miguel Costa Matos, um jovem deslocado, que já enfrenta problemas financeiros e não consegue aceder a uma bolsa, lutar pelo seu projeto de vida?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — No paraíso socialista, de facto, tudo é possível, mas no mundo real sabemos muito bem que isso não acontece.

Sabemos também, Sr. Presidente, que socialismo e prosperidade não são sinónimos e que socialismo e coerência também não.

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Agora, quando achávamos que tudo sabíamos, os socialistas e os seus representantes conseguem ainda surpreender-nos. Depois daquilo que foram os sucessivos Governos socialistas, depois do falhanço, por exemplo, do programa Mais Habitação, surge uma liderança iluminada na JS (Juventude Socialista), que promete a construção de 600 000 casas — 600 000 —, quando os seus Governos nada construíram.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É a tua sucessora, Miguel!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Este é um perfeito exemplo, das duas, uma: ou de uma enorme falta de preparação ou de uma gigantesca falta de vergonha para com os portugueses lá em casa.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É sempre a mesma cartilha!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, estamos prestes a celebrar o período natalício, uma data que marcou a história da humanidade, um dia de esperança também, e permita-me terminar com boas notícias: o povo português começa a despertar, o socialismo e as suas bases, felizmente e finalmente, começam a afundar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos. Tem 2 minutos também. Faça favor.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, os números falam por si e permitem responder às questões do Sr. Deputado Daniel Teixeira: temos hoje menos 40 % de emigração do que tínhamos quando o Governo do Partido Socialista entrou em funções, há 8 anos; 170 000 pessoas voltaram,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Só na JS!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... e temos mais jovens qualificados no final de cada ano do que aqueles que terminaram o ensino superior;...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Ouve, para ver se aprendes!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... temos mais 25 000 bolsas do que tínhamos há 8 anos;...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Temos mais pobres!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... o complemento de alojamento passou de 150 € para 450 €; temos 450 milhões de euros a serem investidos em pousadas,...

Risos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

... peço desculpa, em residências universitárias; e 10 000 camas já estão em obra — 10 000, Sr. Deputado.

Para terminar, sobre as casas públicas, elas, de facto, estão a ser construídas, e a Suécia bem demonstrou, com 1 milhão de casas construídas, que é possível se a nossa ambição assim o quiser. A nossa está lá, e a sua, Sr. Deputado, onde é que está? Habitação pública para a nossa geração é o que é preciso.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Essa foi a ambição do Partido Socialista nos últimos oito anos!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Qual dos teus amigos quer viver numa casa pública?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muitos!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Eu!

O Sr. **Presidente**: — Podemos continuar, Sr.^{as} e Srs. Deputados? Temos uma ordem de dia um bocadinho longa.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção. Dispõe de 3 minutos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste momento, a habitação passou a ser um obstáculo à frequência do ensino superior. As dificuldades económicas já eram um obstáculo à frequência do ensino superior, o Bloco de Esquerda, por isso, sempre defendeu o fim das propinas.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Ninguém deve ter a dificuldade económica como um entrave para a sua qualificação, para a sua progressão académica.

É uma condição de democracia que todos possam aceder em condição de igualdade ao ensino superior e que possam estudar aquilo que querem e onde desejam estudar, e que esses desejos, essas capacidades, essas possibilidades, não sejam limitadas pelo facto de um quarto em Lisboa custar um absurdo que uma família da classe média não pode pagar ou de uma casa no Porto não ser comportável e não haver residências estudantis.

As residências são a solução para os alunos deslocados, são a grande solução, mas porque o País se atrasou na construção e na resposta aos estudantes, estes tiveram de se virar para o mercado de arrendamento.

Durante muitos anos isto foi possível, com um mercado de arrendamento que lhes oferecia soluções. Neste momento, o mercado de arrendamento está a expulsar estudantes do ensino superior, está a fazer com que os estudantes desistam do ensino superior, e esse é um preço que a nossa democracia não pode pagar pela irresponsabilidade de não controlar a especulação imobiliária e de não controlar os preços das casas.

É por isso que propomos que o apoio, tanto a bolseiros como a não bolseiros, seja dado por inteiro.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Neste momento, não é a pequena diferença entre o rendimento de uma família que tem um filho bolseiro e o rendimento de uma família que não atinge as condições para ter um filho bolseiro que faz com que uma família possa pagar um quarto em Lisboa e a outra não, porque, neste momento, a maioria das famílias, pura e simplesmente, não consegue sustentar um aluno deslocado. É por isso que o apoio ao arrendamento tem de ser por inteiro, para bolseiros e não bolseiros.

A nossa outra proposta é a de alargar a bolseiros e não bolseiros a possibilidade de receber esse apoio apenas com um comprovativo de transferência de renda. Sabemos que muitos senhorios não passam faturas, não passam recibos aos seus arrendatários, e os estudantes não podem ser responsabilizados pela fuga dos senhorios aos seus deveres fiscais.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Esta medida já foi aprovada, já foi aprovada a possibilidade de uma transferência bancária servir como comprovativo para efeitos de apoio ao arrendamento, e o que queremos é alargar essa possibilidade também aos não bolseiros.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Ana Gabriela Cabilhas, do PSD, que dispõe de 6 minutos.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em 2019, o então Primeiro-Ministro, três ministros e um secretário de Estado juntaram-se para anunciar o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior. O objetivo era intervencionar 14 000 camas até 2022. Não foi cumprido, mas já nessa altura diziam gostar de ação, de fazer, de decidir.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — 10 000 camas! 10 000!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — As promessas foram relançadas com a ajuda do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência): eram 18 000 até 2026. Continuaram a arrastar os pés, sem resultados; um vazio.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Têm os pés pesados!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — É caso para perguntar se o Partido Socialista sabe onde estão as chaves do antigo edifício do Ministério da Educação, que o ex-Ministro Tiago Brandão Rodrigues entregou ao ex-Ministro das Infraestruturas e Habitação, hoje o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — A sério?!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — O Partido Socialista, quando esteve no Governo, foi inoperante e ineficaz.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Foi o Moedas que aprovou o projeto!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Agora que está na oposição, numa atitude pouco séria, quer tentar mostrar que faz, ao apresentar um regime jurídico de complemento de alojamento dos estudantes do ensino superior deslocados, ou seja, para bolseiros e não bolseiros.

Onde andou o Partido Socialista no verão de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, quando devia estar a preparar o início do ano letivo?

Protestos da Deputada do PS Ana Mendes Godinho.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Ora!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Onde esteve a prioridade aos estudantes não bolseiros e às famílias da classe média no Orçamento do Estado para 2024?!

Aplausos do PSD.

Sabemos todos a resposta: não esteve; esteve ausente.

Ó Sr. Deputado Miguel Costa Matos, não lhe conheço uma intervenção pública, uma reivindicação para a procura de soluções para os estudantes não bolseiros ou para os filhos da classe média durante a governação socialista.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não sejas mentirosa!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Isto trata-se de desonestidade, de oportunismo político e, até mesmo, de populismo.

O Governo da AD (Aliança Democrática) apresentou propostas rápidas e concretas para o início do ano letivo.

A mobilização da capacidade instalada nas pousadas da juventude e INATEL (Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores) junto dos serviços de ação social — estando já alocadas 258 camas — e o financiamento para as instituições de ensino reforçarem o alojamento, num trabalho diário que se traduz em quase 800 camas contratualizadas ou em contratualização, são valores muito superiores à média anual de novas camas nos últimos anos, que foi de apenas 132.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Eu repito: 132 por ano.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Este Governo também reconhece a necessidade de apoiar os estudantes que, apesar de não serem bolseiros, têm sérias dificuldades em suportar o custo com o alojamento. Por isso, está em vigor desde setembro a atribuição de metade do valor do complemento de alojamento atribuído aos bolseiros para estudantes deslocados em agregados familiares com rendimento *per capita* até 28 vezes o indexante dos apoios sociais, até cerca de 14 000 €. Foi este Governo que fez.

O PS vem agora propor aumentar o apoio em 100 % e alargar a sua abrangência até ao 6.º escalão de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), até cerca de 39 000 € anuais.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Já era uma proposta feita pelo PS há dois anos!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — O descaramento do PS é tanto que, nos anos em que governou, não apoiou nem metade, nem a totalidade; nem muitos, nem poucos estudantes; zero.

Aplausos do PSD.

E o desleixo do PS foi tanto que teve de ser este Governo a pagar aos estudantes o apoio à deslocação em atraso, aprovado no ano passado, mas nunca implementado pelos senhores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Mas há mais: a proposta do Governo não causa desvio às recomendações do Tribunal de Contas Europeu, do qual mais de 50 % dos fundos para ação social estão dependentes. Já para o Partido Socialista, as preocupações do Tribunal de Contas mudam em função da conveniência política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Há ainda outro problema: a falta de coerência do Partido Socialista, que vem, à 25.^a hora, introduzir mais uma medida com impacto orçamental,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — ... depois da aprovação do Orçamento do Estado para 2025, que incluiu mais de 1000 milhões de euros de medidas da oposição, com o acordo do Chega e do PS, a quererem governar a partir do Parlamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — À segunda-feira, o PS queixa-se de que o saldo orçamental se vai deteriorar — segue o discurso do Governador do Banco de Portugal em relação aos défices orçamentais, não sai do capítulo da desgraça das contas públicas do livro de finanças do Dr. Mário Centeno. À sexta-feira, o PS é irresponsável e quer aprovar mais uma medida, que diz ser de banda larga, e que não esclarece aqui quanto custa. Por isso, há uma pergunta à qual o PS não pode fugir: quanto vai custar a medida aos contribuintes e onde estão as contas?

Este é o mesmo Partido Socialista que traçou como linha vermelha o IRS Jovem do Governo, que acusou Luís Montenegro de governar para os ricos, para os privilegiados, para quem não precisa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Esta medida do PS é injusta socialmente, sem reforçar o apoio aos estudantes mais desprotegidos, aos mais desfavorecidos, a quem mais precisa de condições para aceder ao ensino superior, e prejudica os agregados familiares à medida que vão tendo mais filhos a estudar.

Enquanto o Governo tem em curso uma avaliação rigorosa do impacto da ação social, cujos resultados devemos aguardar, pois contribuirão para um sistema de ação social com um desenho mais adequado, que promova a igualdade de oportunidades e a justiça social, o PS quer trazer mais um retalho para a manta de retalhos que é, já hoje, a ação social no ensino superior.

Por isso, quero terminar com uma citação: «Os cidadãos procuram ideias que respondam aos problemas das suas vidas e procuram políticos qualificados, com sentido crítico para os representar nos momentos mais difíceis».

Eu recomendo a leitura do livro do Sr. Deputado Miguel Costa Matos ao próprio. É que o Sr. Deputado não esteve lá para os estudantes, nem nos momentos mais difíceis. De facto, para quem não tem vergonha, todo mundo é seu, e a sua intervenção hoje reflete isso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Marina, já são 9 horas e 25 minutos e metade dos Deputados do PS não chegou ainda!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não há despertadores no PS?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Devia ser descontado no ordenado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Precisam de despertadores!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada Marina Gonçalves. Dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria pedir à Mesa para distribuir, sobretudo à Sr.^a Deputada Gabriela Cabilhas — porque deve estar desatualizada sobre as notícias recentes —, a notícia de que a chave do ministério na Avenida 5 de Outubro deve estar a ser entregue, neste momento, a um privado, tendo em conta que foi abandonado o projeto da residência estudantil que estava previsto pelo Governo do Partido Socialista.

Era para informar o PSD, através dessa notícia, de onde é que estão as chaves e de quais são as prioridades com o ministério da 5 de Outubro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, vai fazer chegar à Mesa o documento referente a isso, certo?

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, então, Sr.^a Deputada.

Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O decreto-lei em reapreciação institui o regime jurídico para complemento ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e amplia o seu acesso, ou seja, trata-se de um benefício direto que procura mitigar a insuficiência da habitação estudantil — tantas vezes já aqui discutida —, da responsabilidade do Partido Socialista, que nos últimos oito anos nada fez. É, aliás, uma responsabilidade também do Bloco de Esquerda, que aprovou a maior parte dos Orçamentos do Estado do Partido Socialista nos últimos oito anos.

Não é a relevância deste tema que está em causa. E não é necessário retomarmos o debate, como estamos a fazer, porque nos parece relativamente tranquilo que temos de nos cingir àquilo que pretende o Presidente da República, que é corrigirmos uma insegurança jurídica, para não deixarmos de parte os estudantes do ensino superior, sendo esta uma matéria de pertinência social e política.

Uma vez que a entrada em vigor deste decreto está prevista para 1 de janeiro de 2025 e que já existe um regime jurídico aprovado pelo Governo sobre a mesma matéria, o que vai acontecer é que vamos ter dois regimes jurídicos diversos a vigorarem ao mesmo tempo — é isto que temos de corrigir.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Vai revogar o outro!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Embora entenda a contrariedade identificada pelo Sr. Presidente da República sobre a necessidade de ponderarmos ou não a conveniência de existirem dois regimes diversos sucessivos, o que não entendo — e, por isso, pergunto — é como é que esta reapreciação pode ser adiada de setembro para dezembro.

O ofício enviado pelo Sr. Presidente da República data de 28 de agosto deste ano, e é normal que as reapreciações aconteçam o mais rapidamente possível, após o ofício do Sr. Presidente da República chegar à Assembleia da República.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, retomámos os nossos trabalhos em setembro e estamos a aprovar a reapreciação deste regime em dezembro. O que é que estivemos a fazer nos últimos três meses?!

É que, entretanto, estivemos perante uma insegurança jurídica. Portanto, o que seria benéfico para os estudantes do ensino superior — que necessitam efetivamente destas medidas — acaba por ter o efeito oposto, devido à demora na regulamentação e execução desta e de outras leis, e agudiza problemas como, por exemplo, a exclusão de estudantes deslocados devido aos altos encargos com a habitação, a falta de

eficiência da ação social e a redução da igualdade de oportunidades de acesso na pertinência do ensino superior.

Assim, iremos votar a favor desta reapreciação, porque os estudantes do ensino superior não podem ficar prejudicados.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, tem a palavra, para uma intervenção, até 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Voltamos hoje a discutir um tema central para milhares de jovens e famílias em Portugal, o complemento de alojamento para estudantes deslocados.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É isso mesmo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E é precisamente em nome dessas famílias que temos a responsabilidade de levantar algumas questões sobre o decreto que está, neste momento, a ser reapreciado.

Para contornar o veto presidencial, dois partidos apresentaram propostas de alteração, o PS e o Bloco de Esquerda. São propostas inadequadas e mesmo irresponsáveis, que merecem o nosso total desacordo.

O decreto que foi — e bem — vetado pelo Presidente da República prevê o alargamento do complemento de alojamento a estudantes deslocados não bolseiros, provenientes de agregados familiares de rendimento anual até ao 6.º escalão de IRS, ou seja, cerca de 90 % das famílias portuguesas. Repito: a proposta que é agora reapreciada prevê a abrangência de 90 % das famílias portuguesas, o que levanta claramente questões significativas de equidade e de alocação de recursos públicos.

Isto significa que os estudantes de famílias com rendimento mensal superior a 6000 € — repito, superior a 6000 € —, incluindo os rendimentos dos pais, o do pai e da mãe, poderiam beneficiar deste complemento de alojamento.

A aprovação do decreto levanta claras questões de equidade, alargando em muito o complemento de alojamento e aumentando significativamente o custo orçamental desta medida. No ano letivo de 2023-2024, tínhamos mais de 127 000 estudantes deslocados e cerca de 14 000 recebiam complemento de alojamento.

Aprovando este decreto, o número de estudantes deslocados a beneficiar deste complemento irá aumentar exponencialmente, abrangendo praticamente todos os estudantes deslocados, carenciados e não carenciados, uma vez que abrangerá cerca de 90 % dos estudantes deslocados.

É o PS no seu melhor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PSD): — Pois é! Pois é!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Depois do imobilismo ao longo de oito anos, propõe agora gastar o dinheiro dos contribuintes à tripa-forra, como se não houvesse amanhã. E o País não se pode governar assim, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Quem é que deixou excedente?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda também levanta questões que não podemos ignorar.

O Bloco de Esquerda propõe que a transferência bancária possa ser equivalente ao recibo de renda para efeitos de comprovativo do pagamento do complemento de alojamento. Ou seja, a proposta do Bloco de Esquerda é um verdadeiro incentivo à informalidade, à economia paralela e à evasão fiscal. Para além de ser

inaceitável do ponto de vista social, esta proposta significa uma enorme borla fiscal aos senhorios, que fazem da economia informal um modo de vida.

Risos do Deputado do L Paulo Muacho.

Não é possível compactuar com medidas que beneficiam aqueles que não cumprem a lei. E é extraordinário que seja o Bloco de Esquerda a promover esta borla fiscal aos senhorios.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Por todas estas razões, a proposta do Bloco de Esquerda também deve ser rejeitada.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queria referir que vamos acompanhar as propostas que foram entregues para não só reforçar os direitos e assegurar que os estudantes deslocados podem ter um maior apoio para garantir a sua frequência no ensino superior, como também para resolver os problemas suscitados pelo veto do Sr. Presidente da República.

Todos sabemos que há, de facto, um conjunto de obstáculos que criam dificuldades a muitos estudantes e os impedem, até, de frequentar o ensino superior. Por isso, temos defendido a eliminação das propinas, das taxas e emolumentos, porque consideramos que o ensino superior deve ser gratuito.

Mas há também um outro obstáculo, que são os custos com o alojamento e é verdade que o anterior Governo, do Partido Socialista, não fez aquilo que devia ter feito para resolver estes problemas.

Houve vários atrasos, de facto, no plano de investimentos para o alojamento estudantil e houve, inclusivamente, um conjunto de propostas que o PCP aprovou para alargar este apoio e que o Partido Socialista veio agora trazer, nomeadamente o alargamento do apoio para estudantes deslocados cujos rendimentos se situem até ao 6.º escalão do IRS.

Mas é verdade também que o Governo do PSD e do CDS não está a resolver o problema, porque aquilo que é necessário é um investimento sério...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Oh...!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... no alargamento da resposta pública de residências, de mais camas, mas o que fez foi retirar o antigo edifício do Ministério da Educação, que permitia alargar, e muito, essa mesma resposta.

Também não avançou com propostas e soluções concretas para garantir condições para que nenhum estudante abandone o ensino superior e para que todos os estudantes tenham condições para o frequentar.

Da parte do PCP, iremos continuar a intervir no sentido de garantir a todos os estudantes as condições para que possam frequentar o ensino superior. Isso exige não só medidas no sentido da eliminação dos obstáculos, como, neste caso concreto, a eliminação das propinas e das taxas e emolumentos em todos os ciclos de ensino e também medidas concretas de reforço da ação social escolar no que diz respeito ao complemento de alojamento para quem seja estudante bolseiro, abrangendo também estudantes deslocados, que são mesmo muitos. Mesmo concretizando os investimentos que estão previstos, estes ficam longe de dar a resposta que é necessária para os estudantes deslocados do ensino superior.

São também necessárias soluções para reforçar a ação social escolar no que diz respeito às bolsas de estudo, nomeadamente o reforço do montante e o seu alargamento, para abranger mais estudantes. É nesse sentido que o PCP interveio e vai continuar a intervir.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada não tem pedidos de esclarecimento.

O Sr. Deputado Miguel Matos pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, tem 1 minuto.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, é uma interpelação sobre a condução dos trabalhos, para solicitar a distribuição de duas ligações: a primeira é para o relatório de execução do Plano Nacional de Alojamento do Ensino Superior, que está disponível *online*, e a segunda para uma notícia de 10 de outubro de 2022, que demonstra, ao contrário do que foi afirmado pelo PCP e pela AD, que o Governo anterior, do Partido Socialista, já tinha efetuado o alargamento a não-bolseiros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Gastaste o tempo todo e agora fazes interpelações à Mesa!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Iremos enviar as ligações.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, serão distribuídas.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Matias, do Chega, que dispõe de 2 minutos e 58 segundos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate que estamos a ter hoje é, no mínimo, confrangedor.

É confrangedor porque temos, por um lado, um Governo minoritário que é perdedor e porque, sendo minoritário, só sabe formar maiorias na hora de aumentar salários a políticos.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Este Governo minoritário criou um regime jurídico para apoiar o alojamento dos estudantes deslocados do ensino superior que já vigora no presente ano letivo. Temos, no entanto, um diploma com o mesmo intuito, apresentado pelo Partido Socialista, que esteve no Governo durante oito anos, mas que nada fez e que agora é que se lembrou dos jovens estudantes no ensino superior. Naturalmente, este documento só poderia ser devolvido pelo Sr. Presidente da República, porque, de facto, não podem vigorar dois regimes em simultâneo.

Mas, se isto é confrangedor, por um lado, por outro, é profundamente pedagógico e ainda bem que acontece com um tema que é caro aos jovens, para que os jovens percebam de uma vez por todas. Os jovens votaram, votam e continuarão a votar à direita, mas, infelizmente, o nosso País não virou verdadeiramente à direita.

Estamos aqui a discutir a diferença de 100 €, 200 € ou 300 € em subsídios — subsídios necessários, sim, não fosse esta geração herdeira de um País pobre e socialista.

Protestos do Deputado do PSD Emídio Guerreiro.

No entanto, é preciso que percebam que passamos mais tempo a distribuir a pouca riqueza que temos do que a discutir como gerar mais riqueza para todos, num País onde todos pudéssemos prosperar, em vez de sermos todos nivelados por baixo.

Aplausos do CH.

É por isso que este debate foi todo sobre os bolsheiros que o Partido Socialista multiplicou, porque multiplicou a pobreza, ou, por exemplo, sobre as residências universitárias, que têm financiamento europeu para serem construídas, mas que não saem do papel, ou sobre o acesso ao ensino superior.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Estas questões são todas importantes, mas não são as mais estruturais para o nosso País. Quando é que vamos ter um debate sério sobre o ensino superior? Quando é que vamos perceber que o elevador social está estagnado e que, hoje, ter um curso superior já não é sinónimo de ter um emprego estável ou de ter um salário digno? Quando é que alguém vai ter coragem de dizer que, no país dos sociólogos e dos antropólogos, escasseiam cada vez mais as profissões técnicas — os serralheiros, os eletricitistas, os canalizadores —, tão necessárias ao nosso País?

Aplausos do CH.

Quando é que vamos conciliar a oferta do ensino superior com as oportunidades e as reais necessidades do nosso País? Meus senhores, não é a imigração que vos vai salvar da vossa própria incompetência.

Um bom Natal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate é um bom exemplo do que acontece quando não se reconhece uma verdadeira emergência.

A crise da habitação é uma verdadeira emergência. O seu impacto nas famílias e, acima de tudo, nos estudantes deslocados, constitui uma verdadeira emergência que deveria ter merecido, desde o início, ações decisivas por parte do Estado.

Tivemos um debate em setembro de 2022 sobre este mesmo tema e a solução que propôs o Livre — que, na altura, foi desvalorizada pela Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior — foi que, no centro das cidades, onde temos quartéis esvaziados, tribunais e ex-hospitais civis que podem ser transformados em residências universitárias, algumas vezes de forma bastante expedita, isso fosse feito.

Mais, propusemos que isso fosse visto a ser feito, que as pessoas percebessem que havia uma ação decisiva por parte do Estado para ajudar as pessoas.

Não acontecendo, enredámo-nos numa sequência de regimes jurídicos de apoios aqui e acolá, feitos, enfim, para ir gerindo o que já era uma situação de emergência sem reconhecer o potencial que ela tinha de disrupção social.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Era o PS!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Depois, acabamos nesta situação em que temos um veto presidencial antes do início do ano letivo, que é aqui discutido já no fim do ano, na última sessão antes do recesso natalício, sobre um regime jurídico novo que devia entrar em vigor a 1 de janeiro.

Evidentemente, o Livre apoiará todas as iniciativas que se dispõem a alargar estes apoios, porque, ao contrário do que disseram alguns Deputados e Deputadas da direita, neste momento até a classe média precisa de apoios para que os seus filhos possam deslocar-se e continuar a estudar. E, enquanto não houver soluções de quartos em residências construídas pelo Estado, isto não pode ser deixado simplesmente nas mãos do mercado.

No entanto, não podemos fazer de conta que não vemos o que se passa no País político, dentro desta Casa e lá fora.

O que vemos é que, hoje em dia, temos uma política completamente dominada por aqueles que se limitam a gerir perceções para a opinião pública e para a agenda mediática e não a resolver os verdadeiros problemas.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vimos, ainda ontem, o PSD a votar, com a extrema-direita, propostas que ainda há pouco tempo escandalizariam o próprio PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Era do PS! Fotocópia do PS!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É o que vigora na Alemanha e na Suíça!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E fê-lo porque anda atrás dessas perceções.

Nós falamos muito nos 50 anos do 25 de Abril, mas esquecemo-nos que, daqui a pouco tempo, teremos os 100 anos do fim da I República e de como é rápida a degradação democrática e dos regimes quando os democratas se fazem de distraídos e acabam a votar com aqueles que querem o fim do regime.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Foi isso que vimos ontem e é isso que, neste momento, nos deve preocupar, porque senão a degradação será muito rápida.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Joana Mortágua, tem a palavra para uma intervenção e dispõe de 9 segundos mais a tolerância, o que significa que precisa de aproveitar bem o tempo e que haja condições na Câmara para a ouvir.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, só queria lamentar que não haja, na Sala, nenhum ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que possa explicar ao Sr. Deputado Paulo Nuncio que usar as transferências de pagamentos como comprovativo da renda é, aliás, uma oportunidade para apanhar senhorios que fogem ao fisco...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É como alternativa ao recibo!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... e que não querem regularizar os seus contratos de arrendamento, além de ser justo para os estudantes.

Aplausos do BE.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não, não, é como alternativa ao recibo!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Estavas a falar do Robles, não era?!

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais nenhuma inscrição para este ponto.

Vamos então passar para o terceiro ponto da ordem do dia, que consiste na discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 24/XVI/1.^a (GOV) — Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica e o Regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado, que arrasta os Projetos de Lei n.ºs 180/XVI/1.^a (PS) — Aprova o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica, 371/XVI/1.^a (PCP) — Integração na carreira de investigação científica, 372/XVI/1.^a (PCP) — Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação e 376/XVI/1.^a (BE) — Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, o Regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado e o regime transitório da carreira de investigação científica, bem como os Projetos de Resolução n.ºs 151/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concurso para a contratação de doutorados em posições permanentes da carreira de investigação científica na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., destinado aos técnicos superiores doutorados, 192/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão da situação laboral em que se encontram os técnicos superiores doutorados e 473/XVI/1.^a (L) — Recomenda a criação da carreira especial de apoio à ciência e tecnologia.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Ciência, que dispõe de 7 minutos para o efeito.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Ciência** (Ana Paiva): — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.^{mo} Secretário de Estado Adjunto, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo de Portugal apresentou uma proposta de lei para o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC), que será debatida pelas Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Esta proposta revoga um diploma em vigor desde 1999, desatualizado e que não responde às necessidades atuais do sistema científico nacional, um diploma que deixava toda uma carreira abandonada.

A proposta do Governo tem como base outra proposta elaborada pelo Executivo anterior, porque não viemos para mandar abaixo, mas sim para construir mais alto. Este ECIC é a prova disso.

Mas este ECIC vai mais longe: traz uma nova visão, vai ao encontro de políticas nacionais e europeias de valorização da população jovem para a ciência, inovação e empreendedorismo, cria um quadro legislativo claro que promove a estabilidade e permite antever a evolução na carreira, que é um passo importante para reter talento.

Este ECIC aqui apresentado é um trabalho feito com a comunidade científica e para a comunidade científica. Integra contribuições recolhidas em 15 reuniões com estruturas setoriais de trabalhadores e empregadores, teve em conta 17 contributos por escrito, incluindo do CRUP, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, do CSISP, Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, e das associações dos investigadores e bolseiros, assim como dos sindicatos.

O novo ECIC, na sua essência, não se limita às instituições de ensino superior públicas e laboratórios do Estado, abrange também outros serviços da administração direta e indireta do Estado como museus, cujos mapas de pessoal incluem as carreiras e categorias a que se refere.

Este diploma propõe ainda o Regime comum de carreira de investigação científica em direito privado, que se aplica a instituições de ensino superior de natureza fundacional, a entidades públicas empresariais — as EPE — e a instituições privadas sem fins lucrativos que integrem o nosso sistema científico e tecnológico.

Esta aplicação pode ser imposta pelo projeto financiador e não afasta outros regimes mais benéficos para o investigador.

Tal como o anterior, este ECIC contempla três carreiras de investigadores, estabelecendo um paralelo com os estatutos da carreira docente universitária e politécnica.

O conteúdo funcional da carreira reconhece funções como a de gestão de ciência e de infraestrutura, seguindo as recomendações da Comissão Europeia.

O Governo acredita que o ECIC deve ser atrativo para as instituições de ensino superior. Acreditamos que ter cientistas a dar aulas beneficia todos, pelo que as instituições contratantes podem atribuir aos investigadores quatro horas letivas, sendo que esta atribuição não é obrigatória.

O recrutamento, ao abrigo do novo ECIC, tem como objetivo garantir a excelência. Por isso, os concursos são internacionais e os júris compostos por uma maioria de elementos externos, com uma representação de

género equilibrada. Estabelece-se como vínculo o trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com um estatuto reforçado de estabilidade laboral.

Uma das grandes prioridades do Governo é dar estabilidade aos jovens.

Aplausos do PSD.

Não há, por isso, um número mínimo de anos após o doutoramento para concorrer a investigador auxiliar, e há apenas cinco anos para investigador principal ou coordenador. O período experimental é de cinco anos para investigador auxiliar e de três para coordenador e principal.

Contabiliza-se o tempo de serviço já prestado na instituição contratante como investigador ou técnico superior com doutoramento em funções de investigação.

No Governo, queremos que a investigação possa levar à inovação, por isso, a dedicação exclusiva abre a porta à participação de investigadores em funções consultivas e de gestão em *startups* e *spin-offs*, com origem no trabalho de investigação. Neste diploma, tornam-se claras as condições para investigadores, especialmente contratados, visitantes, convidados e doutorandos, mas não existe trabalho voluntário, todo o trabalho prestado deve ser remunerado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Da mesma forma, os doutoramentos ganham enquadramento jurídico para serem feitos no âmbito de contratos, tal como acontece noutros países europeus. Este é o primeiro sinal de uma mudança necessária, uma mudança que permite ter todo o ciclo da carreira — doutorandos, pós-doc, investigadores nas diversas categorias — com contratos, não com bolsas.

Para flexibilizar os percursos, o diploma prevê a mobilidade entre carreiras de investigação e docência em instituições de ensino superior, bem como as condições para a sua consolidação, em consonância com as necessidades permanentes das instituições.

A aprovação deste diploma é particularmente relevante no momento em que se prevê um número *record* de aposentações no ensino superior e, conseqüentemente, um elevado número de entradas no mesmo, especialmente num momento em que a FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) está a apoiar a abertura de mais de 1200 lugares permanentes em diversos programas, que serão abertos até dezembro de 2025.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Ciência**: — Temos de oferecer àqueles que estão agora a entrar na carreira de investigação científica e também àqueles que estão a transitar de uma situação de precariedade para uma situação de estabilidade, condições adequadas, um percurso profissional previsível e uma carreira sólida. Só assim conseguiremos atrair os melhores talentos, só assim conseguiremos que a ciência portuguesa atinja o seu potencial. Os nossos investigadores estão à espera deste diploma. Não os podemos deixar mais tempo à espera.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado tem um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esgotou foi o tempo todo!

O Sr. **Presidente**: — Tempo, para esclarecer, é que não vai existir, mas a vida é o que é.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Gabriel Mithá Ribeiro, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Saúdo o Sr. Presidente, saúdo a Sr.^a e o Sr. Secretários de Estado. A Sr.^a Secretária de Estado ficou sem tempo, mas faço a pergunta na mesma.

Começo por dizer que saudamos o Ministério da Educação pela revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, o ECIC, e os diplomas associados, incluindo o RJIES (Regime jurídico das instituições de ensino superior), porque é preciso travar décadas de crescimento caótico da ciência e do ensino superior, que teve os seguintes resultados: a economia estagnou, as instituições, a família, a escola, a justiça, e por aí fora, estão em rutura e as carreiras dos investigadores são injustas e caóticas. Daí a necessidade desta revisão, que é uma herança dos Governos do PSD e do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Agora, o problema do seu Ministério, Sr.^a Secretária de Estado, é continuar a falhar, e muito, no ensino básico e secundário. Essa é a prova de o PSD ser de esquerda, isto é, trabalha para as minorias e falha à esmagadora maioria, que são os professores e alunos do ensino básico e secundário.

Além disso, a proposta que o Governo apresenta deixa ao Chega duas dúvidas. A primeira: por que razões o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação e a Sr.^a Secretária de Estado insistem em silenciar o impacto nefasto da ideologia *woke*...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Dá para fazer uma massinha com molho de soja no *wok*!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — ... e da politização na investigação e no ensino superior.

Aplausos do CH.

É que essa atitude torna impossível recuperar o prestígio social de investigadores e professores.

Segunda questão: o Governo vê como viável uma parceria entre si e uma entidade independente para criar o maior e o mais inovador prémio de investigador? O objetivo seria, como disse antes a Sr.^a Deputada Rita Matias, fazer sair a investigação o mais possível das universidades e torná-la parte integrante de setores estratégicos concretos — falo dos setores da economia, da segurança, da defesa, entre outros.

Aplausos do CH.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Chama-se «autonomia do ensino superior»! Foi uma conquista!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Eu sei! Chama-se «liberdade»!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, Partido Socialista, que dispõe de 7 minutos, se faz favor.

Pausa.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para que fique registado que o Grupo Parlamentar do Chega deu 20 segundos à Sr.^a Secretária de Estado para responder, e o Governo não aceitou para não responder às perguntas do Chega.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, tem a palavra para a sua intervenção sobre o Projeto de Lei n.º 180/XVII/1.^a (PS) — Aprova o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A aposta no emprego científico é uma marca clara da governação do Partido Socialista, porque implementou vários programas de estímulo à contratação de investigadores em modalidades individuais e institucionais,...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

... fomentou a criação de laboratórios colaborativos, que contrataram recursos humanos altamente qualificados pelo Portugal 2020 e pela Missão Interface do PRR, e promoveu a consolidação e a expansão de unidades de investigação e desenvolvimento, bem como de laboratórios associados.

Estas medidas permitiram criar milhares de postos de trabalho em todo o País — todo o País! — atraindo e fixando jovens altamente qualificados no sistema científico e tecnológico nacional.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Foi também durante a governação socialista que foi lançado o primeiro grande programa de apoio à contratação de investigadores, exclusivamente para lugares de carreira, o FCT-Tenure, um programa dirigido à estabilização profissional de investigadores e das suas linhas de investigação, mas também à criação de um horizonte de carreira mais atrativo e sustentável para investigadores em ciclos iniciais de carreira.

Também o presente Orçamento do Estado criou uma linha de financiamento adicional de 20 milhões de euros, destinada a apoiar a contratação, por tempo indeterminado, de doutorados, exclusivamente para a carreira de investigação científica, garantindo o financiamento de um terço dos encargos resultantes dos respetivos contratos.

Ainda no âmbito do emprego científico, a governação do Partido Socialista iniciou, a partir da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o desenvolvimento de uma linha para a contratação de doutorados em ambiente não académico, como empresas, hospitais, museus, bibliotecas, entidades do terceiro setor, entre outras.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ora bem!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Estas medidas, repito, permitiram criar milhares de postos de trabalho em todo o País, mas, sobretudo, permitiram criar o acesso de milhares de pessoas a contratos de trabalho na investigação científica.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Por toda esta dinâmica, importa rever um regime central para a consolidação da carreira dos investigadores, um regime que permita reforçar a capacidade de investigação, desenvolvimento e inovação das instituições de ensino superior num contexto internacional, em estreita articulação com as atividades de formação, qualificação, promoção, conhecimento e divulgação de ciência.

Foi precisamente com o objetivo de reforçar a valorização do emprego científico e académico que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou, desde a primeira hora, uma proposta de revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que esperamos que tenha a aprovação deste Parlamento. Porquê agora? Ou para os mais desconhecedores que perguntarão: «Porquê só agora?» Os Governos do Partido Socialista deram um enorme passo na transformação de bolsas de pós-doutoramento em contratos de trabalho,...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... colocaram o emprego científico na agenda do País, estimularam a expansão e disseminação da carreira de investigação científica por todas as regiões de Portugal.

E foi precisamente este dinamismo que criou um bom problema, que exige um novo estatuto para a carreira e exige transformar os contratos a tempo certo em soluções contratuais definitivas, que diminuam a precariedade, retenham o talento e promovam a progressão na carreira de investigação científica.

Aplausos do PS.

É urgente que o Parlamento aprove a revisão do ECIC e que se proceda à atualização dos estatutos da carreira docente do ensino superior politécnico e universitário, discutindo as diversas questões relacionadas com a valorização destas carreiras, incluindo os aspetos salariais, o sistema de avaliação de desempenho, e a respetiva progressão na carreira.

Por isso, quanto a este aspeto, queria destacar a norma transitória do artigo 56.º da proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que acautela matérias conexas com o ECDU (Estatuto da Carreira Docente Universitária) e o ECDESP (Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico), não podendo resultar qualquer prejuízo para ambas as carreiras do pessoal docente.

Na discussão na especialidade, pretendemos incluir uma norma transitória para os investigadores com contratos há seis anos, que terminam em 2025, antes de concretizados os novos procedimentos concursais, nomeadamente no âmbito do FCT-Tenure. Também iremos alterar as regras do posicionamento remuneratório, na sequência da avaliação do desempenho.

Mas, aproveitando a presença do Governo, quero deixar um alerta: Sr.^a Secretária de Estado, o novo estatuto é um instrumento importante para a dignificação da carreira de investigação científica, mas não é o único e não resolverá todos os problemas da precariedade. É preciso que dê continuidade às políticas de apoio ao emprego científico.

Infelizmente, o Orçamento do Estado de 2025, que é opaco para a ciência, não permite, por exemplo, sabermos como distribuirá o orçamento da FCT pelas diversas áreas, incluindo os programas de emprego científico, para não falar da redução do orçamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos prestes a terminar 2024 e continuam por divulgar os resultados dos concursos de investigação da FCT para 2023, e o concurso de 2024 deveria ter sido lançado e concluído no último trimestre e não há qualquer perspetiva concreta para isso.

O caminho não pode ser de retrocesso, se quisermos uma comunidade científica cada vez mais robusta, e convergir com os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) em ciência, tecnologia e inovação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar os Projetos de Lei n.ºs 371/XVI/1.^a (PCP) — Integração na carreira de investigação científica e 372/XVI/1.^a (PCP) — Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, por 4 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente: Erradicar a precariedade na ciência no nosso País, este tem de ser um objetivo que tem de estar presente. Não podemos continuar a assumir o desenvolvimento científico e a atividade do sistema científico e tecnológico nacional com base em investigadores cujos vínculos são precários. São múltiplas as formas desses vínculos: contratos, bolsas, mas a verdade é que isso não dá estabilidade aos investigadores, nem permite o desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional.

Por isso, o PCP traz a debate duas iniciativas. Numa propomos a integração de todos os investigadores que cumpram os critérios na carreira de investigação científica, garantindo desta forma a estabilidade dos direitos destes mesmos investigadores.

A este propósito, gostaria de salientar um aspeto que se prende com o facto de os contratos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57-A/2024 estarem a terminar — tendo alguns já terminado mesmo — e não estar a ser cumprida a disposição prevista nesse diploma que leva à concretização da perspetiva da integração dos sujeitos na carreira de investigação científica quando esses contratos chegam ao fim.

Ora, esta situação é de uma enorme injustiça. Portanto, trazemos uma proposta para integrar todos, isto é, não só estes, mas todos os que tenham o seu doutoramento e cumpram os critérios para esta mesma integração.

Propomos igualmente que se elimine a figura do Bolseiro de Investigação e se proceda à contratação destes investigadores, garantindo maior estabilidade para quem está a desenvolver atividade científica — ainda em formação, é certo, e por isso esta figura da contratação para estes mesmos investigadores.

Consideramos que estas são medidas essenciais face à realidade no nosso País, em que um número muito significativo — arriscaria a dizer que é na ordem dos 90 % — de investigadores está em situação de precariedade, pelo que há, de facto, a necessidade de resolver definitivamente este problema.

Relativamente às iniciativas do Governo e de outras forças políticas, sobre o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que estão em debate, não estando em causa a necessidade de poder haver atualizações e aperfeiçoamentos, o principal problema com o qual estamos confrontados é o de que, nos últimos anos, não foram abertos concursos para a ingressão na carreira de investigação científica. E aquilo que era preciso era a sua aplicação efetiva, com a abertura de procedimentos concursais.

As propostas em debate abrangem um conjunto de aspetos relativamente aos quais temos muitas reservas.

O primeiro aspeto que gostaria de salientar prende-se com a previsão, que consta das propostas do Governo, do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, de regimes diferentes em função de se tratar de instituições públicas ou de instituições de direito privado — no caso concreto, as que estão hoje constituídas como fundações. A este propósito, consideramos que não deve haver desigualdades nem deve haver discriminações, sendo que os direitos dos investigadores devem ser idênticos, seja qual for a circunstância. Portanto, este é o primeiro aspeto que queríamos aqui referir.

O segundo aspeto é o do caminho que parece estar em cima da mesa, e para o qual as presentes propostas abrem as portas, no sentido de uma unificação entre as carreiras docente e de investigação científica, o que nos suscita diversas preocupações. Aliás, o facto de haver sempre uma equiparação revela esse mesmo aspeto, inclusivamente na avaliação. Isto quando sabemos que na carreira docente o procedimento da avaliação tem sido bastante prejudicial porque há docentes com 10 e com 20 anos de serviço que não veem alteração no seu posicionamento remuneratório devido a este sistema, que é, de facto, injusto.

Por conseguinte, estas são matérias que consideramos preocupantes e que por isso queríamos aqui suscitar.

Para terminar, Sr. Presidente, aquilo que é mesmo prioritário e que não consta na proposta apresentada pelo Governo é a necessidade de um regime transitório para resolver estes problemas de vínculos precários e para integrar todos os investigadores na carreira de investigação científica.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua. Dispõe de 4 minutos, Sr.^a Deputada. Faça favor.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O sistema científico em Portugal não parte apenas da irresponsabilidade que permitiu que a precariedade fosse a sua principal característica.

O sistema científico em Portugal está construído em cima de um erro, um erro ideológico. O erro consiste na ideia de que a precariedade é um ótimo estímulo intelectual. Por isso, se os investigadores andarem sempre a correr de projeto em projeto, de programa em programa, de financiamento em financiamento, de contrato em contrato, de bolsa em bolsa, esse estímulo fará com que sejam muito mais criativos e o seu trabalho será melhor e ainda mais valorizado.

É um erro fatal para o nosso sistema científico. É este erro que empurra milhares de investigadores e de académicos para fora do País todos os anos.

Quando o Sr. Presidente da República foi aos Países Baixos falar com investigadores e académicos, e estes lhe disseram as razões pelas quais saíram do País, a nenhum se ouviu falar do problema do IRS, a nenhum se ouviu que o problema em Portugal era haver impostos demasiado altos. Aquilo que explicaram ao

Sr. Presidente da República é que saíram do País porque não há investimento suficiente no sistema científico e porque a sua vida em Portugal era marcada pela precariedade.

Portanto, mal do país que empurra para fora os seus melhores, os seus mais preparados e, sobretudo, aqueles em cuja preparação investiu e da qual outros países vão beneficiar porque depois considera que a precariedade é um grande estímulo intelectual. Ora, nós temos de corrigir este erro.

E para quem achar ou vier dizer que o Bloco de Esquerda só se lembrou disto agora, recordo que foi a direita que votou contra o PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública) e que o Bloco de Esquerda disse desde o início que o PREVPAP tinha de ser aplicado ao sistema científico.

Lutámos contra reitores, lutámos contra o Governo, lutámos contra todos para que fosse possível aprovar o PREVPAP e aplicá-lo ao sistema científico. Não quiseram!

A seguir veio o Decreto-Lei n.º 57/2016, que previa um regime transitório. Fizemos uma apreciação parlamentar. Dissemos que era um prolongar da precariedade, dissemos que era preciso transformar aqueles contratos a termo em contratos a tempo indeterminado e, portanto, em trabalho científico digno. Também não conseguimos maioria neste Parlamento, quando dessa oportunidade para resolver o problema da precariedade do emprego científico.

Estamos aqui agora para isso. Estamos aqui agora para acabar com a triste e irónica imagem do «burro atrás da cenoura» em que se transformou o nosso sistema científico.

A proposta de estatuto da carreira de investigação científica do Bloco de Esquerda tem três características importantes.

A primeira é que garante um sistema de avaliação e de progressão na carreira. Tal como em todas as outras, na carreira científica tem de se premiar aqueles que continuam a preparar-se ao longo do seu percurso profissional, e isso tem de responder a uma valorização salarial. Uma carreira científica ganha por não estar estagnada e por poder evoluir, daí esta garantia através da valorização salarial dos investigadores.

A segunda característica contempla um regime comum para aplicar também aos investigadores dos laboratórios privados — mas com financiamento público — os direitos que todos os investigadores dos laboratórios públicos têm.

A terceira característica prevê um regime para integrar no estatuto — e, portanto, integrar na carreira — todos os precários.

Serve de pouco um bom estatuto de emprego científico se depois a precariedade impede os investigadores de aceder a esse estatuto. Esta é a grande diferença do nosso projeto: é que garante que os investigadores acedem à carreira e ao estatuto de emprego científico.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Aguiar, do Grupo Parlamentar do Chega. Dispõe de 3 minutos e 50 segundos, Sr.ª Deputada. Faça favor.

Pausa.

Aproveito para felicitá-la pelo seu aniversário de hoje.

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, começo por fazer referência ao facto de a Sr.ª Secretária de Estado não ter aceitado o tempo que o Grupo Parlamentar do Chega lhe facultou para responder, o que por si só é revelador.

Srs. Deputados, que as circunstâncias da vida mudam com o passar do tempo é inegável para todos nós. Às vezes, num segundo, tudo se transforma.

Agora pensem, Srs. Deputados, o que inevitavelmente terá mudado num quarto de século, desde a publicação do Estatuto da Carreira de Investigação Científica até hoje, sendo que este, o ECIC, é um instrumento da maior relevância na estruturação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

Srs. Deputados, em 25 anos, muita coisa mudou, e hoje a aposta na ciência e na inovação torna-se vital para uma economia competitiva, um sistema científico e tecnológico de ponta, a criação de qualificações de excelência e um tecido empresarial capaz de se afirmar no plano externo.

Contudo, para que isto ocorra, é fundamental que o novo ECIC contemple o reconhecimento da função social do investigador e do seu papel, tantas vezes discreto e silencioso, mas imprescindível e insubstituível, no sistema do ensino superior.

Como exemplo, falo dos técnicos superiores doutorados que exercem funções de carreira de investigação científica, mas sem a ela pertencerem. É como se o fossem, sem nunca o serem. Exercem funções de investigação — muitos há mais de 10 ou até 20 anos — sem que com isso estejam integrados na carreira, o que acarreta repercussões remuneratórias enormes, que se arrastam há anos. Desenvolvem a atividade de investigação aplicada como se de investigação científica se tratasse.

É, assim, determinante e urgente valorizar a profissão dos investigadores, independentemente da instituição a que estejam vinculados e das funções que exerçam, seja em ciência fundamental ou ciência aplicada, uma vez que a investigação científica é sempre uma, devendo ser considerada como um todo contínuo e não desarticulada uma da outra.

Defendemos que, no âmbito da missão e das atribuições das instituições públicas de investigação científica integradas no Sistema Científico e Tecnológico Nacional, se preveja a possibilidade de os investigadores poderem concorrer à mobilidade intercarreiras, nomeadamente entre a carreira de investigação científica e as carreiras docentes do ensino superior universitário e politécnico. Esta alteração irá promover a partilha de conhecimento entre instituições, criando pontes e um profícuo enriquecimento dos próprios profissionais através da permuta de experiências.

Consideramos, portanto, essencial que no final deste debate os investigadores possam sair daqui com a centelha da esperança proporcionando-lhes aquilo por que tanto esperam e têm ansiado, ou seja, condições para fazerem aquilo de que gostam e ao qual dedicam as suas vidas: a investigação científica.

Nesse sentido, apelamos à coragem dos demais grupos parlamentares para aprovarem a proposta que o Chega hoje aqui apresenta para, finalmente e de uma vez por todas, cessarem as disparidades existentes entre as carreiras dos investigadores dos diferentes laboratórios do Estado, garantindo uma valorização destes profissionais e uma gestão mais profícuca dos recursos públicos. Falo da avaliação de desempenho, da previsibilidade e estabilidade da carreira e do reconhecimento do próprio estatuto.

Estes, Srs. Deputados, são os pontos-chave para a reformulação do ECIC há muito reivindicados por todos os investigadores.

Esperemos que tenham hoje, finalmente, o reconhecimento da sua dedicação claramente merecida.

Muito obrigada e Feliz Natal a todos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada. Iguualmente.

Aproveito a oportunidade para dar a conhecer à Câmara que está a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 74 alunos e professores do Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas, de São Brás de Alportel.

Aplausos gerais.

Agora dou a palavra à Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre, que dispõe de 4 minutos para a sua intervenção.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Já sabe, leia pausadamente para percebermos bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate acontece já depois de um histórico corte nos fundos para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Depois deste Orçamento do Estado, a ciência tem menos 68 milhões de euros para a sua atividade, apesar da proposta do Livre para a recuperação desse valor.

Começamos este debate por dizer que, apesar de menos dinheiro público para a ciência, o Livre não vai deixar de batalhar por uma economia de conhecimento que valoriza a ciência como um pilar fundamental do desenvolvimento que todos queremos para o País.

O Livre defende uma política assente em dados e em ciência que coloque a investigação e a tecnologia como elemento fundamental das suas políticas públicas. Isso só se consegue colmatando a precariedade e dando perspetivas de futuro e estabilidade a quem produz ciência todos os dias.

A revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica é há muito esperada pelo setor — uma revisão que garanta estabilidade, que promova a mobilidade intercarreiras entre o ensino superior e a ciência, que aproxime a academia das empresas e da sociedade civil, que garanta uma progressão salarial mais justa e que inclua todos os profissionais da ciência no sistema científico nacional.

É muito importante a atualização e modernização do setor para que o coloquemos em linha com as boas práticas europeias e internacionais. Mas isso não se faz flexibilizando em demasia ou deixando todas as decisões na mão das instituições. Isso não se faz mantendo a precariedade que grassa no setor.

De facto, o sistema científico em Portugal enfrenta um paradigma de precariedade generalizada e, atualmente, mais de 90 % dos investigadores que produzem ciência em Portugal têm contratos precários, o que compromete a motivação de quem faz, promove e comunica ciência todos os dias, contribuindo para o desenvolvimento do País a médio e a longo prazo.

A maioria dos investigadores em Portugal pertence a uma de apenas duas categorias: professores universitários com situação estável mas poucas perspetivas de evolução ou investigadores com contratos a prazo ou bolseiros. Combater esta precariedade deve ser um desígnio nacional, ainda para mais na atual situação internacional.

A estes problemas soma-se a centralização excessiva na carreira de investigação científica, que não contempla adequadamente outras funções essenciais no ecossistema científico. Falamos das funções que são desempenhadas pelos profissionais especializados em gestão de ciência, comunicadores de ciência ou os técnicos científicos especializados.

Importa, pois, trabalhar com toda a comunidade científica e com os sindicatos representativos do setor na criação de carreiras específicas para os profissionais que prestam este trabalho essencial de apoio à ciência.

Hoje, propomos precisamente isso, com a criação de uma carreira especial para quem presta estas atividades tão relevantes. Estes profissionais devem também ser valorizados. A ciência de alto valor acrescentado que queremos precisa da sua gradual afirmação nas instituições e nos sistemas científicos, e podem contar com o Livre para isso.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Temos uma boa leitora!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Está obcecada!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Portugal só poderá ser uma economia avançada enquanto a ciência e a investigação puderem avançar.

É com esta certeza que este Governo está a dar mais condições de estabilidade para aqueles que fazem do País um polo do conhecimento. E fá-lo agora também com a revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

A proposta do Governo resulta de um longo processo de audições a diversas partes interessadas. Assim se garante que o resgate do ECIC de 1994 para 2024 atende às preocupações daqueles que o conhecem.

Do que precisam os investigadores? De estabilidade e de flexibilidade. E esta proposta não só garante essa estabilidade, como também a flexibilidade no percurso dos investigadores.

Garante a estabilidade com a vinculação por contratos por tempo indeterminado, com categorias profissionais claras e um renovado mecanismo de avaliação e progressão na carreira. E garante flexibilidade para investigadores e centros de investigação, facilitando a mobilidade intercarreiras e alinhando os seus mecanismos com as melhores práticas e princípios da União Europeia.

Nesse sentido, além da mobilidade entre a carreira de investigação e a carreira docente, destaco a possibilidade de participação em *startups* e em empresas criadas em resultado de cisões.

Uma das chaves para o sucesso da inovação é a ponte entre a academia e o setor privado, porque, no seu conjunto, a criação de um ecossistema de inovação depende, sobretudo, da mobilidade, do conhecimento e do financiamento entre as universidades, os politécnicos, os laboratórios, os centros de investigação e as próprias empresas.

O Governo já anunciou incentivos para a contratação de doutorados nas empresas. Agora, cria condições para que os investigadores possam participar na transformação do conhecimento em soluções com valor acrescentado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós não temos dúvidas: a mudança para um novo paradigma da economia portuguesa, assente no conhecimento, na inovação e nas qualificações, começa a materializar-se com este Governo e com estas propostas.

Aplausos do CDS-PP e da Deputada do PSD Liliana Reis.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Isabel Ferreira está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada, dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, gostaria que fossem distribuídos por todos — mas, sobretudo, para o Sr. Deputado Paulo Núncio ficar esclarecido — os resultados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, que mostram que os incentivos à contratação de doutorados nas empresas não são deste Governo. Aliás, o número de contratados de doutorados e investigadores nas empresas tem aumentado sucessivamente nos últimos anos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, é para distribuir o respetivo relatório?

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sim, muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Depois leremos, Sr.^a Deputada. Será distribuído logo que chegue à Mesa. Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Alves, do PSD, dispondo de 6 minutos.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a e Sr. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A ciência é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer nação.

Hoje, discutimos um diploma especial para a valorização da carreira de investigação em Portugal — o Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

Este é um diploma que, em 25 anos, nunca foi revisto, apesar de ser estruturante para uma das carreiras mais relevantes no desenvolvimento e inovação do País.

Esta revisão era evidente e há muito reclamada pela comunidade científica. O que está em causa vai muito para além de um simples ajuste legislativo. Trata-se da dignificação da carreira de investigação, do reconhecimento do papel dos investigadores e da construção de condições para que se torne o sistema científico português competitivo e atrativo.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação tem demonstrado que a valorização da carreira científica é uma prioridade, concretizando-se na revisão de diplomas estruturantes. Hoje, falamos do ECIC, mas também destacamos o trabalho já iniciado no RJIES, nos estatutos das carreiras docentes universitária e politécnica e na promessa da criação de um estatuto para docentes do ensino superior privado.

Aplausos do PSD.

Foi com expectativa que o PSD viu, a 5 de julho de 2023, o então Primeiro-Ministro anunciar um Conselho de Ministros que seria dedicado à ciência e que aprovaria a proposta de revisão do ECIC. Contudo, essa expectativa transformou-se em desilusão quando o diploma foi engavetado, sendo apenas desengavetado no último Conselho de Ministros antes das eleições, sem refletir as contribuições da sociedade civil ou dos *stakeholders*.

O atual Ministro trouxe uma abordagem diferente desde o primeiro dia. Com clareza e compromisso, deixou duas mensagens importantes: o ECIC é uma prioridade e é um processo construtivo.

A tutela revisitou o diploma, promoveu diálogo com sindicatos, investigadores, laboratórios, instituições de ensino superior e partidos políticos. Em poucos meses, foi apresentado um diploma colaborativo incorporando vozes e contributos dos diversos setores.

Realçamos, ainda, o espírito construtivo visível na proposta do Partido Socialista, que após ter também ouvido sindicatos e *stakeholders*, convergiu significativamente com as perspetivas da tutela.

É um exemplo de como o diálogo pode construir e produzir soluções alinhadas com as necessidades do setor científico.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Este novo método legislativo do Governo — transparente, participativo e fundamentado — merece, por nós, um destaque. Foi elogiado por vários pareceres positivos, incluindo o do Conselho de Reitores das Unidades Portuguesas e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, representando boa-fé, eficiência e respeito pelo processo legislativo.

O Grupo Parlamentar do PSD acompanha esta metodologia com apreço, reconhecendo a humildade e a abertura ao diálogo demonstrados pela tutela e analisará com rigor as propostas de alteração construtivas enviadas pelas diversas entidades.

Permitam-me destacar significativos avanços com este novo ECIC: a interligação entre a carreira de investigação e a docente promove a colaboração entre o ensino e investigação, permitindo que investigadores lecionem de forma reduzida, integrando a investigação na sala de aula e aproximando os alunos do laboratório; a mobilidade intercarreiras facilita a transição e a valorização dos papéis desempenhados pelos profissionais ao longo da sua trajetória; e a abertura de candidaturas, pela primeira vez, permite o acesso à carreira de investigador a todos os doutorados, sem necessidade de experiência pós-doutoral.

Estas mudanças, entre outras, reforçam a atratividade da carreira de investigação, combatem a precariedade e criam condições para reter talento nacional, muitas vezes perdido para o estrangeiro.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a aprovação deste ECIC é um marco para o sistema científico português, é um reflexo do esforço conjunto e da convicção de que a ciência deve estar no centro das políticas públicas.

Mas este diploma, por si, não resolverá todos os desafios da ciência em Portugal. A sua implementação exigirá um compromisso contínuo, com financiamento adequado, monitorização eficaz e articulação entre os setores público, privado e académico.

O PSD continuará a acompanhar este processo com sentido crítico e construtivo, analisando as propostas que aperfeiçoem o diploma e consolidem a carreira científica como digna e valorizada.

Saudamos, por isso, a tutela pelo trabalho realizado até aqui e reafirmamos o nosso compromisso com a ciência, a investigação e o futuro do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente ao ponto 1 da nossa ordem de trabalhos, relembro que está em votação, até ao meio-dia, a eleição de um membro para a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública.

De seguida, para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A investigação é o pilar invisível do progresso e da inovação.

Nos últimos meses, a investigação tem estado na agenda política, mas a questão fundamental mantém-se: como se vão resolver os problemas estruturais que há anos minam o desenvolvimento da ciência em Portugal, os problemas estruturais que foram ignorados e agravados na governação do Partido Socialista?

O Estatuto da Carreira de Investigação Científica não é revisto desde 1999. Em 25 anos, o alinhamento com as estratégias da União Europeia, a valorização do emprego científico, a integração e a atratividade de jovens talentos na investigação ficaram completamente postos de lado.

É por isso urgente que, nesta revisão, se faça mais do que meros pensos rápidos, cujo único objetivo é resolver algumas questões no imediato, mas que não resolverão todos os problemas e ainda criarão outros a longo prazo.

Foram remendos que deixaram investigadores sem perspetivas de futuro e que perpetuam desigualdades, uma vez que foram discriminatórios na base contratual, deixando de fora, por exemplo, os técnicos superiores doutorados que exercem funções de investigação nos laboratórios do Estado.

Por tudo isto, precisamos de uma revisão que assente na meritocracia, que estabeleça critérios claros e transparentes de avaliação do desempenho e que promova a progressão na carreira com base no mérito e nos resultados alcançados, incentivando a excelência científica.

Precisamos de uma revisão que assente na autonomia e transparência das instituições, para que estas possam gerir os seus recursos humanos e financeiros, permitindo-lhes adaptar-se rapidamente às mudanças no contexto científico e económico, e para que se implementem mecanismos de transparência e prestação de contas na gestão dos recursos destinados à investigação científica.

Uma revisão que também assente no empreendedorismo científico, para que os investigadores se sintam incentivados a criar *startups* e empresas a partir dos seus projetos de investigação, e que se acelerem programas para empresas de base científica e tecnológica.

Estes e outros princípios serão o foco da Iniciativa Liberal no processo de apreciação na especialidade da proposta de lei que o Governo apresentou, a qual acompanhamos de um modo geral.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os investigadores são o motor do nosso desenvolvimento científico, económico e social. A revisão deste Estatuto não pode ser uma oportunidade perdida porque precisamos de um sistema que valorize quem investe a sua vida na ciência e no futuro do País.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do Partido Socialista, que dispõe de 52 segundos, uma vez que ao seu tempo foram acrescentados 27 segundos, cedidos pelo Livre.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este, de facto, é um grande dia para os investigadores e para a investigação científica em Portugal, seja no setor do Estado, no setor privado, nas instituições de ensino superior ou nas instituições privadas sem fins lucrativos.

Queria mesmo destacar que, na sequência de todas as políticas de impulso ao emprego científico da governação do Partido Socialista, este estatuto é muito importante.

Queria dizer também, em resposta ao PCP, que o questionou diretamente, que estaremos sempre disponíveis, na especialidade, para a questão importante dos investigadores, no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016,...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Ferreira** (PS): — ... e da harmonização da avaliação do desempenho entre a carreira de investigação e a carreira de professores universitários e do ensino politécnico, que não podem ser prejudicados por via desta proposta de lei.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Está concluído este ponto da ordem de trabalhos.

Vamos passar ao quarto ponto.

Cumprimento a Sr.ª Ministra da Administração Interna.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Então, não se encerra o debate?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Então, não há encerramento?!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Ah, peço desculpa, não tinha aqui a indicação da intervenção de encerramento do terceiro ponto.

Então, para o encerramento, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Ciência, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Ciência**: — Ex.º Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados: Todos aqui ouvimos a importância do ECIC, todos o sabemos.

A aprovação deste diploma é especialmente relevante no momento atual, pois há um número recorde de aposentações e há muitos investigadores que estão, neste momento, a entrar no sistema. Temos de oferecer a esses investigadores uma situação de estabilidade, condições adequadas e um percurso previsível.

Mesmo em relação àqueles que estão a transitar de uma situação de precariedade, temos de reconhecer o seu trabalho e abrir-lhes portas para uma carreira sólida.

E isso está no ECIC do Governo. Só assim, aprovando este ECIC, conseguiremos que os cientistas e a ciência portuguesa, de facto, atinjam o seu potencial.

Como disse anteriormente, conheço muitos investigadores que estão à espera de que este diploma saia.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Tem um amigo?

A Sr.ª **Secretária de Estado da Ciência**: — É nossa responsabilidade. Não podemos deixá-los mais tempo à espera.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, vamos passar ao quarto ponto da ordem do dia, com o debate conjunto, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 27/XVII/1.ª (GOV) — Altera o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais, no sentido de reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público, e dos Projetos de Lei n.ºs 370/XVII/1.ª (PAN) — Garante a isenção das custas processuais, alterando o Regulamento das Custas Processuais, e 377/XVII/1.ª (CH) — Reforça o enquadramento penal para os crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público, assim como isenta os respetivos processos das custas processuais.

Volto a cumprimentar a Sr.^a Ministra da Administração Interna, que irá apresentar a proposta de lei. Tem a palavra, Sr.^a Ministra. Dispõe de 7 minutos.

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna** (Margarida Blasco): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A segurança interna é um dos pilares fundamentais da ação do Estado, comprometido em assegurar que a ordem e a segurança pública permeiem todas as esferas da sociedade.

A presente proposta tem por objetivo a alteração do disposto nos artigos 132.º, 143.º, 145.º, 293.º e 347.º, todos do Código Penal, e na alínea *m*) do n.º 4 do Regulamento das Custas Processuais.

O projeto de alteração legislativa que hoje propomos a esta Assembleia da República visa o reforço dos poderes públicos da autoridade do Estado, a dignificação e o prestígio das instituições, o reforço do sentimento coletivo de segurança e a garantia do cumprimento da legalidade.

Visa igualmente, no campo político-criminal, evidenciar as exigências de prevenção geral da criminalidade cometida contra agentes das forças e dos serviços de segurança e guardas prisionais, mas também contra os profissionais nas áreas da educação e da saúde, os bombeiros e outros agentes de proteção civil, e ainda contra os profissionais que desempenhem funções de inspeção e de atendimento ao público na Autoridade Tributária e Aduaneira, no exercício das suas funções ou por causa delas.

Estamos perante atividades de risco muito elevado e permanente. Estamos perante condutas enquadradas inequivocamente na tipologia da criminalidade violenta e grave. Assumem particular preocupação o recrudescimento da violência, a gravidade das ofensas à integridade física e a hostilidade extrema cometida contra estes profissionais, no exercício da sua atividade e intervenção operacional.

É neste contexto que, através deste instrumento legislativo, se pretende concretizar uma maior adequação da reação penal, reforçando o sentimento de segurança, a confiança do cidadão nas forças de segurança e nos profissionais de saúde e educação, a plena dignificação da soberania do Estado, e assegurar, por via disso, a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Estes objetivos estão em linha com o Programa do Governo, com a política de segurança europeia e, particularmente, com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2023, aprovado nesta Assembleia da República a 27 de setembro deste ano, que define como uma das orientações estratégicas de 2024, no eixo da valorização das forças de segurança, a apresentação de uma proposta legislativa que agrave o quadro sancionatório dos crimes praticados contra agentes das forças de segurança, reforçando a sua autoridade, e ainda com a persecução das prioridades e orientações da política criminal para o biénio 2023-2025, no capítulo do combate à criminalidade contra as pessoas, particularmente aos crimes praticados contra agentes de autoridade e aos praticados em ambiente escolar e serviços de saúde, tendo em conta a dignidade dos bens jurídicos tutelados.

Refira-se que, no capítulo da criminalidade participada grave e violenta, o RASI de 2023 destaca e sinaliza, como uma das tipologias criminais mais representativas, o crime de resistência e coação sobre funcionário como aquele que teve maior incidência em 2023 na tipologia de crimes contra o Estado. Este crime, em concreto, representa cerca de 24 % desta tipologia de crimes. Acresce que, ainda relativamente aos crimes de resistência e coação, se registou um aumento de cerca de 13 % face ao ano de 2022.

Em resultado da atividade operacional das forças e dos serviços de segurança, o RASI identifica um total de 1381 agressões a agentes das forças de segurança, sendo a GNR (Guarda Nacional Republicana) e a PSP (Polícia de Segurança Pública) as que mais vítimas registaram no ano de 2023. Desses, mais de dois terços precisaram de assistência hospitalar. Todos os dias são agredidos, em média, pelo menos três elementos das forças de segurança — três, repito. Os dados provisórios relativos a novembro deste ano somam 1023 agressões. Mantêm-se, em média, três elementos agredidos diariamente.

Neste enquadramento, propomos alterações legislativas compatíveis com a especial necessidade de tutela do exercício de poderes públicos de autoridade, defendendo o agravamento do quadro sancionatório penal, face ao aumento quantitativo das participações e ocorrências criminais registadas, aliado às reivindicações legítimas de um eficaz e dissuasor quadro sancionatório, gerador de um clima motivacional geral destes profissionais. As exigências normativas do regime sancionatório vigente não determinam que a qualidade da vítima, por si só, suscite a aplicação da qualificativa prevista na alínea *l*) do artigo 132.º do Código Penal, o que conduz, na maioria dos casos, a uma punição insuficiente e não dissuasora a nível preventivo.

Na conjuntura atual, as alterações ora propostas mantêm a natureza pública dos ilícitos e pretendem demonstrar o reforço da punição dos crimes de ofensas à integridade física simples e de resistência e coação a funcionário, entre outros, cometidos contra agentes das forças e serviços de segurança ou guardas prisionais, no exercício das suas funções ou por causa delas, em função da qualidade destas vítimas, prescindindo de indicadores de culpa agravada, traduzidos na especial censurabilidade e perversidade.

Assume cada vez maior importância o reforço da autoridade pública, no exercício das suas funções ou por causa delas, bem como da autoridade do próprio Estado, face à forte influência no sentimento de insegurança e intranquilidade públicas no seio da comunidade e na perceção da impunidade associada.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ninguém está a ouvir nada!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — Num Estado de direito democrático, todos têm de fazer uma escolha. Sabemos que a esmagadora maioria dos nossos cidadãos, independentemente dos contextos ou condições sociais em que se inserem, escolhe respeitar a lei, escolhe respeitar os que servem o Estado. Acredito que este é um facto consensual e que merecerá...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Ministra, as regras são assim.

Sr. Deputado Pedro Frazão, pedia-lhe alguma contenção. Obrigado.

O Sr. Deputado Pedro Pinto inscreveu-se para fazer um pedido de esclarecimento. Fará o pedido de esclarecimento e será esclarecido em tempo oportuno.

Faça favor, Sr. Deputado, tem 2 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra, quero lamentar que tenha esgotado o tempo todo para não poder responder, mais uma vez, às questões do Chega.

Deixe-me dizer que a Sr.^a Ministra não é muito boa a fazer contas — já tínhamos percebido no Orçamento do Estado —, então, vou só corrigir os números. Disse que eram agredidos, em média, três agentes das forças de segurança por dia. Não é verdade, Sr.^a Ministra. Entre janeiro e agosto foram agredidos 1300 agentes das forças de segurança — 1300 entre janeiro e agosto —, pelo que as contas dão quase seis por dia. Portanto, Sr.^a Ministra, tem de rever a calculadora, tem de rever a matemática, porque as contas não estão bem feitas.

Quero também saudar as forças de segurança portuguesas pela sua grande ação ontem, no Martim Moniz, onde apenas fizeram uma coisa, que foi: a PSP atuou de acordo com a lei, cumprindo ordens. É disso que a extrema-esquerda não gosta, que a PSP cumpra ordens,...

Aplausos do CH.

... porque, como sempre, a extrema-esquerda está ao lado dos criminosos e nunca ao lado das forças de segurança.

E viu-se o choradinho nas redes sociais: Deputados a chorar nas redes sociais, «ai que tragédia, ai que tragédia!»; jornalistas ligados à esquerda, também com o choradinho nas redes sociais. Foi tão bom de ver, foi tão bom de ver aquele choradinho! É que, quando vocês choram, é sinal de que o Estado de direito está a funcionar em Portugal, e ainda bem que está a funcionar em Portugal.

Aplausos do CH.

Sr.^a Ministra, a PSP continua a ser maltratada, mas, felizmente, continua a atuar em Portugal. Queria-lhe perguntar se estas ações vão continuar ou não, mas não vai responder, pelo que espero que me responda no encerramento.

Mais uma vez, este Governo vem a reboque de quem? Vem a reboque do Chega. Ó Sr.^a Ministra, tenho de lhe dizer o seguinte: estas propostas que a Sr.^a Ministra traz aqui hoje, nós já as tínhamos apresentado. Infelizmente, o PSD votou contra; votou contra para agora as apresentar. É a tática que o PSD e que o seu Governo têm utilizado: votam contra as propostas do Chega, mas sabem que são boas, por isso, depois vêm aqui e apresentam as propostas.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Pois é! Juntinhos! Conluio!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Ministra, é isso que têm feito!

Mas, da nossa parte, estamos de consciência tranquila. É sinal de que continuamos a trabalhar pelo bem dos portugueses e por Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Não está presente a Sr.^a Deputada do PAN, para a apresentação do respetivo projeto. Portanto, dou a palavra ao Sr. Deputado Armando Grave, do Chega, para a apresentação do respetivo projeto.

Faça favor, Sr. Deputado, dispõe de 4 minutos e 1 segundo.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A violência contra polícias ou órgãos de soberania eleitos democraticamente não constitui apenas uma agressão dirigida substantivamente, mas um violento ataque coletivo à autoridade de um Estado democrático.

Quando um agente policial é chamado para uma ocorrência no cumprimento do seu dever e de ordens emanadas de poderes eleitos democraticamente, ele próprio não tem consciência do completo cenário que irá encontrar pela frente nem do risco, em concreto, que vai correr. Muitas vezes, é o risco de saber como vai voltar a casa, à sua família: vivo ou morto.

Apesar de a lei que aprovou a política criminal reconhecer os crimes contra a vida e integridade física praticados contra agentes da autoridade como crimes de prevenção e investigação prioritária, atendendo à dignidade dos bens jurídicos tutelados e à necessidade de proteção das vítimas, acontece que, até à data, o resultado tem sido o contrário à pretensão plasmada na lei, não sentindo, por isso, os órgãos da polícia criminal segurança alguma no exercício da sua profissão.

Pelo contrário, o poder político tem tido opções absolutamente contrárias aos aspetos democráticos e constitucionais previstos, quando toma medidas e atitudes que impedem os agentes de atuar em conformidade com o exercício da proteção de pessoas e bens, e até deles próprios.

Uma agressão é um comportamento dirigido a alguém ou a algo, cujo objetivo é causar danos. O agressor acredita que o seu comportamento vai causar danos a outrem, seja pessoas, imóveis, automóveis, autocarros, mobiliário urbano, etc.

A comunicação social refere que este tipo de violência e agressão a agentes da autoridade pode ser equiparado ao desejo de matar — é a comunicação social que o diz. Por esse desejo, continua a dizer a comunicação social, em 2020, numa manifestação do Bloco de Esquerda e dos seus camaradas de luta, havia um cartaz que dizia: «Um polícia bom é um polícia morto.»

Aplausos do CH.

Protestos do BE.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Todo o País viu isto. Isto não é um apelo à violência — digo eu — contra agentes da autoridade?

A destruição de bens públicos e privados apenas interessa à esquerda para fins políticos. Está à vista de todos que esta esquerda quer, ela própria, policiar os órgãos de soberania e as instituições e, subsequentemente, policiar os elementos da autoridade, subvertendo assim os desígnios de um Estado democrático.

A esquerda nunca pretendeu a implantação da democracia.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Ela sobrevive da visão maniqueísta que alimenta e dos ódios que gratuitamente espalha pela sociedade. A esquerda aproveita a agressão aos agentes da autoridade apenas para impor e publicitar a sua política de desautorização e desrespeito pela autoridade. E aí sim, a esquerda está no seu ambiente: a bandalheira.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Quem nos acautela a vida, protegendo-a, está em primeiro. Quem nos quer destruir nunca contará connosco.

Os portugueses sabem quem querem ter ao seu lado. O Chega sabe de que lado quer estar: do lado das portuguesas e dos portugueses, do lado das forças policiais.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, para defesa da honra da bancada.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, há uma mentira que várias vezes ecoou neste Hemiciclo e desta vez não a deixaremos passar.

Protestos de Deputados do CH.

Nós bem sabemos que não podemos fazer defesa da honra da bancada sempre que o Chega mente, caso contrário, seria impossível ao Sr. Presidente gerir os trabalhos parlamentares.

O Sr. Deputado do Chega disse aqui que, numa manifestação do Bloco de Esquerda, um militante do Bloco de Esquerda, um dirigente do Bloco de Esquerda, teria exibido um cartaz em que supostamente se leria: «Pólicia bom é pólicia morto.» Isso é uma mentira vil.

Protestos de Deputados do CH.

E por ser uma mentira vil e eu ter a certeza do que estou a afirmar, quero instar a bancada do Chega a apresentar a este Hemiciclo as provas do que acabou de dizer.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

E dou-lhe um alerta: é que não o vai conseguir fazer, porque essa acusação, bem como 99 % das acusações que o Chega faz, está divorciada da verdade.

Por estarmos num tempo em que a verdade, os factos, a realidade e a perceção se confundem tantas vezes, fizemos esta defesa da honra da bancada, porque a única forma que o Chega tem de fazer política é com recurso à mentira.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

Protestos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A partir de hoje, não nos calaremos. Sempre que o Chega quiser confundir a verdade com a mentira, contarão com a nossa total oposição.

Aplausos do BE, do PCP, do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Armando Grave deseja prestar explicações?

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mais uma mentira!

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas o que é isto? Está na feira, ou quê?!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fábio Figueiredo, eu não sei se está a ouvir mal...

Risos do BE.

O Sr. **Presidente**: — É Fabian Figueiredo, Sr. Deputado.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Diga, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Fabian Figueiredo.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Fabian Figueiredo, peço desculpa. Eu não sei se está a ouvir mal, mas eu não disse isso que o Sr. Deputado disse.

Vozes do BE: — Disse, disse!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Não disse, não. Eu não me referi a nenhum elemento em concreto, nem a nenhum dirigente em concreto.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Serviu-lhe a carapuça!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — De resto, o instrumento onde fui buscar a informação, posso-lho enviar.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É ao Hemiciclo!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Portanto, esteja à vontade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar com os nossos trabalhos. Srs. Deputados, foi pedida a defesa da honra, foram dadas as explicações, passemos agora para a intervenção seguinte.

É o Sr. Deputado Fabian Figueiredo que está inscrito para uma intervenção. Faça favor, tem 3 minutos.

Protestos do CH.

Vamos ouvir a intervenção do Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

Continuação dos protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É forte com os fracos, fraco com os fortes!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já houve os 2 minutos para a figura anterior e agora temos uma intervenção do Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

Peço aos Srs. Deputados que estão de pé, que são vários e de várias bancadas, o favor de se sentarem, porque a soma de todos os que estão de pé dá quase tantos como os que estão sentados e a qualidade da audição é inexistente. Vou repetir: peço aos Srs. Deputados que estão de pé o favor de se sentarem, porque não facilitam o desenrolar dos trabalhos.

Tem a palavra, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra da Administração Interna, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há quem ache que é fácil ser funcionário público em Portugal — não é!

Passaram anos sucessivos a perder poder de compra; são o bode expiatório da incompetência de diversos Governos; são considerados, não poucas vezes, uma gordura a ser cortada. Sacrificados brilharetes orçamentais irresponsáveis, muitas vezes são vítimas da raiva e da frustração dos cidadãos quando os Governos falham, quando o Estado falha.

Sabemos perfeitamente que o Estado, os serviços públicos, funcionam graças à dedicação, muitas vezes abnegada, dos seus profissionais. Abundam as histórias de professores que pagam fotocópias do seu bolso, polícias que trazem o aquecedor de casa, técnicos que usam os seus computadores pessoais, porque os do serviço não funcionam, profissionais de saúde que facultam os seus contactos pessoais aos utentes. O esforço, a dedicação, a missão dos trabalhadores do Estado merece o nosso total e incondicional respeito.

É, por isso, de elementar justiça que não paguem custas judiciais em processos sobre ofensas, no exercício de funções. O Bloco fez, aliás, muito recentemente aprovar um projeto de lei que o prevê e que agora fará o seu caminho, na especialidade.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra da Administração Interna, fosse a proposta de lei só sobre custas, contaria com o apoio do Bloco de Esquerda. Ela é, no entanto, sobre um outro assunto. É sobre uma das mais antigas e desprezíveis formas do populismo de direita: o populismo penal. Em vez de se resolver problemas, aumenta-se a moldura penal, não se protege mais os funcionários públicos, não se muda nada para melhor, governa-se para a perceção.

Portugal tem hoje um Governo populista, radicalizado à direita, que instrumentaliza os serviços do Estado e os seus funcionários para a sua disputa eleitoral com a extrema-direita.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Exatamente!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não é certamente por coincidência que, no mesmo dia em que o PSD aprova medidas do Chega que atacam o acesso de imigrantes ao SNS (Serviço Nacional de Saúde),

assistamos a uma operação de perseguição e intimidação a imigrantes no centro de Lisboa. Sim, quem mandou encostar dezenas de imigrantes na Rua do Bem Formoso está aqui, sentado na Sala.

Protestos do CH.

Foi o Governo, o Governo que capitulou e se rendeu à agenda da extrema-direita.

Que o cheiro a enxofre do século XX, que se volta infelizmente a sentir nesta Sala, não nos entorpeça! Temos a responsabilidade de resistir ao populismo fácil, mesmo quando o espírito dos tempos o pode tornar difícil. As bases do constitucionalismo democrático, do direito penal humanista, foram mesmo forjadas nas horas mais difíceis. Da nossa parte, não falharemos e votaremos convictamente contra.

Aplausos do BE.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Os vossos cinco votos não servem para nada!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 13 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, a minha pergunta é muito simples: confirma ou não que Mamadou Ba era assessor e dirigente do Bloco de Esquerda, quando disse a frase «bosta da bófia»? «Bosta da bófia»!

Confirma ou não? Sim ou não? Era, ou não era, assessor do Bloco de Esquerda?

Aplausos do CH.

A mentira estará sempre, sempre do lado da extrema-esquerda. A mentira estará sempre do lado da bancada do Bloco de Esquerda. A mentira estará sempre do lado da esquerda, e nós estamos aqui pela verdade.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sim ou não?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, foi feito um pedido de esclarecimento, que é normal, e agora vai haver um esclarecimento, que também é normal que seja dado. Foi ouvido o pedido de esclarecimento e vai ser ouvido também o esclarecimento dado.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, faça favor. Dispõe de 7 segundos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Sr. Presidente deve ter sido induzido em erro, porque a bancada do Chega tinha anunciado que ia fazer um pedido de esclarecimento sobre a minha intervenção. Eu estou à espera que a bancada do Chega faça o pedido de esclarecimento relativo à minha intervenção.

Aplausos do BE e da Deputada do PS Lia Ferreira.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado sabe que eu não sei o conteúdo dos pedidos de esclarecimento. Cada um faz como muito bem entender, não é? Não sou eu que faço a avaliação dos conteúdos.

O Sr. Deputado Pedro Pinto deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, eu gostaria que dissesse ao Sr. Deputado líder parlamentar do Bloco de Esquerda que ainda não é ele que tenta condicionar nem o discurso nem as perguntas do Chega.

Eu fiz uma pergunta concreta: Mamadou Ba era, ou não era, dirigente do Bloco de Esquerda? Era só a isso que ele tinha de responder.

A pergunta foi feita. É covarde, é covarde, e não quis responder. Esta é que é a grande verdade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Eu não controlo nem o pedido nem a respetiva resposta. Está feito o pedido de esclarecimento, dado o esclarecimento como foi desejado e, portanto, vamos prosseguir o debate.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem tempo para responder — há pouco foi uma interpelação à Mesa. Se desejar, tem 7 segundos para usar.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é só para chegar a uma conclusão: como o Governo decidiu copiar a agenda do Chega, o Chega não tem nenhum contributo para dar neste debate. Ficou sem agenda, sem proposta, então, limita-se a fazer vídeos para as redes sociais, Sr. Presidente.

Aplausos do BE.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não lha vou dar, Sr. Deputado Pedro Pinto, se for para continuar com este debate...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é que o tempo do Sr. Deputado Fabian Figueiredo começou a contar, já ele tinha falado para aí 5 ou 6 segundos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Cobardolas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, o Bloco de Esquerda ficou sem tempo.

Aplausos do CH.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Deixem-nos trabalhar!

O Sr. **Presidente**: — Obrigado por ter ajudado ao controlo dos tempos, eu não estava a olhar para o ecrã, mas está feito o respetivo esclarecimento.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Moreira, do Partido Socialista, para uma intervenção.

Pausa.

Srs. Deputados, não me peçam para estar especialmente atento quando é feita uma intervenção!
Sr.^a Deputada Isabel Moreira, dispõe de 6 minutos. Faça favor.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra da Administração Interna, Sr. Secretário de Estado: Não podemos começar este debate alienados do que está a acontecer. A Polícia de Segurança Pública explicou que estava em curso uma operação preventiva, no Martim Moniz, com o objetivo de aumentar o sentimento de segurança da população em locais tidos como de maior risco.

O Primeiro-Ministro considerou que a operação da PSP no Martim Moniz, em Lisboa, foi muito importante para criar visibilidade e proximidade no policiamento...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E muito bem!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... e para aumentar a sensação de tranquilidade dos cidadãos portugueses — palavras do tranquilíssimo Primeiro-Ministro de Portugal.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — E bem!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Todos pudemos ver imagens impensáveis numa democracia.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Impensáveis?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Impensáveis porquê?!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Um forte dispositivo policial encostou cidadãos à parede, revistando-os assim, virados contra a parede. Isto é inaceitável num regime democrático.

Aplausos do PS, do BE, do PCP e do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Oiçam! Oiçam!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Aquela abordagem policial recorda-nos o dilema, que devia estar ultrapassado, da desobediência às regras formais do direito e ao respeito pelos direitos fundamentais mais elementares dos cidadãos.

A gravidade de termos visto cidadãos serem obrigados a perfilarem-se, alinhados contra a parede, sem se mexerem para serem revistados na praça pública, é a negação do Estado de direito, é a negação da própria democracia.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É, é...!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é a regra do direito que impede o Estado de revistar alguém?!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — O Grupo Parlamentar do Partido Socialista já deu entrada de um requerimento para audição urgente da Sr.^a Ministra da Administração Interna e do Sr. Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública.

A segurança é um tema central para o Partido Socialista,...

Risos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Deve ser, deve!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... mas para o Partido Socialista a segurança é de todos e de todas.

Aplausos do PS e do BE.

Nunca contámos com a extrema-direita para nada, porque a extrema-direita que agora inspira PSD e CDS quer a segurança de alguns, a saúde para alguns, e, portanto, o usufruir pleno da liberdade para alguns.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Em pouco tempo, temos assistido a uma tentativa cruel de desagregação da comunidade, virando uns contra os outros, fazendo de uns culpados das dores dos outros. Foi o que o PSD e o CDS fizeram aqui, ontem, junto com o Chega.

Aplausos do PS e do L.

Como reagiríamos se todas as pessoas que circulam pelas ruas que rodeiam o Parlamento, ou no Restelo, ou em Cascais, fossem indiscriminadamente mandadas encostar à parede para revista policial?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É a democracia!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Estamos dispostos a sustentar que há uma diferença categórica entre cidadãos, em que uns serão cidadãos de primeira e outros de segunda, parafraseando o meu camarada Filipe Neto Brandão? Nós não estamos!

No diploma proposto hoje pelo Governo, inspirado, aliás, num do Chega, podemos ler as palavras habituais, e cito, «exigências de reforço do sentimento de segurança, a necessidade de prevenção da criminalidade, assim como o prestígio das instituições e a dignificação da autoridade do Estado [...]», bem como o aumento de penas, o mesmo que o Chega já propõe, e a cedência ao populismo. Denunciado por quem? Pelo PSD, em 2019 e 2020.

É evidente que não está em causa o nosso respeito pelas forças de segurança, pelo risco a que estão sujeitos os seus agentes,...

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

... pela necessidade de dignificar a sua condição, mas esta solução já apresentada pelo Chega, e chumbada, não é o caminho certo.

Vamos regressar a 2019: o CDS, então, agendou para uma quinta-feira um debate sobre a autoridade do Estado e segurança dos cidadãos e apresentou dois projetos de lei e um projeto de resolução que, além de aumentarem as penas,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah!...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... visavam a criação de um tipo legal de crime de ofensa à integridade física e à honra de agentes das forças e serviços de segurança.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Os centristas recomendavam igualmente ao Governo que agravasse a moldura penal aplicável ao crime de desobediência.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Portanto, aquilo que cabe ao Parlamento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E muito bem!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Deputado João de Almeida, estude!

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O PS afirmou a sua doutrina firme: as iniciativas são meramente simbólicas e, caso fossem aprovadas, dariam origem a desigualdades estruturais incompressíveis.

Um dos projetos de lei do CDS esquecia que as ofensas à integridade física ou honra dos agentes já são punidas de forma agravada no Código Penal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Obrigado por lembrar!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — O que é que dizia o PSD? Cito: «Não é com um *Melhoral* do agravamento de penas que se resolvem os problemas das forças de segurança»,...

Aplausos do PS.

... vincava — e bem! — a Deputada Sara Madruga da Costa.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O CDS já tinha razão nessa altura!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — O CDS também não sabia que o Governo não tem poderes para aumentar penas... Na altura, também não estudava.

Só o Chega ficou ao lado do CDS na defesa do agravamento de penas para ofensas contra polícias.

O Deputado da Iniciativa Liberal, João Cotrim de Figueiredo, e a Deputada não inscrita — PAN, na altura — Cristina Rodrigues também se abstiveram no agravamento da moldura penal proposta.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Outros tempos, agora ela mudou de ideias!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Ao CDS correu bem, como se vê. Ao Governo do PSD esperamos que corra na mesma medida: que o País saiba que estão a ser uma cópia de um original que negaram e que não resolvem um único problema com o agravamento de penas.

A não ser assim, o que vão fazer com a violência doméstica? Aumentar as penas! E com o crime de violação? Aumentar as penas! E com os crimes de ódio, que aumentaram porque aumentou o machismo, a misoginia e a homofobia e o racismo?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso não tem nada que ver!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — E, depois, se baixarem as ocorrências?

Os tempos estão, certamente, de teste à nossa adesão ao Estado de direito. Evidentemente, votaremos contra.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado, por 1 minuto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, gostaria de entregar à Mesa a foto de uma notícia de 2008, intitulada «PSP fecha bairros do Porto», onde estão várias pessoas que foram encostadas à parede pela PSP.

O orador exibiu a foto que mencionou.

Há duas diferenças entre essa altura e agora. A primeira é que estes, em 2008, eram portugueses e, por isso, isto não fez confusão ao Partido Socialista.

Vozes do CH: — Ah, pois!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a grande diferença é que, em 2008, o Governo era de José Sócrates, era do Partido Socialista.

Portanto, vamos fazer chegar à Mesa esta notícia.

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Faça, então, chegar à Mesa esse documento.

Sr.^a Deputada Mariana Leitão, se faz favor, tem a palavra para uma intervenção, por 3 minutos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ó Isabel...!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Frazão, não trata aqui a Sr.^a Deputada por «a Isabel», é por Sr.^a Deputada. Agora ouvi, e sempre que ouvir vou fazer uma referência,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Faz bem!

O Sr. **Presidente**: — ... e farei uma referência nominal na medida em que possa ver quem está a fazê-la, porque não é respeitoso. Portanto, não vai dirigir-se aqui à Sr.^a Deputada como «a Isabel».

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Não, não se dirige à Sr.^a Deputada como «a Isabel»! Da mesma maneira que se alguém se dirigir ao Sr. Deputado como «o Pedro» eu também farei a respetiva advertência.

Portanto, Sr.^a Deputada, peço desculpa, mas não controlo estas situações.

Tem então a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Mariana Leitão.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Sr.^a Ministra, confesso que, em face do tema que estamos a discutir, o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais, achei que iríamos ter aqui membros do Governo da área da Justiça e não da área da Administração Interna, independentemente do objeto das alterações ao Código Penal e ao Regulamento das Custas Processuais.

Portanto, mais uma vez, até por uma questão de perceções, cria-se a percepção de que, à semelhança dos discursos do Sr. Primeiro-Ministro quando vem comentar ações policiais, vem agora a Sr.^a Ministra da Administração Interna, que tutela as polícias, falar de uma questão que diz respeito à área da Justiça, nomeadamente de alterações ao Código Penal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Mas em relação à matéria que está aqui em preço, vou citar: «São as acrescidas exigências de prevenção geral e a necessidade de reforçar os mecanismos legais de tutela do exercício de poderes públicos de autoridade, potenciando o sentimento de segurança, que justificam promover a adequação da reação penal com alterações a tipos legais de crimes, bem como a revisão do quadro sancionatório penal [...]» — este é o parágrafo que sustenta, na exposição de motivos da proposta de lei, este impulso legiferante por parte do Governo no sentido de implementar modificações cirúrgicas no ordenamento jurídico penal.

Contudo, devemos questionar a premissa subjacente: serão estas alterações pontuais às molduras penais eficazes para promover a segurança?

Em primeiro lugar, importa sublinhar que a segurança não se alcança apenas com a imposição de penas mais severas. A prevenção do crime é um processo multifatorial envolvendo educação, inclusão social,...

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... reabilitação de infratores e, obviamente, oportunidades de mudança de vida.

Um aumento das molduras penais que não seja acompanhado de medidas eficazes capazes de modificar as causas subjacentes ao comportamento desviante é, no mínimo, ineficaz.

Ao promover a adequação da reação penal sem evidência clara de que tal medida é necessária ou eficaz, o Governo arrisca reforçar uma tendência de legislação reativa, que se limita a responder à pressão mediática ou ao clamor público por soluções imediatas, correndo o risco de estarmos a criar um sistema penal hipertrofiado e desconexo, cujas únicas consequências são a sobrecarga das nossas prisões, a multiplicação de custos para o erário público e o afastamento último do nosso sistema de justiça penal: a reabilitação e a reinserção.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Por outro lado, a ideia de que o sentimento de segurança se alterará tão-somente porque o crime de ofensa à integridade física simples cometido contra um agente de autoridade passará a ser punido com uma pena de até quatro anos, quando antes era punido com uma pena de até três anos, é, no mínimo, questionável.

De facto, a percepção de segurança dos cidadãos está mais relacionada com a efetiva presença policial do que com as penas previstas na lei. A legislação, por mais rigorosa que seja, não substitui o papel essencial das políticas de proximidade e de prevenção.

É imperativo que se avaliem os impactos reais dessas alterações no sistema penal, assegurando que não estamos apenas a reagir a perceções, mas a trabalhar para soluções que, efetivamente, melhorem a segurança e a qualidade de vida dos portugueses.

Aplausos da IL.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, está inscrito o Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Faça favor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Ministra, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Não me vou referir ao espetáculo lamentável a que assistimos ontem — foi espetáculo e foi lamentável! —,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... vou-me referir à proposta de lei que estamos a discutir.

Cito a exposição de motivos, que diz o seguinte: «É necessário dignificar, social e profissionalmente, a profissão de agente das forças e dos serviços de segurança e de guarda prisional, mas também os profissionais nas áreas da educação e da saúde, os bombeiros e os outros agentes da proteção civil, bem como os profissionais que desempenhem funções de inspeção e de atendimento ao público na Autoridade Tributária e Aduaneira [...]» — quem ouvisse esta parte da exposição de motivos e não soubesse do que é que estamos a falar pensaria o quê? Pensaria que estaríamos a falar de aumentos salariais para estes profissionais, para estes servidores públicos, mas não é isso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Fale com eles para ver se é só isso!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Poderia pensar que estaríamos a falar de melhorar as condições de segurança e saúde no trabalho destes profissionais todos, dos vários serviços públicos envolvidos, mas também não é isso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É isso!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Poderia pensar que estaríamos a resolver o problema das carreiras dos bombeiros, mas também não é.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não, também não é!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Bom, ou talvez a satisfazer as reivindicações dos trabalhadores dos impostos, que ainda há poucos dias se manifestavam aqui à porta da Assembleia da República. Também não!

Ou que estaríamos a criar condições de atendimento nos serviços públicos para que o descontentamento das populações não recaísse sobre os respetivos profissionais,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso é que era!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... mas também não é nada disso.

Então do que é que estamos aqui a tratar? É daquela velha receita da direita, que, quando não sabe ou não quer resolver os problemas,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso é com o PS!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... aumenta umas molduras penais.

É, de facto, disso que estamos a falar, e é uma receita velhíssima.

Aplausos do PCP, do BE e do L.

É que, provavelmente, a direita acha que quem comete crimes os comete de calculadora na mão, a pensar «bom, se isto for punido até três anos ainda cometo o crime; agora, se for punido com quatro é melhor pensar duas vezes».

Risos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Acabem com as prisões e com as penas, se não interessam para nada!...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ou seja, quase diríamos que, se não fosse grave, era uma visão infantilizada do processo penal,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e não resolve problema nenhum.

O que é preciso dizer é que a direita, que este Governo não resolve nenhum dos problemas que afetam estes profissionais nas atividades de serviço público que desenvolvem e, como não os resolve, procura criar a ilusão de estar preocupado com a sua situação social e profissional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É mais fácil!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não está! Esta proposta de lei não passa de pura demagogia e terá, da nossa parte, a resposta que se impõe.

Aplausos do PCP, do BE e do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João de Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria começar por fazer um agradecimento à Sr.^a Deputada Isabel Moreira, por ter estudado e ter feito aqui o repositório do património do CDS nesta matéria, ao longo de muitas legislaturas,...

Aplausos do CDS-PP.

... em que lutou — é verdade! — para que os agentes das forças e serviços de segurança fossem protegidos e, no exercício das suas funções, respeitados.

Mas esta proposta de lei vai muito para lá disso.

Queria dar uma outra palavra a propósito das forças e serviços de segurança, sobre o que aqui se tem dito de uma das operações que nos últimos tempos uma das forças de segurança fez. Estamos a falar de uma operação da PSP, mas, nos últimos tempos — e é verdade, o Sr. Primeiro-Ministro assumiu —, tem havido várias operações de várias forças e serviços de segurança...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... que não têm apanhado, como os senhores dizem, apenas uma arma branca e meia dúzia de gramas de haxixe. Não! Têm desmantelado redes de tráfico de droga, têm desmantelado redes de tráfico de seres humanos,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem! Lei e ordem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Na Rua da Madalena devem encontrar mais!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e ainda ontem, também em bairros próximos de Lisboa, apanharam aqueles que andaram durante vários dias a perturbar a vida de muitos cidadãos, incendiando os seus carros e, inclusivamente, atingindo de forma gravíssima o motorista de um transporte coletivo.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Por isso, as forças e os serviços de segurança estão a atuar, e estão a atuar em defesa daquilo que é a segurança de todos nós. Estão a atuar muito bem e devem continuar a atuar porque têm a nossa confiança para isso.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Quanto a esta proposta, é muito importante dizer que, quando se protege a dignidade de alguém que exerce funções em nome de todos nós, estamos a fazer um serviço que é da maior justiça.

Não, não é só dinheiro. Não é só dinheiro! O Sr. Deputado António Filipe ainda agora dizia «achei que era salários», mas o Sr. Deputado António Filipe achava que se dessem mais 50 € a qualquer uma destas pessoas elas já tinham de se sujeitar a ser injuriadas? Ou que já tinham de se sujeitar a ser ameaçadas, coagidas ou até agredidas? É tudo uma questão de dinheiro?! Ou as pessoas merecem a sua proteção e merecem a sua dignidade?

Protestos de Deputados do PS, do BE, do PCP e do L.

O que aqui estamos a fazer é a proteger a dignidade destas pessoas, e não é só nas forças e serviços de segurança.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Fale para o seu lado! Populistas!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É na educação, onde muitos professores são coagidos em função da atuação de famílias ou de outras pessoas próximas dos alunos; é a dignidade de médicos, que muitas vezes também... Não sabem o que se passa nas urgências?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sabemos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não sabem o que se passa? Sabem o que é haver gente, nas urgências, a pressionar para que umas pessoas passem à frente das outras? Não sabem o que isso é?! Não sabem?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sabemos, sabemos!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Pois sabemos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Trata-se de agravar penas, é verdade, mas também de permitir que todas estas pessoas, quando se defendem, não paguem custas e não sejam elas a suportar o custo de estarem a defender a sua dignidade. É por isso que estas medidas vão no sentido certo.

Para terminar, queria dizer mais uma coisa: custa ouvir, neste Parlamento, que se indigne alguém por ver uma operação policial fazer aquilo que tecnicamente é normal fazer numa operação policial e não se indigne com que as mesmas pessoas que estavam em causa vivam a monte...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Voltem a 1973!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falas de 1973 como se já estivesses vivo nessa altura!

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — João, estás contratado por eles!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não têm dinheiro para o passe!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Ministra, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com o tema que temos aqui, hoje, causa-me algum espanto que se divirja relativamente à bondade daquilo que o Governo pretende alcançar.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ah! É bonzinho!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O que está em causa, em primeiro lugar, é defender o Estado e defender aqueles que servem o Estado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É, em primeiro lugar, uma ideia de que aqueles que servem o Estado protegem toda a sociedade e não apenas uma parte da sociedade, como se quer pretender fazer.

O que está em causa é tentar mostrar, dar uma imagem, passar uma mensagem para a comunidade de que há defensores públicos — a primeira linha de defesa daquilo que é a norma, daquilo que é a ordem pública, daquilo que é a segurança — e dizer, por um lado, «nós estamos convosco, porque queremos proteger a vossa dignidade», e, por outro lado, «há que respeitar aqueles que fazem defender também a autoridade do próprio Estado: em primeira linha, e naturalmente, aqueles que mais violentamente têm sido atacados, as forças e os serviços de segurança.»

Todos nós temos consciência da necessidade que há de dignificar estes profissionais. Não é apenas e só na questão salarial, mas sim reconhecer, dentro do conjunto de toda a população, que eles estão ali para nos proteger, para tomar conta de tudo aquilo que é a defesa do património, a defesa das pessoas, a defesa de tudo que nos é caro. E, portanto, em primeira linha, este diploma faz isso.

Mas faz mais, vai além disso. Este diploma trata também dos bombeiros, da proteção civil, dos professores, dos profissionais de saúde, de todos aqueles...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Trata até — pensem nisto! — dos revisores da CP (Comboios de Portugal), que são postos perante grupos que não querem que seja verificado se pagaram ou não os seus títulos de transporte, que são atacados e ninguém os defende, ninguém os reconhece. São incapazes de lhes dar publicamente uma palavra! Porquê? Porque não estão na primeira linha, porque não estão visíveis. Mas, afinal de contas, também eles fazem serviço público, também eles protegem, também eles tomam conta de tudo aquilo que é da proteção do Estado.

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

Esta proposta, aparentemente, dizendo que a questão está...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas eles não estão na proposta!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — São servidores do Estado, Sr. Deputado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Esqueceram-se dos revisores da CP!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Esta proposta, que, aparentemente, altera a moldura penal ou isenta as custas, tem a preocupação de transmitir que não se pode nem se deve utilizar qualquer servidor do Estado em qualquer situação, para que ele não esteja a não defender aquilo para que foi contratado, a sua própria função. Daí que não poderíamos deixar de estar de acordo com esta proposta, por aquilo que ela representa.

Não é porque aumenta a pena em um ano, não é porque há aqui uma facilidade de agir, é por explicar, lá fora, a todos, que não se pode impunemente atacar este tipo de servidores — não se pode atacar! —, que se deve facilitar o exercício das suas funções e, acima de tudo, que se deve promover o reconhecimento das forças de segurança, dos agentes de proteção civil, de todos aqueles que, na generalidade, se preocupam com os outros.

Isto é quase como se quiséssemos defender o mensageiro. Para a esquerda é fácil: mata-se o mensageiro, nesta situação; dá-se cabo da sua dignidade e da sua proteção.

Protestos do Deputado do PS Luís Dias.

Porque a esquerda continua com um velho problema: quando posta perante uma garrafa de vinho, quer deitar o vinho pelo fundo da garrafa e não pelo gargalo. Vê sempre as coisas do lado da vítima, do coitadinho.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Vítima, isso!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Mas não são! Não são! Eles estão numa situação como aquela que normalmente andamos a ver com aquele que é questionado numa operação *stop*, aquele que é questionado por uma autoridade num qualquer espaço... Aquele que está a prestar o seu serviço num hospital, aquele que está a tentar apagar um fogo, aquele que está a tentar defender tudo aquilo que nos é caro tem de ser respeitado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O respeito, aqui, é dizer às pessoas que não é porque alguém tem uma farda e pelo facto de a vestir que é diferente, é porque representa o cumprimento da lei.

Protestos do Deputado do PS Luís Dias.

Aquele que está a apagar um fogo está ali porque se preocupa com todos, mesmo com aqueles que o questionam. Todos os que estão num hospital e são atacados, cuspidos... Não contam as imagens daqueles agentes de segurança que são cuspidos pelos meliantes? Não podem fazer nada, nem podem reagir — e bem! —, mas são cuspidos. E porquê? Porque ninguém lhes deu a configuração de espaço público, ninguém transmitiu essa sua imagem, ninguém conseguiu dizer que é preciso defendê-los em primeira linha para nos defendermos também a nós.

Por isso, esta proposta de lei configura, não a questão de fundo da moldura penal, não a questão de fundo da sanção, mas, sim, a mensagem que é preciso transmitir a todos, mas mesmo a todos: não se pode, impunemente, seja individualmente ou em grupo, atacar alguém — um polícia, um bombeiro ou um revisor, como vos dizia há pouco.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Não se pode atacar um médico, não se pode atacar um enfermeiro que está a fazer a sua função. Não se pode nem se deve fazer isso, porque eles são servidores,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... são mensageiros. Eles são mensageiros daquele espaço que queremos quando construímos uma sociedade, são aqueles que organizam e põem em vigor tudo o que é

regra que nós próprios aprovamos aqui. Não podemos desvalorizar isso em nome das supostas vítimas, daqueles que porventura não cumpriram a lei e merecem, de uma vez por todas, que se saiba que aqueles que estão a agir pretendem defendê-los também a eles, principalmente se eles não tiverem a consciência tranquila.

Por isso, na primeira linha, aqui está: forças de segurança. Preferimos a dignidade, queremos a dignidade, queremos o reconhecimento para todos na proteção civil, para todos aqueles que, sendo servidores de Estado, apenas e só querem defender a ordem, a segurança pública e a comunidade no geral.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre, mas vamos aguardar que chegue ao seu lugar.

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Caras e Caros Colegas, bom dia, Sr. Deputado António Rodrigues, vou dar-lhe a oportunidade de, talvez, esclarecer ou corrigir algo que disse ali da tribuna. O que disse foi que, para a esquerda, mata-se o mensageiro, falando de forças de autoridade, e eu gostaria de lhe dar a oportunidade de se retratar dessas palavras,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oh, valha-me Deus! Olha agora...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que imputam aos seus colegas Deputados, aos seus adversários políticos, aos seus concidadãos que são de esquerda — porque há portugueses que são de esquerda e que também não merecem essa imputação — a ideia de que eles respeitam menos do que outros a autoridade.

Protestos de Deputados do CH e do CDS-PP.

Quando estamos aqui a defender a autoridade, deve-se começar pela autoridade desta Casa que não é respeitada, pelos colegas que não são respeitados por aqueles que, com a justificação de irem atrás de um discurso da extrema-direita que diaboliza a esquerda...

Protestos do Deputado do PSD António Rodrigues.

Se me diz que não, diga aqui que não em frente a toda a gente. Peça desculpa pela expressão...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas que é isto, pá?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas que censura vem a ser esta? Está armado em censor da República!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e diga que não era isso que queria dizer.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do CH e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, que dispõe de 3 segundos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, acho que a preocupação não tem de ser essa; a preocupação tem de ser com aquilo que muitas vezes os senhores incutem aqui, que é o ódio,...

Protestos do L.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do CH e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... de uns contra os outros, quando falam e não defendem as situações. Isso é o vosso discurso, o discurso de uns contra os outros, de uns que defendem as vítimas contra outros que defendem as forças de segurança...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Rui Tavares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Gostaria apenas de solicitar à Mesa, no interesse de que as acusações feitas sejam comprovadas documentalmente, que o Sr. Deputado dê exemplos de discursos de ódio, nomeadamente propalados por quem lhe fez a pergunta.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — «Capitalistas», «proprietários»... Ui, tantos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já que não teve a oportunidade de esclarecer a pergunta que lhe fiz, que não lance acusações sem as poder documentar, porque isso será apenas uma calúnia, um insulto e mais uma ofensa a juntar às outras que aqui rotineiramente são feitas.

Aplausos do L.

Protestos do CH e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, fica feito o registo do apelo ao Sr. Deputado António Rodrigues.

O Sr. **Rodrigo Taxa** (CH): — Está sempre a chorar! É uma coisa!...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Grupo Parlamentar do Livre, que dispõe de 2 minutos e 9 segundos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra, Sr. Secretário de Estado, Caros Cidadãos nas galerias: Aquilo que espanta verdadeiramente é ver o PSD mudar completamente de opinião, mudar da opinião que já teve no passado sobre estas matérias e vir defender esta proposta. Isso é que espanta verdadeiramente!

Aplausos do L.

Se, relativamente a esta proposta de lei, não discordamos da isenção das taxas de justiça, que vem aqui proposta e nos parece plenamente justa, a verdade é que o agravamento de penas que o Sr. Deputado António Rodrigues e o PSD defenderam, e que o Governo também apresenta, já existe. Estamos apenas a aumentar esse agravamento de penas.

Como aqui também já foi referido, a exposição de motivos diz-nos que este agravamento de penas é para dignificar social e profissionalmente estas classes profissionais. Sr.^{as} e Srs. Deputados, não é esta medida que vai dignificar socialmente estas profissões! Não se dignifica socialmente os professores, os profissionais de saúde ou os bombeiros com este tipo de medidas.

Dignifica-se social e profissionalmente com melhores condições de trabalho, com não termos professores a dar aulas em salas em que chove lá dentro! Dignifica-se profissionalmente melhorando as carreiras, aumentando os salários; se calhar, dizendo ao Governo para se voltar a sentar à mesa com os bombeiros e para negociar efetivamente aquilo que é preciso fazer.

Esta lógica de que aumentar as penas vai inibir a prática do crime, Sr. Deputado, não faz sentido nenhum, porque senão bastaria aumentarmos para a pena máxima todos os crimes e a criminalidade desapareceria! Já está mais do que demonstrado que este tipo de medidas não funciona, não tem qualquer utilidade.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Então, acabe-se com as prisões!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É só mais um episódio da novela a que este Governo nos está a habituar e na qual está a envolver todo o País: vamos fingir que estamos a fazer alguma coisa sem mudar absolutamente nada.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Acabe-se com as penas!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É só mais um episódio de um Governo que está em completo desnorte e que cede à retórica da extrema-direita, até o Chega o admite.

Risos do CH.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, enquanto continuarem a trabalhar para as perceções, nada vai mudar, não vão resolver problemas a ninguém e vão só continuar a enterrar a nossa República e o nosso regime democrático.

Aplausos do L.

Protestos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que é feito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Mais uma, Sr. Deputado?!
Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, é que o Sr. Deputado Rui Tavares, há bocado, pediu um exemplo de incentivo ao ódio. Olhe, está aqui um exemplo de incentivo ao ódio: é não condenar as agressões a professores, a bombeiros, a polícias. Isto é um incentivo ao ódio.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isto é uma intervenção, Sr.^a Presidente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O discurso do Sr. Deputado Paulo Muacho foi, claramente, um incentivo ao ódio. Queria um exemplo, aqui tem um exemplo.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço desculpa, mas os Srs. Deputados das diversas bancadas têm de resistir à tentação de utilizar a figura da interpelação à Mesa para fazerem intervenções, quando já esgotaram o seu tempo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Esse expediente, que toda a gente sabe que existe e reconhece, tem, no mínimo, de ser usado com moderação, porque senão os debates prolongam-se com interpelações à Mesa que verdadeiramente não o são.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pois...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Rui Tavares está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, para o mesmo efeito e com a mesma simetria que tem de ser concedida.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Pois. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, muito rapidamente, o Sr. Deputado Pedro Pinto levanta-se para dizer «tem aqui um exemplo» e não o documenta, que era exatamente aquilo que tinha sido pedido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): —Acabou de dizer!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portanto, se não é capaz de o documentar é porque está a recorrer à mentira, como de costume, e a inventar, da sua cabeça, algo que não é capaz de provar nem documentar.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está registado, Sr. Deputado. Eu também lembro que o Regimento prevê uma outra figura, na qual se enquadrariam muitas das intervenções que os grupos parlamentares pedem, que é o protesto, com a diferença de que desconta no próprio tempo. É uma questão a ponderar, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Bem lembrado!

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não respondeu a uma única pergunta!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não havendo mais intervenções, de resto, os tempos remanescentes são muito curtos, tem a palavra, para o encerramento deste ponto, a Sr.^a Ministra da Administração Interna. Faça favor, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois de ouvir os argumentos de todas as bancadas parlamentares sobre esta matéria, fico ainda mais convicta da importância desta proposta de lei do Governo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — Uma agressão a qualquer elemento das forças de segurança, guarda prisional, bombeiro, médico, enfermeiro ou professor é um ataque ao Estado de direito democrático.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — E quando o Estado de direito democrático é atacado, a resposta precisa de ser firme.

Estamos a falar de homens e mulheres que partilham um compromisso, que ultrapassa a responsabilidade individual dos cidadãos comuns. Não é a polícia ou qualquer outro elemento das forças de segurança, bombeiros, guardas prisionais ou das carreiras que aqui elenquei que representa uma ameaça para a ordem pública. Pelo contrário, demasiadas vezes são eles as vítimas, assim o diz o RASI, que foi aprovado nesta Câmara no passado mês de setembro.

O Governo continuará a defender e a apoiar as nossas forças de segurança, os nossos bombeiros, os guardas prisionais. Se precisam de mais homens e mulheres, melhores carreiras, mais e melhores equipamentos, novas ferramentas e mecanismos para continuar a desempenhar o seu papel, o Governo tudo fará para terem esses meios. Repito, terão acesso a todos esses meios.

Não economizamos na proteção da vida, da liberdade e da propriedade do Estado. Reitero o que referi na minha intervenção inicial. É essa postura que estes polícias, bombeiros, guardas prisionais, professores, médicos, enfermeiros, agentes da proteção civil e demais funcionários do Estado esperam, também, dos representantes dos portugueses na Assembleia da República. Estou segura de que não defraudarão as suas expectativas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está, assim, encerrado o nosso ponto quatro da ordem de trabalhos.

Vamos passar ao quinto ponto, em que vamos discutir, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 34/XVII/1.^a (GOV) — Procede à quinta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários, bem como os Projetos de Lei n.ºs 373/XVI/1.^a (L) — Pela eliminação da taxa devida pelo procedimento da candidatura de ingresso na magistratura e 378/XVI/1.^a (CH) — Reforça a formação dos magistrados, alterando a Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

Para apresentar a proposta de lei do Governo, tem a palavra a Sr.^a Ministra da Justiça.

A Sr.^a **Ministra da Justiça** (Rita Alarcão Júdice): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É com entusiasmo e sentimento de dever cumprido que venho, hoje, apresentar ao Parlamento a proposta do Governo que altera a Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro. Este diploma regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados, a natureza, a estrutura e o funcionamento do Centro de Estudos Judiciários (CEJ).

O CEJ tem sido, desde a sua criação, um pilar na formação e na preparação dos magistrados, mas, passados mais de 45 anos, é preciso olhar para as condições de ingresso das magistraturas, para a formação dos magistrados e para o funcionamento da instituição.

As alterações que o Governo propõe são fruto de uma análise cuidada e que envolveu um diálogo próximo com o próprio Centro de Estudos Judiciários para perceber, designadamente, quais as principais dificuldades sentidas no recrutamento de magistrados e no funcionamento do CEJ.

As alterações que propomos refletem o compromisso do atual Governo na melhoria das instituições da justiça. O CEJ, enquanto estabelecimento de formação, deve assumir-se também, e cada vez mais, como agente ativo dessa melhoria, em particular na preparação dos magistrados para os tempos futuros.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a reforma que hoje, formalmente, vos apresento repousa, nos seus traços iniciais, em cinco objetivos principais. Primeiro, ampliar a base de recrutamento e convergir os métodos de seleção; segundo, tornar mais atrativa a opção pela carreira de magistrado com a valorização do estatuto do auditor de justiça; terceiro, simplificar, flexibilizar e racionalizar o processo de recrutamento; quarto, reduzir a complexidade do procedimento e do processo seletivo; e, último, conformar o corpo diretivo do CEJ numa dinâmica de funcionamento descentralizado, propiciado pelas futuras instalações a norte do País.

Muito sumariamente, e sem entrar em detalhes próprios do trabalho que é reservado à 1.^a Comissão, de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, gostaria de destacar algumas das principais medidas em cada um dos cinco pontos que referi.

Quanto à base de recrutamento, os dados dos últimos concursos revelam-no, sem margem para grandes dúvidas, que tem sido cada vez mais difícil atrair candidatos, dificultando o preenchimento da totalidade das vagas postas a concurso.

Deste modo, sem prejuízo dos superiores padrões de exigência no acesso e na formação do CEJ, procurámos uma solução que visa alargar a base de recrutamento. A nossa proposta prevê, então, o seguinte: aos licenciados pós-Bolonha passa a exigir-se apenas a parte curricular do mestrado concluída com aproveitamento; em alternativa à parte curricular do mestrado, podem também candidatar-se quem, sendo licenciado em Direito, tenha cinco anos de experiência profissional na área forense; mantém-se, com o possível requisito de ingresso, a licenciatura pós-Bolonha, neste caso, sem necessidade de mestrado; deixámos, também, de prever provas diferentes para os candidatos com diferentes vias de acesso, a académica e a profissional.

Quanto ao segundo objetivo, estatuto do auditor de justiça e sua valorização, propomos melhorar as condições dos auditores de justiça, designadamente pela previsão de um regime tributário especial aplicável à bolsa — que não se considera rendimento de trabalho dependente —, do seguro de acidentes de trabalho e de um regime de segurança social que possa abranger situações de parentalidade e de doença, ao que acresce, ainda, a cobertura de despesas de transporte. É inequívoco este apoio público à formação inicial de magistrados.

Terceiro ponto, processo de recrutamento, simplificação, flexibilização e racionalização. Aqui, queria só destacar a criação da figura da reserva de recrutamento. Os candidatos que tenham sido considerados aptos na sequência da prestação de provas, mas que não tenham ficado habilitados a ingressar na formação inicial por conta do número de vagas fixado, poderão passar a poder, nos três anos seguintes, concorrer sem ter de prestar novas provas.

Quarto objetivo, procedimento e processo seletivo e redução da complexidade. Aqui, queria destacar a eliminação da prova curricular e da prova escrita de desenvolvimento de temas culturais, sociais e económicos. Mas, destaco, também, a eliminação da discussão sobre temas de direito administrativo e de direito económico, na prova oral para os tribunais judiciais, ou mesmo, a eliminação do sorteio com 48 horas de antecedência para determinação da área temática da prova.

Última palavra e último ponto, corpo diretivo do CEJ e alteração. Uma palavra final sobre o ajustamento que introduzimos na composição da estrutura nuclear do governo do Centro de Estudos Judiciários. A previsão de um quarto diretor, retomando o figurino de 2008, justifica-se, entre outras razões, pelo modelo multipolar de Lisboa e Vila do Conde, descentralizado, que se pretende ver, a breve trecho, em pleno funcionamento, tanto para a formação inicial como para a formação contínua.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a reforma da justiça faz-se passo a passo, por isso, termino com uma certeza e com um desejo. A certeza de que as alterações contidas na proposta de lei agora apresentada são passos importantes, necessários e desejados para a atração de talento e para a formação de magistrados de elevada qualidade. Acredito que, em conjugação com outras medidas em curso, esta vai também contribuir para a reforma da justiça. O desejo de que este passo seja viabilizado pela Assembleia da República em termos e no

tempo que me permita autorizar, pela primeira vez, a abertura, no primeiro trimestre de 2025, de cerca de 200 vagas para o ingresso do curso de formação de magistrados para os tribunais judiciais e de formação de juízes para os tribunais administrativos e fiscais.

As instituições da justiça são, por natureza e tradicionalmente, conservadoras, mas não são, nem podem permanecer, estáticas. Devem evoluir com a sociedade, adaptar-se às novas realidades e antecipar necessidades futuras, a bem da tão desejada reforma da justiça.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Ministra tem dois pedidos de esclarecimento. Peço ao Governo que informe como é que pretende responder.

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Em conjunto, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O primeiro pedido de esclarecimento é da Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Cumprimento a Sr.^a Presidente, a Sr.^a Ministra, o Sr. Secretário de Estado e os Srs. Deputados.

Sr.^a Ministra, a iniciativa que o Governo aqui nos traz tem o objetivo de simplificar aquele que é o concurso de acesso à magistratura.

Com esta alteração, os candidatos já não precisam de ter um mestrado ou um doutoramento, basta que tenham concluído a licenciatura em Direito e um aproveitamento positivo na parte curricular que corresponde ao mestrado ou doutoramento, ou seja, no fundo, têm uma espécie de pós-graduação.

O objetivo desta alteração à lei até é positivo, porque se tenta, pelo menos, travar aquela que tem sido a diminuição constante do número de candidatos para o acesso à magistratura, também com o objetivo de se tentar, pelo menos, equilibrar o saldo negativo entre aqueles que entram e aqueles que saem.

Mas, também não nos podemos esquecer de que este não é um problema de agora, do ano 2024 ou do ano 2023. Este é mais um problema que o Governo do PS nos deixou como herança, porque o estado da justiça em Portugal também é responsabilidade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Governo que acompanhou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Durante os quase 10 anos em que António Costa foi Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mau!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — ... não teve a capacidade de fazer um planeamento para que não chegássemos a este ponto, em que é preciso retirar habilitações para o concurso de acesso à magistratura, caso contrário, os tribunais ficam sem juízes, sem magistrados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — A Sr.^a Ministra disse em outubro que a reforma da justiça não se faz sem bons magistrados, e tem razão, eu concordo consigo, mas também não se faz sem um bom Governo, e aí eu já tenho algumas dúvidas de que o País tenha esse bom Governo para nos levar a bom porto.

Pergunto-lhe, Sr.^a Ministra, se não receia que, de alguma forma, com esta redução das habilitações, possamos vir a perder qualidade naqueles que são os futuros juízes do nosso País. Porque a verdade é que o País não precisa e não quer juízes que considerem normal que um polícia seja insultado e ameaçado de morte.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Ministra, esta proposta de lei que hoje aqui nos traz merece, da nossa parte, quatro reservas.

A primeira é relativa ao fim da via profissionalizante. Pergunto à Sr.^a Ministra que estudo é que levou a esta conclusão, se há dados, se no passado houve reservas sobre a qualidade dos candidatos e das candidatas. A magistratura confronta-se com um problema de base de recrutamento que é diminuída por se acabar com a via profissionalizante. Há um envelhecimento da classe e temos, crescentemente, cada vez menos candidatos e candidatas para aceder ao CEJ, sendo que, neste mesmo, caso estamos sempre a falar de pessoas que terão de fazer a mesma formação como auditores como os restantes que entrarão para outras vias.

A segunda é o fim da prova escrita de desenvolvimento de temas culturais, sociais ou económicos, em que subscrevemos o alerta feito pelo Conselho Superior do Ministério Público de que em Portugal houve sempre, à semelhança de outros países, a noção de que um magistrado tem de ser não só um perito técnico-jurídico, mas tem de ter também um conhecimento mais vasto em outras matérias da ética, da filosofia, das ciências sociais e humanas, para poder chegar a melhores conclusões para produzir melhores acórdãos. Portanto, acompanhando as preocupações expressas pelo Conselho Superior do Ministério Público, peço um comentário também à Sr.^a Ministra sobre se, com isto, não corremos o risco de criar uma geração nova de magistrados e de magistradas que não tem esta multidimensionalidade na sua análise, na produção, na administração da justiça.

A terceira é a revogação — que vai no mesmo sentido — da integração da sociedade civil, de juristas de reconhecido mérito, nos júris que avaliam os candidatos do CEJ. Também aqui se corre o risco de se reduzir a multidimensionalidade da análise e a multidisciplinaridade que um magistrado, uma magistrada, deve ter.

Por último, quero perguntar à Sr.^a Ministra se não entende que é chegado o momento de se acabar com a taxa de candidatura — de 210 €, como é conhecido —, que é um entrave para a apresentação da candidatura, numa altura em que o número de candidatos e de candidatas tem reduzido.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Ministra da Justiça, que tem 1 minuto e 15 segundos, sendo que 1 minuto foi cedido pelo Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor, Sr.^a Ministra.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, peço imensa desculpa, é uma interpelação à Mesa, só para dizer que o Bloco de Esquerda está disponível, caso o Governo queira, para ceder o tempo que lhe resta para a Sr.^a Ministra poder responder.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada pela disponibilidade, Sr. Deputado. Faça favor, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Sr.^a Presidente, o Governo está muito confortável com esta proposta, que foi trabalhada e discutida amplamente com o Centro de Estudos Judiciários.

A simplificação do concurso de acesso, Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho, não é uma simplificação das exigências. Esse é um ponto que é muito crítico para nós. O ingresso é muito exigente, todo o concurso continua a ser muito exigente, diria que a formação dos magistrados é das mais exigentes das profissões judiciárias que temos.

Estou muito tranquila e entendo que a eliminação desta prova não deixa os candidatos na dependência da marcação de uma prova escrita, de uma prova oral subsequente e, portanto, acelera o processo e dá mais oportunidades a quem quer ingressar e ingressar rapidamente na magistratura.

Quanto às questões que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo me colocou, nós não terminamos com a via profissionalizante como tal, o que queremos é equiparar o nível de provas nas duas vias. Portanto, quem teve cinco anos de via profissional, essa possibilidade substitui a exigência de mestrado, isto é, valorizamo-la, mas temos o mesmo nível de exigência: têm de fazer prova, todos têm de fazer provas, e queremos manter essa uniformização e uniformidade de critérios, porque achamos que é da maior justiça, com a vantagem de que quem teve cinco anos a exercer a profissão terá mais facilidade, provavelmente, a respondê-la.

Quanto à questão da extinção de juristas de reconhecido mérito, deixa de ser obrigatório, não quer dizer que não existam, e esperemos que existam, assim haja também disponibilidade dos mesmos para integrarem estes júris.

Quanto à taxa de candidatura, temos previsto especificamente, e é a nossa visão da sociedade, que quem precisa deverá poder beneficiar da isenção, e é assim que esta proposta está construída: quem tem insuficiência económica beneficiará do não pagamento da taxa; quem pode pagar, pagará. É assim e, se calhar, é isso que nos distingue, mas é o nosso entendimento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para a apresentação do seu projeto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Grupo Parlamentar do Livre. Faça favor. Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Ministra, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal enfrenta, atualmente, uma situação de falta de magistrados causada por fatores como o envelhecimento da classe, a falta de atratividade da carreira ou a própria necessidade de reformularmos o sistema de justiça, nomeadamente na redistribuição de juízes por áreas de trabalho.

Esta é uma matéria que é essencial para o funcionamento do Estado e que requer uma reflexão aprofundada e uma reforma séria da justiça em Portugal. A questão da atratividade da magistratura é complexa, mas é certo que têm de ser garantidas melhores condições de acesso às carreiras e melhores condições de trabalho aos magistrados.

A proposta que o Livre apresenta hoje visa eliminar o pagamento da taxa de candidatura para ingresso na magistratura. Esta é uma medida de elementar justiça e equidade, de resto também defendida pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e pelo Conselho dos Oficiais de Justiça nos pareceres que enviaram relativamente à proposta do Governo.

Que não se diga que, para tal, basta a possibilidade de dispensa da taxa em caso de insuficiência económica, como está previsto na proposta de lei do Governo. O acesso a uma profissão não pode depender da capacidade económica, mas sim das aptidões, das capacidades, do mérito para o desempenho das funções. O pagamento desta taxa, de 210 €, pode traduzir-se num efetivo impedimento ao acesso, porque a esta taxa acrescem, ainda muito frequentemente ou em caso de admissão, custos com a deslocação para a realização das provas, entre outros custos que acarreta esta candidatura.

Por isso, não obstante a posição que a Sr.^a Ministra já aqui expressou, apelamos a todas as bancadas para que se juntem ao Livre e votem favoravelmente o nosso projeto de lei, para dar este passo que visa reduzir as assimetrias socioeconómicas, promover a igualdade de oportunidades, contribuir para a atratividade da carreira na magistratura e, conseqüentemente, combater a escassez de candidaturas.

A proposta de lei do Governo, repetimos, não é suficiente no que toca a este ponto em específico, na taxa para a realização do exame, mas apresenta também outros tópicos que nos merecem nota. Se é verdade que a condição económica não deve ser um requisito para poder aceder à profissão, também é verdade que não é só a competência técnica que é essencial para exercer de boa maneira esta responsabilidade da magistratura.

Por isso, não podemos também descuidar, no processo de seleção, outras competências e outras qualidades que julgamos que são essenciais. Já aqui foi feita referência a alguns destes pontos, mas também queríamos frisar, por exemplo, aquilo que vem proposto pelo Governo: a eliminação do exame psicológico de seleção; a eliminação da prova de desenvolvimento de temas culturais, sociais e económicos, para mais, em tempos como aqueles que atravessamos, em que existe um excesso de informação, de informação falsa a circular, é essencial que os nossos magistrados estejam bem preparados em todos estes tópicos; também a

questão da eliminação da obrigatoriedade de um jurista de reconhecido mérito, ou de uma personalidade de reconhecido mérito, no júri dos exames das provas.

Parece-nos que a proposta tem matérias que vão no bom caminho, mas ainda haverá muito trabalho a fazer. Queremos também contribuir para esse trabalho, e é também esse desafio que deixamos às bancadas que suportam o Governo e a todos os grupos parlamentares, de podermos, na especialidade, melhorar esta proposta.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa informa a Câmara de que, por consenso entre todas as bancadas, o ponto relativo às votações regimentais acontecerá no final dos pontos seis e sete, portanto, no final do ponto sete da nossa ordem de trabalhos, para que os diplomas a discutir nesses pontos possam ainda integrar o guião das votações e serem alvo de votação hoje.

A Mesa regista agora a inscrição do Sr. Deputado João Graça, do Grupo Parlamentar do Chega, para a apresentação do seu projeto. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra: A Proposta de Lei n.º 34/XVI/1.^a (GOV), relativa ao ingresso e à formação dos magistrados, é, sem dúvida, uma iniciativa necessária, mas é uma iniciativa pouco robusta e, acima de tudo, pouco audaz.

O mundo de hoje já não é o de 2008. Surgiram novos crimes, bem como novas formas de crimes, o que exige uma abordagem que conjugue conhecimentos aprofundados e a interdisciplinaridade para uma resposta adequada a todas as situações. Mas o projeto do Governo parece que, por lapso, por incompetência ou compadrio entre o bloco central, não se atualizou. Se em termos de ingresso mostrou sinais positivos, em termos de formação ficou muito aquém, pois não há uma evolução em sintonia com as constantes transformações que ocorrem na realidade social, cultural e económica, o que torna imprevisível a atualização do quadro normativo aplicável.

No entanto, o Chega entende que, em termos de autonomia financeira do Ministério Público, também é necessário ir mais além. Apenas desta forma é possível garantir que os magistrados estejam devidamente preparados para enfrentar os desafios cada vez mais complexos que surgem numa sociedade em constante mudança.

Urge o Centro de Estudos Judiciários adaptar-se com novos planos de formação teórico-prática, inicial e contínua, em matérias como criminalidade económica e financeira, *compliance* e prevenção da corrupção, violência sexual, especialmente contra crianças e mulheres. Aprovar o projeto do Chega só enriqueceria a proposta do Governo.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, na mesma lei que o Governo pretende alterar, o artigo 2.º e seguintes são bem explícitos quanto à importância da formação. Também no Código do Trabalho, o n.º 2 do artigo 130.º não deixa dúvida de que a formação é um direito, direito esse que o Estado é um dos principais incumpridores perante a Administração Pública.

Vozes do CH: — Ora!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Se o objetivo é estabelecer requisitos de ingresso, critérios de avaliação e de seleção que permitam contribuir para inverter a trajetória da redução do número de candidatos ao ingresso nas magistraturas que se tem verificado nos últimos anos, deixem-me dizer que este é um caminho muito sinuoso, estreito e poderá ter como destino um beco sem saída.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, ser funcionário público hoje em dia já não é o mesmo de há uns anos. As pessoas procuram novos desafios, atratividade, compensação financeira adequada às suas habilitações, boas condições de trabalho, como boas instalações, material e equipamentos modernos e adequados, ou seja, tudo o que a justiça portuguesa não tem tido.

Quero dizer, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, que se esperava mais deste projeto de alteração, e a prova disso, além do que atrás referi, são os vários pareceres que constam do relatório apresentado na 1.^a Comissão pelas várias instituições que, embora considerem a proposta positiva, todas fazem reparos que

poderiam e deveriam ser levados em conta, e estamos certos de que os fizeram chegar a quem de direito durante a discussão do Estado.

Termino, Sr.^a Presidente, com uma pergunta para o Governo e para os Deputados da Aliança Democrática: o não é não, isso é certo, mas a esquerda será a mesma esquerda atada de sempre,...

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

... e a direita será o futuro, será o motor da prosperidade em Portugal. Resta esclarecer de que lado ainda estão.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Já esclareceu!

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 3 minutos. Faça favor.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^a Ministra: É um gosto vê-la, mas estava na expectativa de que tivesse estado cá no ponto anterior também.

Relativamente a esta proposta de lei que visa dar resposta à redução do número de candidatos ao Centro de Estudos Judiciários, efetuando modificações no mecanismo de recrutamento dos auditores de justiça, nomeadamente nos requisitos de ingresso e critérios de avaliação e de seleção, que tem o objetivo de inverter a trajetória de redução do número de candidatos ao ingresso nas magistraturas que se tem verificado nos últimos anos, pouco ou nada, neste caso, nos separa da proposta do Governo, assim como pouco separa as conclusões dos pareceres técnicos recebidos do texto e do conteúdo desta proposta de lei.

Contudo, devemos permanecer cautelosos e não abdicar da filigrana formativa traduzida numa exigência que deve e tem de ser, obrigatoriamente, a pedra de toque da preparação dos futuros magistrados judiciais e do Ministério Público.

A redução da extensão e da complexidade do procedimento seletivo é, portanto, uma medida bem-vinda, desde que não comprometa os padrões de qualidade pelos quais o CEJ é conhecido.

O CEJ deve, portanto, fazer o filtro qualitativo de quem pretende ingressar na magistratura, assegurando que os tribunais, enquanto núcleo central da esfera do Estado de direito democrático, permanecem apenas com os melhores e mais bem qualificados recursos humanos.

No caso da magistratura, ao contrário de outras profissões, não podemos falar de barreiras excessivas à entrada na profissão, desde logo porque, evidentemente, a justiça não opera no mercado concorrencial, razão pela qual o filtro deve ser feito por quem detém o monopólio da atuação, neste caso o Estado através do CEJ.

Mas se as exigências académicas e formativas são elevadas, há outras que não o podem ser e que atualmente permanecem. Indo concretamente ao problema do acesso ao Centro de Estudos Judiciários e à magistratura, este encontra-se condicionado essencialmente por dois motivos: o geográfico e o financeiro.

O condicionamento geográfico é o reflexo do centralismo que caracteriza o nosso País. A localização do CEJ na zona histórica de Lisboa impõe um obstáculo considerável aos candidatos, especialmente àqueles — que são a maioria — provenientes da região Norte.

Queremos acreditar que o prometido polo de Vila do Conde será verdadeiramente autónomo e que não será uma mera extensão dos serviços centrais que obrigará a deslocações sucessivas a Lisboa.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — O segundo condicionamento é financeiro e está, obviamente, também associado ao primeiro. Frequentar o CEJ envolve um investimento financeiro elevado, abrangendo despesas

de deslocação, alojamento e subsistência em Lisboa. Esta realidade afasta muitos candidatos potencialmente qualificados que, simplesmente, não conseguem arcar com os custos.

Em conclusão, esta proposta de lei é um passo importante, mas o mais importante para o futuro do CEJ parece-nos que pode ficar resolvido a curto prazo, com a abertura do polo de Vila do Conde e garantindo que o mesmo fica devidamente autónomo.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr. Secretário de Estado e Srs. Deputados: Esta proposta de lei visa responder a um problema real, que são as dificuldades no recrutamento de magistrados, e isso é, como bem se compreende, fundamental para a administração da justiça.

Bom, relativamente a isso e a esta proposta de lei, há vários aspetos com que nos identificamos e com os quais concordamos, mas temos alguma reserva e algumas dúvidas sobre certas soluções.

Começando pelas concordâncias, importa dizer, desde logo, que é uma urgência que o já anunciado polo de Vila do Conde do CEJ seja rapidamente instalado, porque a centralização unicamente em Lisboa é um obstáculo de monta ao acesso ao CEJ por parte de muitos licenciados em Direito.

Também importa dizer que a solução proposta de permitir o acesso ou com a licenciatura pré-Bolonha ou com licenciatura e parte curricular de mestrado pós-Bolonha é uma forma aceitável, neste caso, de contornar mais um dano colateral da desastrosa Declaração de Bolonha em relação ao ensino superior.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Pois é!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Há um problema que não está resolvido, que é o facto de, nos cursos de Direito, não haver mestrado integrado, o que é um obstáculo financeiro muito considerável para que se possa obter a habilitação necessária para concorrer ao CEJ.

Concordamos com a existência de uma reserva de recrutamento, que é justificada, e que sejam aumentados os apoios à frequência do Centro de Estudos Judiciários, porque, como bem se compreende, as dificuldades de alojamento existentes em Lisboa são significativas e podem ser, de facto, um obstáculo à candidatura e frequência do CEJ.

Relativamente às dúvidas e às reservas, temos uma reserva séria que tem a ver com a aplicação das taxas sobre os candidatos. Votaremos favoravelmente o projeto que o Livre apresentou sobre esta matéria e, na especialidade, estaremos atentos a isto, porque nos parece que é uma questão muito relevante.

A dúvida que temos é sobre a abolição da prova de cultura geral para o acesso ao CEJ. Há uma frase muito conhecida relativamente à medicina, que foi atribuída ao Prof. Abel Salazar, embora pareça que não é dele, que é «quem só sabe de medicina, nem de medicina sabe». Creio que isto é adaptável ao direito: quem só sabe de direito, nem de direito sabe. É importante que os juizes, os magistrados do Ministério Público sejam pessoas atentas à vida e que tenham uma cultura geral e uma visão do mundo que não se restrinja apenas ao que se estuda nos manuais de Direito.

Relativamente a esta matéria, iremos abster-nos na generalidade, com a possibilidade de poder evoluir para um voto favorável em função da discussão na especialidade, designadamente no que se refere à imposição da taxa de candidatura ao CEJ, que para nós é uma questão relevante.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do PS, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra, Sr. Secretário de Estado: A oportunidade que temos de debater esta matéria hoje, de facto, é relevante num quadro em que

temos um problema prático, real, na formação de magistrados que diz respeito à dificuldade de recrutamento para a carreira.

De facto, podíamos fazer um debate mais abrangente, quanto aos princípios que devem orientar a formação de magistrados e que, no fundo, até seria um debate diferente deste, em que acho que nos focamos apenas numa revisão do quadro que temos na admissão das magistraturas.

Efetivamente, há outras ordens jurídicas que têm um caminho diferente: optam por valorizar primeiro a experiência profissional em outras profissões jurídicas e só depois fazer o ingresso às magistraturas, ao invés de, como nós fazemos, começar desde cedo a criar um corpo diferenciado de magistrados para as várias funções judiciárias necessárias.

Todavia, de facto, não é esse o debate. Mas ainda que assim seja, parece-nos importante que afirmemos, durante o trabalho na generalidade e, depois, na especialidade, que não devemos perder de vista a importância e a utilidade da via profissional como um caminho também de ingresso nas magistraturas, matéria em relação à qual gostaríamos de deixar algumas observações.

Historicamente, ela tem tido relevo, em especial na jurisdição administrativa e fiscal. Não teríamos conseguido concretizar a reforma do contencioso administrativo se não fora através deste mecanismo e desta capacidade de, fora dos canais usuais de formação, ir captar quem tinha adquirido experiência profissional noutros domínios.

Por outro lado, esta possibilidade é uma via de reforço de competências, de experiências e também de diversificação do quadro de formação dos magistrados. Mas, como digo, não é este um debate estrutural sobre o modelo, mas são, sim, as melhorias ao modelo o que estamos a discutir.

Portanto, começava por abordar seis pontos que nos parecem importantes resolver ou, pelo menos, melhorar, na especialidade.

Um primeiro — e esse não é merecedor de grandes observações, reparos ou críticas — respeita às habilitações necessárias ao ingresso na magistratura. Como já foi referido e como dizem todos os pareceres, com uma única exceção, manifestamente, no momento em que se admite que um licenciado pré-Bolonha com cinco anos pode aceder diretamente, torna-se difícil sustentar que quem tenha uma licenciatura de quatro anos e uma parte curricular de mestrado ou doutoramento concluída com aproveitamento fique numa situação em que, perante a evidência dos mesmos anos de formação, esteja fora da possibilidade de aceder.

Contudo, não deixa de ser importante refletir — e isto prende-se com o primeiro tema — se este é o modelo mais adequado para construirmos exclusivamente a via de acesso para o Centro de Estudos Judiciários. A Associação Sindical dos Juizes Portugueses é a única que manifesta reservas quanto à eternização ou manutenção deste modelo e assumimos que esta discussão deveria ter lugar.

Em segundo lugar, também a opção pela reserva de recrutamento parece positiva, porque permite aproveitar os concursos já realizados. Deixamos apenas nota que nos parece pertinente a sugestão formulada pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de criar uma reserva de recrutamento para cada uma das vias, diferenciando efetivamente o tratamento que deve ser dado autonomamente à jurisdição administrativa e fiscal.

Já quanto às provas de acesso e ao processo de seleção, são vários os pareceres e os contributos que sublinham — e apontava apenas, por serem mais expressivos, o do Conselho Superior do Ministério Público e, mais uma vez, o do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais — a importância da prova de temas culturais, sociais ou económicos.

Efetivamente, não podemos desligar do recrutamento e da formação dos magistrados outros elementos que valorizam o seu percurso para lá do conhecimento jurídico e que serão fundamentais para que um magistrado tenha a capacidade de tomar decisões determinantes sobre a vida e sobre a liberdade de outros cidadãos e cidadãs. Por isso, reiteramos que, na especialidade, gostaríamos que a prova não fosse abandonada.

Em quarto lugar, há uma reflexão que não reúne consenso junto de quem se pronunciou sobre a presença de juristas ou personalidades de reconhecido mérito nas provas. A Sr.^a Ministra já teve a oportunidade de responder ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo sobre o tema. Efetivamente, ela não fica excluída, deixa de estar garantido que esta diversificação existe.

Há, efetivamente, um debate prévio a este, que é o de saber se o modelo formativo — e não é só uma questão da formação, também tem reflexos noutras opções em sede judiciária — deve ter tendencialmente

órgãos compostos maioritariamente por magistrados ou se deve, pelo contrário, ter o modelo inverso e ter a presença da sociedade civil e de outros elementos para equilibrar e diversificar essa composição.

É um tema que ainda não é uniforme na resposta que damos na nossa ordem jurídica: basta olhar para a composição dos conselhos superiores, em que, num dos casos, temos essa opção e, no outro, temos a opção exatamente inversa. Mas a reflexão deve ser feita também nesta sede e talvez uma modificação da lei possa ser precoce e não a mais avisada neste momento.

Depois, chegamos ao quinto ponto que é o da uniformização dos critérios com a via profissionalizante o que, na prática, significa a sua supressão. Parece-nos, como diz o Conselho Superior da Magistratura, que dá nota disso, bem como outros pareceres, que é importante que a lei continue a comportar a possibilidade de recrutamento pela via profissionalizante. E, se não for através da manutenção dessa diferenciação neste ingresso, que, pelo menos, a lei habilite o decisor, pontualmente, a abrir concursos de recrutamento extraordinário por essa via como tem feito, sem a necessidade de criar um enquadramento legislativo de raiz, como tem ocorrido no passado. Portanto, essa cláusula de abertura e flexibilidade sugerida pelo Conselho Superior da Magistratura parece positiva.

Finalmente, temos a valorização do estatuto do auditor de justiça. São dados passos importantes no que diz respeito aos aspetos complementares à sua subsistência enquanto está nas funções, mas há dois aspetos que são referidos nos pareceres e que devíamos também acautelar na especialidade.

O primeiro é clarificar o regime fiscal tendo em conta jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo, que não é exatamente coincidente com a solução da lei, e o segundo, especialmente, é a reflexão sobre o índice que deve ser utilizado na fixação da bolsa para os auditores de justiça. Não são só os sindicatos dos magistrados do Ministério Público e a Associação Sindical dos Juizes que o referem. O próprio diretor do Centro de Estudos Judiciários dá nota de que este aspeto, mais do que qualquer outro, é fundamental na valorização da carreira e na capacidade de recrutamento e integração de novos candidatos neste domínio.

Em suma, valorizamos vários aspetos que aqui estão presentes, viabilizaremos as propostas na generalidade, mas temos muitas propostas que gostaríamos de ver acolhidas na discussão na especialidade...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves de Sousa, do PSD, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^a Ministra da Justiça, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este Governo veio para mudar e para transformar Portugal, contribuindo para construir um país mais equilibrado, mais solidário e mais justo. Se fosse para ficar tudo na mesma, o povo tinha escolhido o Partido Socialista.

Na área da justiça, a par de outras, Portugal vivia ainda há poucos meses tempos de grande intranquilidade, sem uma estratégia ou um caminho que permitisse solucionar problemas antigos. Que o digam os oficiais de justiça, os guardas prisionais ou os advogados que prestam serviço no âmbito do apoio judiciário e que, volvidos mais de 20 anos, irão brevemente ver revista a tabela de honorários.

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Na verdade, na política como em tudo na vida, há uns que falam e outros que fazem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ainda há muito por fazer. Nos últimos anos, tem-se constatado a crescente dificuldade em preencher todas as vagas disponíveis nos concursos abertos para as carreiras de magistrado,

quer na judicatura quer no Ministério Público. Quando sobram vagas, algo está mal e reclama-se uma mudança. Foi isso que foi feito.

Em linha com o Programa do Governo, esta proposta de lei pretende dar uma resposta a esta problemática, prosseguindo os objetivos de atração de talento e de formação de magistrados de elevada qualidade, o que, em conjugação com outras medidas em curso, propiciará o incremento da eficiência do sistema judiciário.

Para alcançar tal desiderato, foi imperioso revisitar os requisitos de ingresso e os critérios de avaliação e de seleção que permitam contribuir para inverter a trajetória de redução do número de candidatos ao ingresso nas magistraturas que se tem verificado nos últimos anos.

Saudamos, Sr.^a Ministra, o facto de não ter sido seguido o caminho mais fácil, condescendendo nos critérios de exigência e de rigor que devem estar entrelaçados na carreira de um magistrado. Se queremos uma justiça de qualidade, temos de ter juízes e procuradores do Ministério Público preparados e competentes.

Nesta proposta de lei, a ideia foi alargar de forma substancial a base de recrutamento associada à valorização do estatuto do auditor de justiça com o estabelecimento de benefícios nos planos de segurança social e tributação e com a criação de um regime especial de apoio aos candidatos com menores condições económicas.

Numa perspetiva de revisão de regime, reajusta-se o quadro normativo à realidade sociológica e cultural presente, estabelecendo-se condições mais concorrenciais para o acesso à formação dos futuros magistrados. Como medidas mais relevantes destacam-se a maior aproximação dos requisitos de ingresso aos graus académicos decorrentes do processo de Bolonha; a redução da extensão e da complexidade do procedimento seletivo; a convergência dos métodos de seleção, que passam a aplicar-se uniformemente a todos os candidatos, em homenagem ao princípio constitucional da igualdade; a adoção da figura da reserva de recrutamento, a agilização das comunicações desmaterializadas com os candidatos e a valorização do estatuto de auditor de justiça.

Todas estas alterações, estamos certos, irão contribuir para debelar as insuficiências que conduziram às dificuldades de recrutamento que se têm vindo a registar.

Neste debate e a este propósito — e como aqui já foi sublinhado —, importa ainda saudar a abertura do polo do CEJ de Vila do Conde no próximo mês de setembro de 2025, que permitirá um incremento de 60 novas vagas para auditores de justiça e que representa a efetivação de uma desejável descentralização, nunca esquecendo que a maior parte dos auditores que entraram nos últimos anos no Centro de Estudos Judiciários são oriundos do Norte do País.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o caminho faz-se caminhando e o mais importante é seguir no caminho correto. A justiça é um dos pilares da democracia, o garante do Estado de direito, e os magistrados, a par dos advogados e de outros os agentes judiciais, são um elemento fundamental do funcionamento da justiça, pelo que as alterações contidas nesta proposta de lei consubstanciam um importante contributo para melhorar o recrutamento de juristas para a magistratura portuguesa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Ministras, Srs. Secretários de Estado: Esta proposta de lei é útil e necessária porque, evidentemente, sabemos que o recrutamento para as magistraturas é cada vez mais difícil. É útil porque apresenta respostas e também porque uniformiza alguns procedimentos que era necessário uniformizar.

Como comecei por dizer — e já todos disseram também, desde logo, a Sr.^a Ministra, na apresentação da proposta de lei —, há necessidade de resolver um problema de recrutamento para as magistraturas. Esse problema traz depois outro, necessariamente, que é o da qualidade dos recrutados, sabendo, obviamente, que se a base é menor, a probabilidade de a qualidade diminuir é também grande e, portanto, é necessário acautelar isso.

Nesse sentido, várias das medidas tomadas são por nós valorizadas, e todos os pareceres que a Assembleia já recebeu das diferentes entidades relacionadas são, em geral, positivos, com uma ou outra objeção, uma bastante comum — como já foi dito aqui também, já lá chegaremos.

A primeira questão que há a apreciar tem a ver com os requisitos de acesso e com a uniformização com o processo de Bolonha. Como já se disse, esta é a solução necessária e a possível, dadas as circunstâncias e as dificuldades de recrutamento. Depois, é importante a componente de simplificação e de flexibilização que este diploma também concretiza, quer a redução da complexidade do procedimento seletivo, quer a desmaterialização das comunicações.

A valorização do estatuto dos auditores de justiça e também os estágios intercalares nos tribunais são matérias por nós apreciadas. Por outro lado, outra das matérias que valorizamos é a da reserva de recrutamento, exatamente para poder responder às dificuldades de que já falámos anteriormente, bem como e, especialmente, a questão da descentralização e do polo de Vila do Conde, que permitirá também essa proximidade que, juntamente com o apoio financeiro aos que tenham mais dificuldades, obviamente, possibilitará alargar a base de recrutamento e reduzir as injustiças sociais que pudesse haver no acesso.

Há, de facto, uma questão bastante levantada e que tem a ver com uma preocupação que também temos que é a ligação dos magistrados não só às questões jurídicas fundamentais da sua formação enquanto tal, mas também do contacto com aquilo que é a realidade e com as questões que virão, no futuro, a merecer a sua intervenção. Há uma quase unanimidade nos pareceres relativamente às provas de aptidão cultural e, portanto, do nosso ponto de vista, isso merecerá análise na especialidade.

É importante saber se o Governo está alinhado nessa expectativa de discussão e de uma decisão posterior. Nesse sentido, parece-nos que o trabalho de especialidade tem tudo para poder correr bem e beneficiar de vários contributos, beneficiará certamente do contributo do CDS, sabendo que a base de partida da proposta de lei é já ela muito positiva.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista mais pedidos de intervenção, portanto, para encerrar o debate, vou dar a palavra à Sr.^a Ministra da Justiça, que dispõe de 2 minutos e 6 segundos para o efeito.

Faça favor, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Só para encerrar e tomando nota dos bons contributos que aqui recebi, queria só deixar duas observações.

Não é apanágio do Governo alinhar por baixo e, portanto, a nossa preocupação nesta proposta foi igualar, tratar com o mesmo nível de exigência todos os candidatos, permitindo diversas formas de acesso. Ninguém tem acesso garantido, todos têm de passar pelas mesmas provas e, portanto, parece-nos que não podemos, por um lado, estar a dizer que queremos aumentar a exigência, mas, por outro, dizer que deveríamos manter a via profissionalizante tal como ela estava desenhada, que passava por existirem umas provas menos exigentes.

A nossa preocupação foi aligeirar algumas das provas, dando-lhes maior objetividade. A prova de temas culturais, sociais e económicos é sempre mais subjetiva.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Subjetiva é como quem diz!!...

A Sr.^a **Ministra da Justiça**: — Não tenho nenhum dogma quanto a isso, mas acho que é sempre mais subjetiva.

Tentámos que as provas fossem o mais objetivas possível e que o nível de exigência fosse alto e fosse igual para todos. A nossa preocupação é a exigência.

Quanto à questão do polo e da descentralização, estamos a trabalhar diariamente para que ele seja concretizado. Estamos a trabalhar com a Câmara Municipal de Vila do Conde para que o polo esteja concluído em setembro ou, não estando concluído em setembro, que haja um estabelecimento alternativo para o receber. Isto porque, para nós, é crítico existir este funcionamento bipolar, quer no Porto, quer em Vila do Conde, a par de Lisboa, para que se possa dar resposta a estas necessidades do Norte, que também temos sentido.

Há muitos — e temos ouvido na primeira pessoa — interessados, muitos potenciais candidatos que não se candidatam apenas porque Lisboa não é comportável por várias razões. Tentámos também, com os vários incentivos que demos, designadamente no tratamento das bolsas, no apoio aos transportes, conjugando com outras medidas que o Governo tem vindo a adotar, na área dos transportes e da habitação, tornar mais atrativa e menos difícil a deslocalização para Lisboa.

Ainda assim, temos uma aposta muito forte para o Porto, mas, para isso, precisamos que o diploma fique fechado o quanto antes, para que os novos auditores possam já beneficiar do mesmo.

Obrigada e bom Natal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Ministra dispôs de mais 30 segundos cedidos pelo PSD, que foram acrescentados ao tempo do Governo.

Feliz Natal, Sr.^a Ministra, também.

Está terminado este ponto da nossa agenda. Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, o sexto, que consiste na apreciação da Proposta de Resolução n.º 1/XVI/1.^a (GOV) — Aprova a atualização do Plano Nacional Energia e Clima 2030, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 106/XVI/1.^a (BE) — Antecipa a data para a meta da neutralidade climática, em linha com as orientações previstas na Lei de Bases do Clima (primeira alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que define as bases da política do clima), e com os Projetos de Resolução n.ºs 231/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que invista no Programa «Do Sol ao Sal» destinado à criação de uma fileira de produção de energia renovável e de baterias sustentáveis, em particular baterias de ião de sódio, e 472/XVI/1.^a (L) — Recomenda a inclusão de medidas específicas sobre a proteção, conservação e restauro dos ecossistemas marinhos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

Para apresentar a Proposta de Resolução n.º 1/XVI/1.^a (GOV), tem a palavra a Sr.^a Ministra do Ambiente e Energia.

Pausa.

Srs. Deputados, queria dar a palavra à Sr.^a Ministra, mas só o farei quando estiverem todos nos seus respetivos lugares.

Pausa.

Sr.^a Ministra do Ambiente e Energia, faça favor, dispõe de 7 minutos para a intervenção inicial.

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia** (Maria da Graça Carvalho): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo está empenhado nas políticas de ação climática e no cumprimento da Lei de Bases do Clima. A revisão do Plano Nacional de Energia e Clima, o PNEC 2030, é fundamental para honrarmos as nossas obrigações europeias, mas também, e sobretudo, para definirmos o rumo da transição energética no nosso País.

Nos termos da Lei de Bases do Clima, a Assembleia da República é chamada a discutir e a votar este instrumento, o que traduz um desígnio de envolvimento e de representatividade política neste processo. No Governo, queremos ter um PNEC 2030 que reflita uma visão plural, tanto do ponto de vista político, como social e económico.

O plano que apresentámos é o resultado de uma revisão ambiciosa, mas realista, dos objetivos nacionais em matéria de energia e clima, uma revisão na qual foram recebidos perto de 200 contributos, muitos dos quais foram incorporados.

Em relação à redução das emissões de gases com efeito de estufa, assumimos a meta de redução de 55 % em relação a 2005, reforçámos o peso das renováveis no consumo final bruto de energia, passando de 47 % para 51 %, até 2030.

O PNEC prevê uma trajetória de descarbonização no horizonte de 2030, rumo à neutralidade climática em 2045, em linha com a ambição prevista na Lei de Bases do Clima. Nesta década, o processo de descarbonização será mais acentuado na produção de eletricidade, nos transportes e nos edifícios, mas todos os setores têm um potencial de redução de emissões significativo.

A transição energética e a descarbonização da economia, no contexto do combate às alterações climáticas, são não apenas uma obrigação, mas também uma oportunidade, uma oportunidade para tornar a nossa economia mais competitiva e mais moderna, e para modernizar os diversos setores-chave; uma oportunidade para criar riqueza, proporcionar melhores condições de vida aos portugueses.

O PNEC 2030 é uma peça-chave, tal como a Agência para o Clima, cuja criação foi aprovada recentemente em Conselho de Ministros, que será o braço operacional neste objetivo. É uma agência que irá congrega os diversos fundos nacionais, europeus e internacionais, relacionados com a ação climática, não apenas as verbas do Fundo Ambiental e a componente do PRR para o clima, mas os fundos que abrangem a economia do mar, a natureza, as florestas e a transição justa.

Tratar-se-á de uma agência que será uma verdadeira autoridade para o clima, atuando ao nível das políticas públicas em matérias como os mercados de carbono, o Comércio Europeu de Licenças de Emissão, o chamado CELE, e as negociações internacionais em matéria de clima. Será ainda responsável pelos compromissos financeiros internacionais com os países em desenvolvimento em matéria de clima. Trabalhará em conjunto com todos os beneficiários, para desenvolver soluções e oferecer resultados mais céleres.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos empenhados em agir e obter resultados na luta contra as alterações climáticas, tanto a nível da adaptação como da mitigação, e em ter uma estratégia em que confiamos, mas estaremos sempre abertos ao diálogo, sobretudo nesta matéria, em que o contributo de todos e o compromisso de todos são tão essenciais.

Fico agora à vossa disposição para as questões que queiram colocar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Ministra, a Mesa regista duas inscrições para pedidos de esclarecimento. Para o primeiro, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Srs. Membros do Governo, como a Sr.^a Ministra sublinhou, o PNEC 2030 é um documento fundamental para a política energética e ambiental do Governo.

Gostaria de sinalizar a relação entre o PNEC 2030 e a recém-anunciada criação da Agência para o Clima (ApC) — e desde logo saudar o Governo por concentrar nesta Agência competências até agora dispersas —, mas, por outro lado, gostaria de sublinhar a transferência do Fundo Ambiental para esta Agência, o que representa hoje mais de 1000 milhões de euros.

Quando anunciou a criação desta Agência para o Clima, a Sr.^a Ministra teve o cuidado de referir que, não obstante esta Agência ficar na tutela do Ministério do Ambiente e Energia, iria haver uma coordenação entre o Ministério do Ambiente, o Ministério da Economia e o Ministério da Agricultura. Deixe-me dizer, Sr.^a Ministra, que para nós, CDS, é fundamental que exista essa relação entre estes três Ministérios — Ministério do Ambiente, Ministério da Economia e Ministério da Agricultura — depois de oito anos de Governos socialistas em que a política ambiental ficou assente numa perspetiva hostil à indústria, à agricultura e em particular às empresas. Por isso, é fundamental virarmos mais esta página da governação socialista.

Tenho três perguntas para lhe fazer, Sr.^a Ministra. Em primeiro lugar, como é que a Agência para o Clima vai contribuir para a execução do PNEC 2030? Em segundo lugar, como é que a Agência vai reforçar a transparência da gestão do Fundo Ambiental? Finalmente, como garantir que a política ambiental não se faz contra a indústria, não se faz contra o agroindustrial, mas se reconhece verdadeiramente as empresas como agentes da mudança e da transição energética.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega. Dispõe de 2 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, para além da revisão do PNEC 2030, somos hoje também brindados com uma proposta do Bloco de Esquerda que mais não é do que uma receita de suicídio económico nacional, uma nefasta prendinha de Natal, metade embrulhada em papel verde, com inspiração ali do Livre, metade em papel reciclado, vermelho, comunista, de origem fóssil.

Aplausos do CH.

Querem antecipar a meta da famigerada neutralidade climática para 2045, ignorando as consequências catastróficas para a economia, para a indústria e para o bolso dos portugueses.

Querem apressar uma transição energética que só vai empobrecer ainda mais as famílias e, com isso, apressar irresponsavelmente a destruição dos poucos setores produtivos que ainda temos. Ora, isto não podia ser mais representativo do que é o Bloco de Esquerda.

Aplausos do CH.

Mas o que é mais curioso — ou talvez trágico — é que o atual Governo, dito de centro-direita, parece alinhado com estas ideias de «eco-marxistas».

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — É que vemos agora um Governo PSD a seguir as mesmas pegadas de ansiedade climática, de políticas de austeridade verde, que sacrificam tudo em nome de metas irrealistas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Tudo em nome de uma agenda que pode servir interesses internacionais, como o *Green Deal*, que não é mais que um «*Black Deal*», mas não os interesses de Portugal!

Por isso, Sr.^a Ministra, pergunto: estão preparados para admitir que estão a conduzir o País para o mesmo abismo económico que o Bloco de Esquerda propõe? Quantas famílias vão ter de escolher entre aquecer a casa ou colocar comida na mesa por causa destas políticas irresponsáveis?

Este projeto do Bloco de Esquerda e a postura submissa do Governo são duas faces da mesma moeda: a da destruição da soberania energética nacional e a do empobrecimento dos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para solicitar à Mesa a distribuição da Lei de Bases do Clima e a respetiva votação, para assinalar à Câmara que o Chega votou a favor da mesma, a qual prevê a antecipação da neutralidade carbónica para 2045.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sr. Deputado. Será feita a distribuição da mesma, logo que chegue à Mesa.

Para responder, tem a palavra a Sr.^a Ministra do Ambiente e Energia. Dispõe de 2 minutos e 37 segundos, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, fez várias perguntas sobre a Agência para o Clima e, em primeiro lugar, devo salientar que uma das atribuições da Agência para o Clima, além das que referi no discurso inicial, é exatamente a monitorização do PNEC 2030 e o acelerar e a promoção de medidas para os setores que mais se atrasarem no processo de descarbonização.

Quanto à gestão do Fundo, uma das vantagens desta Agência — e de certo modo de dar lugar a um novo começo para o Fundo Ambiental — é que vamos gerir o Fundo Ambiental como são geridos os outros fundos, isto é, com previsibilidade nos concursos, através do anúncio dos concursos com antecedência, e com transparência constante. Há um departamento de auditoria na própria Agência, portanto teremos maior rigor e mais transparência nesta gestão.

Não estou com isto a criticar quem está no Fundo Ambiental — aliás, as pessoas irão passar para a Agência. No entanto, havia um grupo pequeno de funcionários que eram responsáveis por esta área e agora iremos ter um corpo mais alargado, pelo que haverá a possibilidade de ter muito mais transparência na verificação destes procedimentos.

Esta será uma Agência na nossa tutela, mas a estratégia será em cooperação com as áreas da agricultura, da economia, dos transportes e com outros membros do Governo.

Além disso, um dos membros do conselho diretivo é nomeado pelo Sr. Ministro das Finanças e os outros por mim, em coordenação com a Economia e com a Agricultura.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito importante!

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia**: — Em relação ao Sr. Deputado Pedro Correia, a questão da pobreza energética é para nós a grande prioridade no orçamento e na reprogramação que estamos a fazer no PRR. Vamos ter dois programas de auxílio às populações com mais pobreza energética, tanto nos edifícios como na mobilidade.

Ao produzir mais energias renováveis, o PNEC 2030 reduz as importações. No entanto, é de salientar que o acentuar da pobreza energética foi muito devido ao aumento do preço do gás e não fruto das energias renováveis. Por conseguinte, as energias renováveis vão evitar que se importem combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, vamos ter esta transição justa com o programa contra a pobreza energética.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 4 minutos, Sr. Deputado. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Lei de Bases do Clima foi um marco essencial no País, ao reconhecer a situação de emergência climática e dispor um conjunto de medidas para lhe dar resposta, com garantias de justiça climática e social, apesar das críticas que lhes dirigimos e que são públicas.

No entanto, três anos volvidos, muito continua por ser regulamentado e implementado. Há mesmo partes que já foram ultrapassadas, nomeadamente a data para a neutralidade climática, que está fixada para 2050. A própria Lei de Bases estipula que até 2025, ou seja, daqui a poucos dias, o Governo estudaria a antecipação da data da neutralidade climática para 2045, o mais tardar. Chegamos, portanto, ao momento em que a Lei de Base já previa a reavaliação e melhoria da sua principal meta.

No PNEC, agora em debate, o compromisso é reassumido. Saudamos a melhoria das metas no PNEC aqui trazidas, apesar de continuarem a ser insuficientes para a realidade e as exigências do momento em que vivemos, sobretudo porque não têm sido acompanhadas de políticas industriais e de criação de emprego verde para contribuir para a transformação económica de que o País tanto precisa, com mais transportes públicos, mais ferrovia, uma agricultura sustentável e uma produção energética verde e descentralizada.

As políticas climáticas não podem ser um castigo e um sobrecusto sobre os trabalhadores, seja nos combustíveis que usam para as deslocações diárias entre casa e o trabalho por falta de alternativa, seja por desemprego. Pelo contrário, a política climática deve ser uma transformação que sirva o planeta e as pessoas, nomeadamente através de campanhas ambiciosas de isolamento das casas: menos energia consumida, mais conforto, menos frio.

As conclusões do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) são claras e referem que os fenómenos climáticos extremos são mais frequentes e mais intensos do que era previsto e que os riscos são elevados e têm-se manifestado com fortes incêndios, secas prolongadas ou cheias repentinas.

Temos de agir para proteger as populações. Não bastam palavras. É por isso que propomos que as palavras bem intencionadas deste Governo e do anterior no sentido «de garantir que 2045 é a data da neutralidade climática»...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Neutralidade carbónica para 2025!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... passem mesmo a ser efetivas, através da sua introdução na lei.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Dispõe de 4 minutos, Sr.^a Deputada. Faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr.^a Secretária de Estado, Srs. Secretários de Estado, caros concidadãos nas galerias: A descarbonização e a transição energética são pontos essenciais para o futuro de Portugal e para a construção de uma economia de alto valor acrescentado baseada na ecologia e no conhecimento.

Temos um País incrível, com um património natural único e com enorme potencial. E o nosso futuro passa pela preservação, pela manutenção e pelo restauro do nosso património natural, dos nossos ecossistemas, aliado à transição da energia fóssil para as energias renováveis.

Para isso, são muito relevantes os planos e os programas nacionais que estabelecem metas e alinham a política no caminho que o País tem de fazer. Daí a importância do Plano Nacional Energia e Clima.

Mas o PNEC 2030 e a sua revisão podiam e deviam ter ido mais além. Aliás, é o que tem sido dito e criticado por tantas organizações da sociedade civil, juntamente com o levantamento de dúvidas sobre como vão ser executadas algumas das medidas.

Na verdade, apesar de a meta de emissões globais ter sido revista para 55 % e a meta de neutralidade climática antecipada de 2050 para 2045, como está previsto na Lei de Bases do Clima, estes valores estão ainda aquém do necessário para Portugal estar alinhado com as metas do Acordo de Paris, que pede uma redução de emissões em 60 % entre 2005 e 2030 e a neutralidade climática em 2040.

Por isso, o Livre defende que temos de ir além do PNEC, fazendo todos os esforços no cumprimento do Acordo de Paris, sem deixar ninguém para trás, porque a transição energética não se faz sem as pessoas.

Mais do que isso, temos de aproveitar a transição energética para melhorar a qualidade de vida em Portugal e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Isso é muito evidente, por exemplo, no esforço conjunto que temos de fazer para deixar de ter casas em Portugal onde se passa frio no inverno e calor no verão.

É um investimento onde só temos ganhos — ganhos climáticos, ambientais, redução da fatura energética do País, redução da fatura energética das pessoas e ganhos de saúde.

É, pois, para nós incompreensível que a proposta do Livre de alargamento do programa 3C — casa, conforto e clima — tenha sido chumbada e ainda mais incompreensível que o Governo termine o programa que tem apoiado tantas pessoas na renovação das suas casas e na substituição das janelas, sem prever nenhum programa alternativo. Ou seja, não serve de muito ter planos se as medidas não os acompanham. Assim, cá estamos para insistir e apresentar propostas para cumprir estes planos que são tão relevantes.

Esta revisão do PNEC representa um avanço, mas o Livre considera que deveria ter ido mais além, até porque omite coisas que são fulcrais quando falamos de emissões e de sequestro de carbono.

Isto porque o PNEC apenas refere, no âmbito dos mecanismos de sequestro de carbono, os solos, práticas terrestres, agrícolas e florestais, mas omite toda a dimensão marinha e oceânica. Esta é uma lacuna quando, por um lado, se sabe que o oceano e os ecossistemas marinhos são dos maiores sumidouros de carbono e,

por outro lado, que Portugal tem um território marítimo muito grande e muito maior do que o terrestre. Além disso, Portugal tem áreas de pradarias marinhas que são ecossistemas únicos, com uma capacidade de retenção de carbono enorme e que temos urgentemente de mapear, proteger, restaurar e recuperar.

A transição energética responsável terá sempre de estar aliada e enleada ao restauro da natureza. Por isso, aqui trazemos a recomendação para que os ecossistemas marinhos e o investimento na rede de áreas marinhas protegidas sejam incluídos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

Para proteger a natureza, os nossos recursos naturais, mas também para garantir a soberania energética, Portugal tem de apostar em toda a cadeia de energia, nomeadamente no armazenamento.

A investigação de baterias sustentáveis que não usem materiais raros, como o lítio, é um ponto-chave para Portugal.

No Orçamento do Estado, por iniciativa do Livre, aprovou-se a criação do programa «Do Sol ao Sal», uma fileira de produção de energia renovável e para a criação de baterias de sódio.

Este investimento e trabalho conjunto com outros países europeus é essencial e Portugal deve tomar a dianteira.

Apesar de entendermos que o Plano Nacional de Energia e Clima deveria ir mais longe, votaremos a favor desta sua atualização porque é um passo em frente. Mas sabemos que o passo deve ser muito maior e vamos continuar a insistir em objetivos mais ambiciosos e, sobretudo, na implementação de medidas que assegurem uma verdadeira política climática e ecológica, que melhore a qualidade de vida em Portugal, porque — sim! — é possível fazê-lo.

Aplausos do L e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Processos opacos levam à incerteza, a incerteza à hesitação, a hesitação a atrasos, e, assim, até o melhor plano falha. Perde-se tempo e oportunidade. Nisto, este Governo repete a abordagem do Governo anterior, com programas longos que não vão ser cumpridos.

Estamos a entrar em 2025 e discutimos a revisão do PNEC 2030. São apenas cinco anos e o tempo para agir é curto. Neste sentido, não basta definir metas ambiciosas, também é preciso que sejam exequíveis, ajustadas à realidade do País e acompanhadas por escolhas claras e processos transparentes. Só assim a transição será democrática e justa. Antes de querer ultrapassar metas europeias ou aumentar a produção energética, é essencial cumprir o que já foi acordado.

Infelizmente, o PNEC 2030 falha em questões fundamentais. Devia ser um instrumento estratégico e realista, mas apresenta-se como um conjunto de intenções. Para não estarmos, na próxima revisão, a repetir o mesmo — tudo o que tem de ser feito, mas que ainda não foi —, o PNEC não pode reforçar os problemas que já existem.

Continuamos a falar de redução de emissões, de transição e eficiência energética, de inovação, mas o Estado não reduz o tempo de emissão de licenças, não aumenta a sua eficiência e não inova.

Aplausos da IL.

Sr.^a Ministra, o Estado não pode continuar a ser um entrave à transição energética — tem de sair da frente.

Em 2024, é inaceitável que projetos de energias renováveis demorem anos a ser licenciados ou que — após relatórios favoráveis e aprovações, quando é suposto que os projetos finalmente avancem — continuemos a ver a oposição das comunidades, novos entraves, mais atrasos ou mais problemas. É preciso mais transparência nestes processos, sim, mas é preciso concretizar e ser eficiente.

Importa dizer e reforçar que a transição energética não será bem-sucedida por imposição centralizada do Estado. Ela avançará com a inovação das empresas, com o dinamismo da economia e com o compromisso das comunidades locais. É preciso simplificar processos e garantir que empresas, populações e poder local estão alinhados.

Por fim, este plano falha na capacidade de fazer escolhas. Sim, um PNEC exige decisões difíceis — por exemplo, proteger uma floresta ou construir uma infraestrutura; preservar uma área natural ou permitir um projeto que acelere a descarbonização — e o Governo não pode prometer tudo a todos. Tem de assumir escolhas claras, ouvir as pessoas, avaliar custos sociais, económicos e ambientais, e garantir que, uma vez decididas, as medidas avançam sem recuo. Sem escolhas, não há um plano, mas um manifesto ou uma longa lista de obrigações impostas.

A Iniciativa Liberal defende um PNEC mais conciso, transparente e comprometido, com metas realistas para os próximos cinco anos. Por estas razões, iremos abster-nos na votação. Reconhecemos a importância deste plano, mas não ignoramos as suas falhas.

Novamente, o Estado não pode ser um entrave à transição energética. Simplifique-se, façam-se escolhas e avance-se sem medo.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira, do PSD, dispondo de 6 minutos.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal está perante um momento decisivo. As alterações climáticas e a transição energética não são desafios distantes, são realidades que já nos batem à porta e que exigem uma ação urgente e responsável.

Hoje, discutimos a revisão do PNEC 2030. Esta revisão, liderada pelo Governo da Aliança Democrática, não é apenas um ajuste técnico. É uma oportunidade única para projetar o País como uma nação mais competitiva, sustentável e resiliente.

A versão anterior do PNEC era ambiciosa, mas estava desalinhada com a nossa realidade. Métricas irrealistas ameaçavam comprometer a capacidade de Portugal para realizar uma transição equilibrada e socialmente justa.

O Governo da AD assumiu a responsabilidade de corrigir essas falhas e apresentou um plano que equilibra ambição com realismo, sustentabilidade com crescimento económico e inovação com responsabilidade social. É um plano que olha para o futuro, mas que é feito a pensar em todos os portugueses.

E, sim, Portugal contribui apenas com 0,12 % das emissões globais de CO₂, mas esta realidade não pode nem deve ser desculpa para não agirmos. Ser pequenos não nos impede de sermos líderes e agir agora coloca-nos na vanguarda das soluções energéticas, atraindo investimentos que procuram economias responsáveis e inovadoras.

Como nos lembra o relatório Draghi, investir em tecnologias limpas não é apenas uma necessidade ambiental, é também uma aposta certa para o nosso futuro económico.

Cada tonelada de carbono que evitamos emitir protege o planeta, melhora a nossa qualidade de vida e fortalece a economia. A meta de reduzir as emissões em 55 % até 2030, em relação aos níveis de 2005, que consta do PNEC, não é, assim, uma imposição externa, mas uma aposta nacional no nosso próprio futuro.

Na verdade, pela primeira vez na nossa história, Portugal é reconhecido como um país rico em recursos naturais. O sol que nos ilumina e os ventos que nos percorrem oferecem-nos uma oportunidade única para liderar a transição energética.

Assim, este plano apresenta uma aposta clara e quantificada em energia solar e eólica: vamos expandir a capacidade de energia solar fotovoltaica em 20,8 GW até 2030; a energia eólica *onshore* será otimizada e aumentada em 10,4 GW; e a energia eólica *offshore* avançará de forma cautelosa e faseada, atingindo 2 GW até 2030.

Segundo um estudo recente da McKinsey, o custo da nossa energia limpa é até 20 % mais barato do que a média europeia. Ora, esta vantagem coloca-nos na linha da frente da reindustrialização verde da Europa, atraindo indústrias, inovação e empregos qualificados.

Protestos da Deputada do PS Ana Mendes Godinho.

Mas a transição energética não se faz apenas com novas fontes de energia, faz-se também eliminando desperdícios. A revisão do PNEC inclui 280 medidas para melhorar a eficiência energética em todas as áreas da nossa sociedade. Melhorar a eficiência nas casas, nos transportes e nas empresas significa poupar dinheiro, reduzir custos e fortalecer a economia. Quando poupamos em energia, investimos em competitividade, inovação e qualidade de vida.

Para que esta transição seja bem-sucedida, precisamos de infraestruturas modernas e seguras. O PNEC prevê investimento em armazenamento de energia, com baterias e hidrogénio, garantindo 2 GW de capacidade de armazenamento até 2030.

Será igualmente feito um reforço de redes de transporte e distribuição, permitindo uma integração eficiente de novas fontes de energia, garantindo a estabilidade e segurança no fornecimento energético e a confiança dos consumidores e das empresas.

Sabemos que a mudança tem custos e que setores como a pesca, o turismo e a indústria enfrentam desafios reais. O Governo da AD está empenhado em garantir apoios financeiros e criar mecanismos de compensação para os mais afetados. Queremos uma transição que inclui e que renova, mas que não deixa ninguém para trás.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não agir face às alterações climáticas trará custos muito maiores do que qualquer investimento que possamos fazer hoje. A revisão do PNEC 2030 é, pois, um compromisso realista e responsável com o futuro de Portugal. É uma estratégia que nos coloca a liderar em vez de seguir e que assegura um país mais próspero, sustentável e justo para as próximas gerações.

Vamos garantir, assim, um futuro de que nos possamos orgulhar. O futuro é agora e ele começa connosco.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois da intervenção do Deputado Hugo Oliveira, dá-me vontade de dizer que oito meses pode ser o tempo que um bebé precoce demora a nascer. Mas nem é o caso, porque não foi em oito meses que anunciamos, hoje, em Portugal, que estão mais de 2,7 GW de energia solar montados, não foi em 8 meses que se montaram mais de 5,5 GW de energia eólica e também não foi em 8 meses que garantimos o aumento da bombagem hídrica em Portugal.

Aplausos do PS.

O Plano Nacional de Energia e Clima é um instrumento de longo prazo que visa organizar a transição energética e climática em Portugal. Este é o instrumento que visa aplicar o regulamento da União relativo à política de energia e de ação climática, em completo alinhamento com a União Europeia.

O Plano tem uma importância estruturante em garantir o futuro do ambiente para as gerações futuras, mas, ao dia de hoje, a aposta na transição energética é garantir a independência e a soberania energética de Portugal.

A proposta aqui apresentada é clara: é possível conciliar o crescimento económico com a transição energética. Nos últimos 10 anos, o PIB (produto interno bruto) cresceu à medida que reduzimos as emissões de CO₂, o que reflete bem o sucesso das políticas ambientais e energéticas do Partido Socialista.

Esta revisão do PNEC está completamente alinhada com a versão anterior desenhada pelo Governo do PS, embora com um único detalhe adicional no consumo final bruto de energias renováveis, que passa de 47 % para 51 %, o que é justificado por metas de descarbonização mais ambiciosas, mas que devem ser consequentes.

No entanto, o PS está preocupado com a operacionalização do plano, nomeadamente quanto ao nível de investimento nas redes de distribuição, de articulação e implementação dos projetos no terreno, e de como se conjuga a localização destes projetos com os instrumentos de gestão territorial. Implementar projetos de produção solar ou eólica ou produção de biogás e biometano é um exercício de enorme de compatibilização de uso dos solos.

Esta transição é trocar o uso de hidrocarbonetos por energia renovável, é importar mais ou menos energia, e o que está em causa é o preço da energia em Portugal e a competitividade da indústria nacional.

O PS desenvolveu um modelo e está confiante, mas atento a esta proposta e ao que o Governo da Aliança Democrática pretende fazer com a sua implementação.

Desafios como as redes de distribuição e a segurança do abastecimento obrigam a um investimento na digitalização da rede que até ao momento não se percebeu como se vai realizar.

Questões como a segurança ou a adequação da rede são questões estratégicas. O aumento do uso de energias renováveis leva a um modelo de intermitência onde a atividade industrial do armazenamento de energia deve ser dinamizada e regulada, com vista a manter um equilíbrio económico-financeiro no sistema.

A bombagem hídrica é estrutural neste desafio, daí a aposta dos Governos do PS em projetos como o do Alto Tâmega. Uma das ambições do Plano é chegar a 2030 com uma capacidade de bombagem de 3,9 GW. Para tal, está prevista a reconversão do grupo de geradores da barragem do Lindoso, também prevista no Plano Nacional de Energia e Clima, com 300 MW, mas a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) chumbou o projeto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, bem-vindos ao mundo real e às dificuldades de implementação de um plano desta natureza. Governar é isto mesmo!

Aplausos de Deputados do PS.

Na verdade, este pequeno grande chumbo, no entender do PS, leva a questões complicadíssimas. O que vai ser feito? Como vamos acelerar o armazenamento com baterias químicas ou capacidade hidrológica? Quando desbloqueamos a bidirecionalidade? Ou, até, qual vai ser o modelo de financiamento do sistema?

O PNEC é mais do que um plano, é uma visão para o País que deve estar interligada com a visão permanente da captação de investimento — na verdade, uma relação estreita entre ambiente e economia —, mas, para isso, é necessário valorizar os cabos submarinos, os *datacenter*, ou procurar investidores no mercado internacional que substituam aqueles que desistiram do investimento da fábrica de baterias em Setúbal.

Em matéria de financiamento, o PS está preocupado com países como a Eslovénia, que, na sua última revisão do Plano de Recuperação e Resiliência, introduziu o financiamento ao sistema energético e ao seu armazenamento, ou a Espanha, que duplicou o seu financiamento à capacidade de armazenamento e à transição energética.

O que preocupa o PS é ver as fábricas de baterias da Volkswagen ou da Stellantis a poderem ser instaladas em Espanha. A transformação tem de ficar em Portugal, pois significa valor acrescentado. E, de facto, mesmo quando às vezes existem Deputados da Aliança Democrática que duvidam e colocam em atenção a exploração geológica, sabemos que o caminho é a valorização dos nossos recursos.

Estamos num mercado ibérico de energia em plena competição na atração de investimento, e agilizar procedimentos burocráticos pode levar a que os investidores escolham manter-se em Portugal. A produção de gases renováveis é um vetor importantíssimo, e, na verdade, o Partido Socialista é um partido responsável. O Secretário-Geral do Partido Socialista valoriza a promoção do dinamismo económico e o aumento da competitividade da indústria nacional. Citando um grande empresário do País, «quando os outros vão, já nós devemos estar de volta».

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Raul Melo, do Chega, dispõe de 3 minutos e 11 segundos para a sua intervenção.

Faça favor.

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos aqui hoje a debater a revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2030, e já ouvimos falar de ambição, transição ecológica e metas verdes. Mas o que temos, na verdade, é uma receita para o empobrecimento nacional, uma estratégia submissa às diretivas internacionais e refém dos dogmas ecomarxistas que nos querem impor.

O PNEC apresenta metas de descarbonização que exigem um investimento insustentável de 45 mil milhões de euros. E eu pergunto: quem pagará esta fatura? Serão as famílias, que já enfrentam a pobreza energética? Ou então as pequenas e médias empresas, que veem os seus custos aumentar de forma galopante?

Este é um plano que, em vez de assegurar o nosso futuro, o hipoteca com dívidas e dependências, tudo isto num País que representa apenas 0,1 % das emissões globais de CO₂ — eu repito: apenas 0,1 % das emissões.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Srs. Deputados, estamos a sacrificar a nossa economia e o bem-estar dos portugueses em nome de uma transição ecológica que não passa de uma utopia desfasada da realidade. Enquanto umas nações e outros blocos apostam cada vez mais no nuclear como uma solução para a independência energética e a redução de emissões, Portugal, incluído num bloco oposto, insiste numa dependência cega de renováveis intermitentes.

Não podemos aceitar que nos condenem a uma energia que falha quando o sol não brilha ou quando o vento não sopra. Precisamos de uma aposta séria em energia nuclear, limpa, eficiente e capaz de garantir a nossa soberania energética sem comprometer a economia.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Mas não, o Governo e os seus aliados preferem seguir uma agenda internacional que nos transforma em espetadores do nosso próprio declínio. Preferem uma política energética que enriquece uns poucos, que alimenta corruptos e oportunistas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — ... sempre os mesmos do costume, enquanto o povo paga a conta e a nossa indústria empobrece.

Aplausos do CH.

Onde está a inovação tecnológica? Onde estão os investimentos em reatores modulares nucleares, em tecnologia de fusão, em soluções que garantam independência energética e estabilidade de preços? Nada disto está no PNEC, porque este plano não é para os portugueses. Este plano é para satisfazer os burocratas de Bruxelas e os extremistas ambientais, que não sabem o que é pagar uma fatura de eletricidade no final do mês.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, este plano não é uma estratégia de futuro, é um manifesto de submissão e fraqueza nacional. Portugal não pode ser um laboratório de experiências ecomarxistas, que apenas servem para empobrecer o povo. Precisamos de uma transição energética realista, responsável e soberana.

Desta forma, ainda que não possamos impedir esta proposta de avançar, não a podemos apoiar. A nossa abstenção é um grito de alerta. Não contem connosco para agendas que sacrificam a liberdade, a prosperidade e a soberania de Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado Raul Melo tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra. Dispõe de 1 minuto e 45 segundos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Raul Melo, para além da irresponsabilidade nuclear, se eu bem percebi a sua intervenção, a boa solução do Chega para resolver a questão da finitude dos combustíveis fósseis é fazer renascer os dinossauros, para depois encomendar um asteroide que há de embater na Terra e esperar uns milhares de anos para voltarmos a ter combustíveis fósseis. Parece ser mesmo esta a solução da missa de negacionismo climático que nós acabámos de ouvir aqui por parte da bancada da extrema-direita.

Aplausos do BE.

O que desprotege o País e a sua soberania é achar que nós não temos a ganhar, que a economia portuguesa não tem a ganhar, ao investir em energias limpas, numa transição climática, criando uma nova geração de empregos qualificados que fixe cá a população e que prepare Portugal para o século XXI com base empírica, com investimento na ciência, pondo de lado o negacionismo irresponsável do Chega.

Aplausos do BE e da Deputada do L Filipa Pinto.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Houve uma cedência de tempo do CDS ao Chega, pelo que o Sr. Deputado Raul Melo dispõe neste momento de 17 segundos para responder.

Faça favor.

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, não entendi nenhuma pergunta da sua parte.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Não fez nenhuma!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — No entanto, deixe-me dizer-lhe que a energia nuclear não é nenhuma irresponsabilidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Aliás, faz parte do *mix* da União Europeia. Portanto, acho que fica respondido.

Aplausos do CH.

Risos de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Mamadou era assessor do Bloco de Esquerda ou não era?!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, dispõe de 3 minutos.

Faça favor.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Ministra, Srs. Secretários de Estado: Estamos a discutir um plano de energia e clima que contém as suas opções dentro das baías da União Europeia, condicionadas pelo modelo de desenvolvimento que nos trouxe até este estado.

Não há um vislumbre de vontade política para alterações, de forma harmónica, sustentável e sóbria, à origem do problema das alterações climáticas e, concretamente, às emissões antropogénicas de gases com efeito atmosférico de estufa.

Será possível atingir os fins a que se propõe a transição energética plasmada no plano, mantendo os modos de produção e de consumo baseados no excesso, no descartável, na ganância económica e no oportunismo financeiro?

Na sua maioria, as metas enunciadas são irrealistas e pouco fundamentadas. O mecanismo essencial adotado assenta em mercados artificiais, como os do carbono, ou na subordinação do setor ao mercado, proporcionando lucros gigantescos aos grandes grupos económicos, à custa de enormes recursos públicos e da sangria dos utentes e da economia nacional.

Falta modelação e programação quanto à implementação de tecnologias de conversão de energias renováveis em pequenas, médias e grandes unidades, deixando-as à mercê da livre governação pelas grandes empresas energéticas.

Nas projeções, este plano assume que Portugal se quedará, em 2030, num nível de consumo de energia final muito abaixo do verificado em 2005-2006. Pergunto como se pretende defender que o País se vá industrializar e que as populações tenham melhores serviços energéticos.

No domínio ambiental, colocam-se problemas quanto ao uso intensíssimo de solo e de águas, subordinado ao grande fluxo de investimentos em energias intermitentes por interesses privados, mas fortemente alicerçados em subsídio feita, direta e indiretamente, pelos consumidores e pelos contribuintes.

Já agora, valorizamos o recuo nas eólicas *offshore*, dos 10 GW para os 2 GW, mas continuam sem ser acauteladas a pesca e as comunidades piscatórias.

Não se vislumbram políticas e medidas para garantir a efetiva regulação dos preços da energia final, deixando tudo aos mercados grossistas. É, afinal, uma política que gera pobreza energética, a tal de que tanto se fala.

Enfim, estamos perante um plano que não promove o desenvolvimento equilibrado do setor, que traz novos riscos ambientais e que prejudica o conjunto da população e das empresas nacionais. Não contará com o voto do PCP.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Cação, do Partido Social Democrata, dispõe de 1 minuto e 16 segundos para a sua intervenção.

Faça favor.

O Sr. **Carlos Cação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Secretários de Estado: Esta versão revista do PNEC 2030 que hoje debatemos deixa claro o compromisso deste Governo com a transição energética, com a descarbonização e com a neutralidade carbónica.

Enfrentar os desafios climáticos exige coragem e determinação, e este plano projeta uma visão de Portugal mais verde, mais competitivo e mais resiliente. Mas a aposta nas energias renováveis, na eficiência energética e também na descarbonização não é apenas uma necessidade ambiental, é uma oportunidade única para modernizar a nossa economia, as nossas empresas, e melhorar a qualidade de vida dos portugueses.

Sabemos que o PNEC 2030 define uma meta ambiciosa de alcançar 50 % da quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030. Para alcançar esta meta, será necessário expandir a capacidade de produção de eletricidade renovável, especialmente através de energia solar, eólica e hídrica.

Por isso, pergunto à Sr.^a Ministra, pedindo que me responda na fase de encerramento, de que forma é que o PNEC 2030 irá promover o crescimento e a inovação das empresas, garantindo que todos os setores e comunidades acompanham esta transição, e que medidas concretas estão previstas para assegurar o cumprimento da meta de 51 % de energias renováveis.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições.

Então, para o encerramento, vou dar a palavra à Sr.^a Ministra, que dispõe de 2 minutos para o efeito. Faça favor.

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agradeço todas as questões, críticas e propostas apresentadas. Irei tentar, em conjunto, responder às questões que foram colocadas e também a algumas sugestões e críticas.

Quanto à aposta na simplificação, nos vários Conselhos de Ministros aprovámos medidas para a energia, aprovámos processos de simplificação e aceleração do licenciamento, também com o envolvimento das comunidades locais.

No último Conselho de Ministros, na semana passada, renovámos — porque é algo que já vem do passado —, por mais dois anos, a compensação aos municípios pela existência de centros eletroprodutores.

Em outubro, aprovámos regras mais simples para as comunidades da energia, para os pequenos projetos fotovoltaicos, porque defendemos os projetos nas suas várias dimensões: os muito pequenos, os de média dimensão e os de grande dimensão.

Apostamos também em algo que vamos trabalhar muito em 2025: na expansão da rede e também no armazenamento da energia.

Gostaria de dizer à Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes que o Programa de Apoio a Edifícios mais Sustentáveis, o chamado «programa das janelas», será reforçado com 60 milhões de euros para o próximo ano e, na reprogramação do PRR, vamos ter dois novos programas, assim como o novo programa do Fundo Social para a Ação Climática.

O Fundo Azul vai estar incluído na nossa agência e vamos prestar muita atenção às zonas marinhas e também à compensação dos pescadores nestas zonas marinhas protegidas.

Gostaria de acabar, mais uma vez, por agradecer o voto e as críticas de todos e desejar boas festas a todos os Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Ministra. Retribuímos também os desejos de boas festas e feliz Natal. Está terminado este ponto da ordem de trabalhos.

Segue-se o sétimo ponto, que consta da apreciação, sem tempos para debate, dos Projetos de Lei n.ºs 367/XVI/1.^a (PSD, CDS-PP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Aradas, Eixo e Eirol, Esgueira, Oliveirinha, Requeixo, N.^a Sr.^a de Fátima e Nariz, Santa Joana, São Bernardo e União de Freguesias de Glória e Vera Cruz, do concelho de Aveiro, e 368/XVII/1.^a (PSD, CDS-PP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre a freguesia de Ferrel e a freguesia da Atouguia da Baleia, do concelho de Peniche.

Portanto, podemos galgar para o oitavo ponto da nossa ordem de trabalhos, que são as votações regimentais.

O Governo, claro, está dispensado, agradeço a sua presença, e os desejos de feliz Natal são extensivos a toda a equipa da Sr.^a Ministra, como é óbvio.

Peço atenção para as votações, que têm uma certa densidade em quantidade e alguma especificidade, portanto, facilitará, se todos estivermos atentos, a começar por mim próprio.

Peço aos serviços para abrirem o sistema de verificação do quórum.

Entretanto, dou a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira para dar algumas informações à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, a primeira nota é para informar dos resultados da eleição para um membro da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública. O resultado obtido foi o seguinte: 185 votantes, 123 votos a favor, 43 votos brancos, 19 votos nulos. Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleita Sara Younis Augusto de Matos da Veiga Testos.

Devo informar ainda a Câmara de que deram entrada as seguintes iniciativas, já admitidas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República: Projeto de Lei n.º 393/XVI/1.^a (PCP) — Determina o fim dos voos noturnos nos aeroportos nacionais, e o Projeto de Resolução n.º 484/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que reafirme o seu compromisso de defesa do direito à autodeterminação do povo do Sahara Ocidental e condene a violação sistemática de direitos humanos do povo saharauí nos territórios ocupados pelo Reino de Marrocos.

Informo ainda que estão a participar nos nossos trabalhos, por videoconferência, as seguintes Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ana Oliveira, Carlos Eduardo Reis, Clara de Sousa Alves, Dulcineia Moura, Isabel Fernandes, Ricardo Araújo, Sofia Carreira, Sonia dos Reis, todos do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, bem como Gilberto Anjos, Hugo Costa, José Costa, José Luís Carneiro, Marcos Perestrello, Manuel Pizarro, Marina Gonçalves, Miguel Iglésias, Ricardo Costa, Sofia Canha e Walter Chicharro, todos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Se algum dos Srs. Deputados não se conseguiu registar, peço que o indique.

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, não consegui registar-me.

O Sr. **Presidente**: — Está registado, Sr. Deputado.

Mais alguém?

Pausa.

Então, temos presentes 195 Srs. Deputados, portanto, temos condições para avançar.

Pausa.

O Sr. Deputado Miguel Costa Matos também não se registou, não foi? Registamos a presença também do Sr. Deputado, que, aliás, foi notória ao longo de toda a manhã.

Registamos também a presença do Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

Vamos proceder às votações.

Começamos pelo Projeto de Voto n.º 261/XVII/1.^a (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte de Orlando Almeida, primeiro Presidente da Câmara Municipal da Amadora.

Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, faça favor de ler este voto.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Orlando Almeida faleceu no dia 11 de agosto de 2024, aos 81 anos.

Orlando Gaspar Guerreiro de Almeida nasceu na Amadora, em 1943. Formou-se em Engenharia Agrónoma pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Trabalhou no Ministério da Agricultura como técnico superior na Estação de Cultura Mecânica, tendo sido adjunto do Presidente do Instituto de Reordenação Agrária.

Com a instituição do poder local democrático pela Revolução do 25 de Abril, foi entre 1974 e 1976 Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia da Amadora. Na sequência das primeiras eleições autárquicas, tornou-se secretário da junta de freguesia, em 1977. As carências sociais e a vontade de autogoverno mobilizaram as cerca de 30 comissões de moradores pela criação do primeiro município da democracia.

No processo de elevação da Amadora a cidade e sede de município, em 11 de setembro de 1979, foi membro da comissão instaladora da câmara municipal. Nas eleições de 16 de dezembro do mesmo ano, tornou-se o primeiro Presidente da Câmara Municipal da Amadora. Reeleito pela Aliança Povo Unido e pela Coligação Democrática Unitária, liderou o executivo municipal até 1997. Ao longo desses mandatos, empenhou-se no ordenamento da cidade, de que é exemplo a conceção do jardim central, e na resolução de problemas como as insuficiências da rede de água e de saneamento, a falta de escolas e de centros de saúde.

Tendo saído do Partido Comunista Português no ano 2000, acabaria por ser mandatário de candidaturas autárquicas do Bloco de Esquerda. Aderente deste partido desde 2005, contribuiu sempre com uma “memória presente” em defesa da Amadora e com ideias para o combate à desigualdade, à discriminação, ao racismo.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu pesar pela morte de Orlando Almeida, primeiro Presidente da Câmara Municipal da Amadora, e endereça à família e amigos sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

Passamos ao Projeto de Voto n.º 493/XVI/1.^a (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de José Lopes de Almeida. Informo que se encontram familiares nas galerias.

Peço ao Sr. Deputado António Filipe para fazer o favor de ler o voto de pesar.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo a ler:

«No dia 14 de dezembro, faleceu aos 86 anos o Deputado Constituinte José Lopes de Almeida.

José Pinheiro Lopes de Almeida nasceu em Coimbra, em 13 de janeiro de 1938.

Enquanto estudante, envolveu-se na atividade associativa, tendo sido proibido pelo regime de assumir o cargo de Presidente da Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra e mobilizado compulsivamente para cumprir o serviço militar em Angola. De regresso aos estudos, envolveu-se na luta pela reabertura da Associação, encerrada na sequência da crise académica de 1962.

Em Lisboa, onde exerceu a profissão de advogado, envolveu-se na luta antifascista. Destacou-se como defensor de presos políticos perante os tribunais plenários e foi no seu escritório que funcionou a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Em 1969, integrou o Secretariado da CDE.

Após o 25 de Abril, integrou a delegação que formalizou a legalização do PCP junto do Supremo Tribunal de Justiça, em 26 de dezembro de 1974, e foi Deputado pelo PCP à Assembleia Constituinte, onde se destacou no debate das disposições constitucionais sobre direitos, liberdades e garantias.

Foi no seu escritório que foi criada a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) e a Associação Portuguesa de Juristas Democratas (APJD).

Militante do PCP desde 1961, após a cessação de funções como Deputado Constituinte, manteve uma intervenção política relevante, nomeadamente através da URAP e da APJD, a cujos órgãos diretivos pertenceu.

Em 2013, recebeu a Medalha de Honra da Ordem dos Advogados, “pelo seu elevado mérito e honorabilidade no exercício da advocacia”.

No plano cultural, destacou-se na canção de Coimbra como guitarrista, tendo acompanhado José Afonso no seu último e memorável concerto no Coliseu dos Recreios.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta o seu pesar pelo falecimento de José Lopes de Almeida e manifesta aos seus familiares, amigos e camaradas, as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar de seguida a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

Srs. Deputados, na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Avançamos agora para a votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 494/XVI/1.^a (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação a Telma Monteiro, pelo fim da sua carreira desportiva.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

Votamos seguidamente o Projeto de Resolução n.º 479/XVII/1.^a (PAR) — Institui o Prémio Mário Soares, Liberdade e Democracia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do L e do CDS-PP, os votos contra do CH e a abstenção do PCP.

Seguimos para a votação do Projeto de Resolução n.º 497/XVII/1.^a (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito – Gémeas Tratadas com o Medicamento Zolgensma.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

Passamos a votar, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 14/XVII/1.^a (ALRAM) — Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras».

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

A iniciativa baixa à 13.^a Comissão.

Passamos agora à reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 11/XVI — Regime jurídico do complemento de alojamento dos estudantes do ensino superior deslocados.

Começamos pela votação, na especialidade, da proposta de alteração, do Bloco de Esquerda, de substituição da alínea *b*) do n.º 4 do artigo 3.º.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP e do L, os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e a abstenção do CH.

É a seguinte:

Aqueles que, tendo requerido a atribuição de alojamento em residência dos serviços de ação social, não o tenham obtido, beneficiam, no período letivo de atribuição da bolsa de estudo, de um complemento mensal igual ao valor efetivamente pago pelo alojamento e comprovado por recibo ou transferência bancária, até aos limites fixados no artigo 6.º.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, do Bloco de Esquerda, de substituição do n.º 7 do artigo 3.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP e do L e a abstenção do PS.

Era a seguinte:

7 — Os estudantes bolseiros e não bolseiros deslocados a que se referem os n.ºs 1, 3 e 4 beneficiam de um mês adicional do complemento que se encontram a auferir quando, através de comprovativo emitido pelos serviços competentes da instituição em que se encontram matriculados e inscritos, façam prova de terem realizado ou estarem a realizar atos académicos, designadamente provas de avaliação e estágios, bem como a elaboração de dissertação de natureza científica, trabalho de projeto ou estágio de natureza profissional, objeto de relatório final.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da proposta, do Partido Socialista, de substituição do artigo 8.º.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP e do L, os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e a abstenção do CH.

É a seguinte:

Artigo 8.º
Regime transitório

Até à regulamentação da presente lei, é aplicável o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, aprovado pelo Despacho n.º 7253/2024, publicado do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 3 de julho.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, do Partido Socialista, de substituição do artigo 9.º.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP e do L, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do CH.

É a seguinte:

Artigo 9.º
Regulamentação

O Governo regulamenta o disposto na presente lei antes da sua entrada em vigor, para que produza efeitos no início do ano letivo de 2025/2026.

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora a proposta, do Partido Socialista, de substituição do artigo 10.º.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP e do L, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do CH.

É a seguinte:

Artigo 10.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no início do ano letivo de 2025/2026.

O Sr. **Presidente**: — Vamos proceder, então, à votação do novo decreto com as alterações introduzidas na sequência destas votações.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP e do L, os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e a abstenção do CH.

Portanto, em função desta votação, não precisamos de fazer a votação eletrónica para confirmação do decreto.

Retomamos o guião principal com a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 24/XVI/1.ª (GOV) — Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica e o regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do L e do CDS-PP e as abstenções do BE e do PCP.

Esta proposta de lei baixa à 8.ª Comissão.

Passamos a votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 180/XVI/1.ª (PS) — Aprova o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L e do CDS-PP e as abstenções do CH, do BE e do PCP.

Este projeto de lei baixa à 8.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 371/XVI/1.ª (PCP) — Integração na carreira de investigação científica.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do BE e do PCP e as abstenções do CH, da IL e do L.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pediu a palavra, faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar que entregaremos uma declaração de voto escrita sobre esta última votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 372/XVI/1.ª (PCP) — Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP e do L e as abstenções do CH e da IL.

Vamos votar o requerimento, apresentado pelo Bloco de Esquerda, solicitando a baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 376/XVI/1.ª (BE) — Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, o regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado e o regime transitório da carreira de investigação científica.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP e o voto contra do CH.

Procedemos agora à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 151/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concurso para a contratação de doutorados em posições permanentes da carreira de investigação científica na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., destinado aos técnicos superiores doutorados.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Este projeto de resolução baixa à 8.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 192/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão da situação laboral em que se encontram os técnicos superiores doutorados.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL e do BE e as abstenções do PCP e do L.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 473/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação da carreira especial de apoio à ciência e tecnologia.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do BE e do L e as abstenções da IL e do PCP.

Segue-se a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 27/XVI/1.ª (GOV) — Altera o Código Penal e o Regulamento de Custas Processuais, no sentido de reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos contra do PS, da IL, do BE, do PCP e do L.

Esta proposta de lei baixa à 1.ª Comissão.

A Sr.ª Deputada Isabel Moreira pediu a palavra, faça favor.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar a apresentação de uma declaração de voto escrita sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Procedemos agora à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 370/XVI/1.ª (PAN) — Garante a isenção das custas processuais, alterando o Regulamento das Custas Processuais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP e do L e a abstenção do PS.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 377/XVII/1.ª (CH) — Reforça o enquadramento penal para os crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público assim como isenta os respetivos processos das custas processuais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP e do L, o voto a favor do CH e a abstenção do CDS-PP.

Passamos à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 34/XVI/1.ª (GOV) — Procede à quinta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do PS, do CH, do BE, do PCP e do L.

Esta proposta de lei baixa à 1.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 373/XVII/1.ª (L) — Pela eliminação da taxa devida pelo procedimento da candidatura de ingresso na magistratura.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP e do L e as abstenções do PS e do CH.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 378/XVII/1.ª (CH) — Reforça a formação dos magistrados, alterando a Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do CH e da IL e as abstenções do BE, do PCP e do L.

Vamos proceder à votação global da Proposta de Resolução n.º 1/XVI/1.ª (GOV) — Aprova a atualização do Plano Nacional Energia e Clima 2030.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, do BE, do L e do CDS-PP, o voto contra do PCP e as abstenções do CH e da IL.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 106/XVI/1.ª (BE) — Antecipa a data para a meta da neutralidade climática, em linha com as orientações previstas na Lei de Bases do Clima (primeira alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que define as bases da política do clima).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do BE e do L e as abstenções da IL e do PCP.

Temos agora a votação, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 231/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que invista no programa «Do sol ao sal» destinado à criação de uma fileira de produção de energia renovável e de baterias sustentáveis, em particular baterias de ião de sódio.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP e do L e as abstenções do PS, do CH e da IL.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 472/XVII/1.ª (L) — Recomenda a inclusão de medidas específicas sobre a proteção, conservação e restauro dos ecossistemas marinhos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP e do L, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do CH.

Esta iniciativa baixa à 11.ª Comissão.

Vamos agora votar, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 367/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Aradas, Eixo e Eirol, Esgueira, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana, São Bernardo e União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, do concelho de Aveiro.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 368/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre a freguesia de Ferrel e a freguesia da Atouguia da Baleia, do concelho de Peniche.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, era só para pedir a dispensa da redação final e do prazo para apresentação de reclamações nestes dois últimos diplomas que foram votados.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então votar este requerimento apresentado oralmente.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

Procedemos agora à votação do Projeto de Resolução n.º 405/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a alteração das regras para a emissão de atestados de residência pelas juntas de freguesia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do BE, do PCP e do L.

Votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 334/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que, sem prejuízo das necessárias dragagens, seja garantida a reconfiguração do Porto de Mar de Vila Praia de Âncora.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP e do L e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Este projeto de resolução baixa à 7.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 402/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a requalificação do Portinho de Mar de Vila Praia de Âncora (PMVPA).

Quem vota contra?

Pausa.

Quem se abstém?

Pausa.

Abstêm-se o PCP, o Livre, o PSD e o CDS, e votam a favor as restantes bancadas.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Estamos na votação... É sobre esta votação? Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para assinalar a minha presença e o voto a favor do PAN.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto começou às 9 horas! São duas da tarde!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

Protestos do CH e contraprotestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real.

Srs. Deputados, vamos concluir a votação do Projeto de Resolução n.º 402/XVI/1.ª.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE e do PAN e as abstenções do PSD, do PCP, do L e do CDS-PP.

Este projeto de resolução baixa à 7.ª Comissão.

O Sr. Deputado Almiro Moreira está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, é só para anunciar que vamos apresentar uma declaração de voto por escrito sobre as duas últimas votações efetuadas.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 215/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um grupo de trabalho que vise a avaliação da necessidade de adaptação da legislação nacional às novas exigências europeias relativas aos sistemas de bloqueio da ignição sensíveis ao álcool.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L e do PAN e as abstenções do BE e do PCP.

Votamos o Projeto de Resolução n.º 416/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que apoie os agricultores cujas explorações foram atingidas pela tempestade *Kirk*.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do BE, do CDS-PP e do PAN e as abstenções do PS, da IL, do PCP e do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem! Mais um!

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 443/XVI/1.^a (BE) — Pela internalização dos trabalhadores e das trabalhadoras do *call center* no Instituto da Segurança Social.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do PS.

Não havendo objeções, procedemos à votação final global conjunta dos textos finais, apresentados pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativos aos Projetos de Lei n.ºs 143/XVI/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila, 290/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila, 144/XVI/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Salir de Matos à categoria de vila e 289/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Salir de Matos à categoria de vila.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 339/XVI/1.^a (L) — Recomenda o apoio às populações e o desenvolvimento e implementação de um plano integrado de restauro ecológico e prevenção de incêndios.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Votamos agora, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 400/XVI/1.^a (PCP) — Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional e 418/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, o voto contra do CH e a abstenção do CDS-PP.

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 31/XVI/1.^a (GOV) — Procede à execução de um conjunto de regulamentos europeus sobre serviços e infraestruturas financeiros, promovendo a sua plena aplicação em Portugal.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos contra do BE e do PCP e as abstenções do CH, da IL, do L e do PAN.

O Sr. Deputado Almiro Moreira está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, para pedir a dispensa de redação e do prazo de reclamações sobre esta matéria que acabou de ser votada.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o requerimento, apresentado oralmente pelo Deputado Almiro Moreira, do PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 441/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a redução do IUC para motociclos.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 23/XVI/1.ª (GOV) — Aprova a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras na Polícia de Segurança Pública, altera o regime de retorno, e regula o novo sistema de entrada e saídas para o reforço do controlo das fronteiras externas.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS, do CH e da IL.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Incrível!

O Sr. **Presidente**: — Temos para votação, na generalidade, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 23/XVII/1.ª (GOV) — Aprova a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras na Polícia de Segurança Pública, altera o regime de retorno, e regula o novo sistema de entrada e saídas para o reforço do controlo das fronteiras externas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do PCP e do PAN e as abstenções do PS, do CH, da IL, do BE e do L.

Vamos então votar a assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade, em sede de Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, relativamente ao texto de substituição da Proposta de Lei n.º 23/XVII/1.ª (GOV).

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Votamos agora, em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 23/XVII/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do PCP e do PAN e as abstenções do PS, do CH, da IL, do BE e do L.

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º 372/XVI/1.ª (L) — Recomenda a regulamentação do Fundo de Emergência para a Habitação.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do L e do PAN, o voto contra do CH e as abstenções do PSD, da IL, do PCP e do CDS-PP.

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 185/XVI/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que garanta condições de bem-estar, salubridade e segurança no local de trabalho aos profissionais da PSP e da GNR e 188/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento, implementação e reforço de políticas relativas à condição das forças de segurança em matéria de alojamento e habitação, saúde mental e formação, em diálogo com as associações representativas dos seus profissionais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do CH e do CDS-PP.

Temos agora para votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 172/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a revisão da tabela de gratificados da PSP.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH e do PAN e as abstenções do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 173/XVI/1.^a (CH) — Pela prevenção do suicídio nas forças de segurança.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, da IL, do BE e do PAN e as abstenções do PSD, do PS, do PCP, do L e do CDS-PP.

Passamos a votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 206/XVI/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a criação da carreira de técnico de reinserção, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP.

Votamos agora, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 233/XVI/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a revisão da tabela de honorários dos serviços prestados por advogados no sistema de acesso ao direito e aos tribunais e 251/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à atualização da tabela de honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 383/XVI/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo medidas de proteção e de reconhecimento aos ex-trabalhadores da mina da Urgeiriça e aos seus familiares e 423/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas adicionais de dignificação e proteção dos mineiros da Urgeiriça, dos seus familiares e da memória desta comunidade mineira.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Temos agora a votação de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que vai ser lido pelo Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira, Juízo Local Criminal do Funchal — Juiz 1, processo 228/21.0T9FNC, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Carlos Pereira (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Também temos para votar um requerimento que já foi distribuído a todos os Srs. Deputados, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, de dispensa do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões relativamente aos Decretos da Assembleia da República n.ºs 20/XVI/1.^a — Lei das Grandes Opções para 2024-2028 e 21/XVI/1.^a — Orçamento do Estado para 2025.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, se me permite, visto estarmos na última sessão plenária antes do Natal, gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do Chega, de desejar ao Sr. Presidente e a toda a Mesa um Santo Natal e um feliz Ano Novo. A todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados, a todos os jornalistas, a todos os funcionários desta Casa, a todas as forças de segurança desta Casa, em nome do Grupo Parlamentar do Chega, um Santo Natal e um bom ano de 2025.

Temos as nossas divergências políticas, mas, no final, temos de desejar tudo isto uns aos outros. Queremos que tenham, em particular, saúde, porque é o mais importante, é o que desejamos para 2025.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

A ordem do dia da próxima sessão, a 7 de janeiro, com início pelas 15h00, consiste em declarações políticas.

Endereço também um feliz Natal e um bom Ano Novo a todas as bancadas, a todos os Srs. Deputados, e devo dizer-lhes que tem sido uma honra presidir a esta Assembleia.

Aplausos gerais.

Eram 14 horas e 7 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PSD Almiro Moreira, pela Deputada do PS Isabel Alves Moreira e pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 446/XVI/1.ª [votado na reunião plenária de 12 de dezembro de 2024 — DAR I Série n.º 68 (2024-12-13)]:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata entendeu abster-se na votação do Projeto de Resolução n.º 446/XVI/1.ª (PS), no qual se «Recomenda a criação da carreira de médico dentista nas entidades públicas empresariais integradas no Serviço Nacional de Saúde», com fundamento nas razões seguintes:

1. O PSD considera a criação da carreira de médico dentista no âmbito do SNS uma medida relevante e indispensável para fortalecer a prestação de cuidados de saúde oral aos portugueses, razão pela qual não discorda do sentido expresso no Projeto de Resolução n.º 446/XVI/1.ª.

2. Não deixa, no entanto, o PSD de registar, até com estranheza, que o Partido Socialista apenas tenha apelado à criação da referida carreira após ter abandonado as suas responsabilidades governativas, facto que, ainda assim, não obstará a um voto favorável.

3. Contudo, o PS pretende que o atual Governo, que iniciou funções há apenas 8 meses, crie a carreira em questão «no prazo máximo de 120 dias», uma recomendação que não parece, sequer, acompanhada de boa-fé, considerando que, durante 8 (oito) longos anos, os Governos socialistas não fizeram o que agora esse partido propõe.

4. Pelas razões expostas, não podia o PSD votar favoravelmente o Projeto de Resolução n.º 446/XVI/1.ª.

As/Os Deputadas/os — Alberto Fonseca — Alberto Machado — Alexandre Poço — Almiro Moreira — Amílcar Almeida — Ana Gabriela Cabilhas — Ana Oliveira — Ana Santos — Andreia Bernardo — Andreia Neto — Ângela Almeida — António Alberto Machado — António Rodrigues — Bruno Ventura — Bruno Vitorino — Carla Barros — Carlos Cação — Carlos Eduardo Reis — Carlos Reis — Carlos Silva Santiago — Clara de Sousa Alves — Cristóvão Norte — Dinis Faisca — Dulcineia Catarina Moura — Emídio Guerreiro — Emília Cerqueira — Eva Brás Pinho — Francisco Covelinhas Lopes — Francisco Pimentel — Francisco Sousa Vieira — Germana Rocha — Gonçalo Lage — Gonçalo Valente — Hugo Carneiro — Hugo Patrício Oliveira — Hugo Soares — Inês Barroso — Isabel Fernandes — Isaura Morais — João Antunes dos Santos — João Vale e Azevedo — Joaquim Barbosa — Jorge Paulo Oliveira — José Pedro Aguiar-Branco — Liliana Reis — Luís Newton — Marco Claudino — Margarida Saavedra — Martim Syder — Maurício Marques — Miguel Guimarães — Miguel Santos — Nuno Jorge Gonçalves — Ofélia Ramos — Olga Freire — Paula Cardoso — Paula de Medeiros — Paula Margarido — Paulo Cavaleiro — Paulo Edson Cunha — Paulo Moniz — Paulo Neves — Pedro Alves — Pedro Coelho — Pedro Neves de Sousa — Pedro Roque — Regina Bastos — Ricardo Araújo — Ricardo Carvalho — Ricardo Oliveira — Salvador Malheiro — Sandra Pereira — Silvério Regalado — Sofia Carreira — Sonia dos Reis — Sónia Ramos — Telmo Faria — Teresa Morais.

[Recebida na Divisão de Redação a 21 de dezembro de 2024.]

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.